

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Ana Selene Miclas

Percursos de Participação Política de Mulheres Idosas Não Alfabetizadas

Porto Alegre

2024

ANA SELENE MICLAS

Percursos de Participação Política de Mulheres Idosas Não Alfabetizadas

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Ferreira Godinho

Porto Alegre

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Martina, por dar valor ao que realmente importava e pelo bom humor, o que me lembra sempre de não me levar tão a sério e ao meu pai, Tadeu, que sempre teve orgulho das mulheres da sua vida e sempre acreditou em sonhar e fazer acontecer.

Agradeço a pais velhos que não sucumbiram às imposições culturais na minha educação. Agradeço por ter podido jogar futebol, brincar de carrinho, de boneca, de forte apache, de casinha, de professora e ter a certeza do apoio deles para ser quem eu quisesse ser. Agradeço por ter podido correr na rua, me sujar e trocar de escola quando a que eu estava me deixou desconfortável, mesmo que o colégio escolhido carregasse uma fama de ser mais preocupado com política do que com educação. Agradeço por apoiarem qualquer escolha profissional que eu tenha tomado e por estarem sempre ao meu lado. Tenho certeza de que o meu trabalho na Educação ganhou muito com essa formação inicial, mesmo que eles apenas quisessem filhos felizes.

Agradeço ao meu irmão, Ramsés, com quem eu sei que posso contar.

Agradeço à minhas avós Anna e Hortênci, que eu nem sequer conheci, mas que sempre foram exemplos de mulheres a frente de seu tempo.

Agradeço ao José Lândio, por 30 anos de afeto, amizade e companheirismo. E pelos cafés.

Agradeço aos meus amigos, que me incentivam, mesmo quando não entendem as minhas escolhas. Não posso nomeá-los, por medo de esquecer alguém, mas todos sabem o quanto são importantes.

Agradeço aos meus colegas da SEGAP, pela paciência e pelo apoio.

Agradeço às mulheres entrevistadas, com que gostaria de ter conversado muito mais.

Agradeço à minha orientadora, professora Ana Cláudia Ferreira Godinho, pelos valiosos ensinamentos e pelo encantamento que demonstra pela Pedagogia um incentivo a seguir em frente.

Agradeço à UFRGS, por ser uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

RESUMO

O direito ao voto feminino no Brasil tem menos de um século e só foi garantido integralmente em 1985, com a inclusão dos não alfabetizados. O objetivo central deste trabalho é compreender os sentidos que mulheres idosas que não são alfabetizadas atribuem à participação política e ao papel educativo dessa participação. Para isso, ouvir o relato sobre o modo como percebem a participação política em suas vidas se fez necessário para compreender o quanto a representatividade feminina nas decisões públicas pode fazer diferença em suas escolhas, o quanto elas acreditam na política, tanto na que é feita nos bastidores do poder, quanto nas mobilizações de sua comunidade, além de remontar histórias de um período em que muitas vezes recebemos apenas as narrativas de historiadores.

O estudo foi feito através de uma abordagem investigativa qualitativa e privilegiou a fala dessas mulheres, em um pequeno número não representativo do universo de indivíduos de mesmo perfil. Procuramos perceber as relações que estabelecem entre o voto, a participação política e o seu mundo pessoal, suas experiências e vivências, suas situações práticas e toda a interação que elas perceberam advir de suas realidades.

Palavras-chave: **Educação de Idosas, Participação Política, Voto do Não Alfabetizado.**

A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá

Chico Buarque

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNDPI - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
CNPM - Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
DF - Distrito Federal
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMC - Emenda Constitucional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JE - Justiça Eleitoral
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
ONG - Organização Não Governamental
PIB - Produto Interno Bruto
RS - Rio Grande do Sul
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 METODOLOGIA.....	12
1.2 A ESCOLHA DA ENTREVISTA COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	15
2 EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES E NÃO ALAFABETIZADOS.....	18
2.1 CONHECIMENTO ACADÊMICO SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES IDOSAS.....	22
3 EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO.....	34
4 SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PRODUZIDOS PELAS MULHERES IDOSAS ENTREVISTADAS.....	42
4.1 DONA TALITA.....	43
4.2 DONA ILCE.....	46
4.3 DONA TÂNIA.....	50
4.4 DONA VILMA.....	52
4.5 DONA MARLENE.....	55
5 A LEITURA DE MUNDO DAS ENTREVISTADAS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	59
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICE A.....	79

INTRODUÇÃO

Posições políticas extremas têm avançado nos últimos anos no mundo todo. No Brasil isso não está sendo diferente e transforma os palanques, de locais de debates, em cenários de disputas violentas e sem ética. As últimas eleições têm sido pautadas por discursos religiosos, embasados no conservadorismo. Calcadas em um terrorismo moral, as campanhas ficam muito distantes de propostas de crescimento para o país e apostam em acusações pessoais e na interferência na vida privada dos eleitores, como se ao Estado coubesse o papel de censor do cotidiano, em aspectos que nada interferem no funcionamento social. Do outro lado, temos os grupos que não querem abrir mão desses eleitores, sabedores do perfil reacionário dos brasileiros, que então amenizam suas falas e permitem que as discussões continuem em um nível tão raso. No meio disso vemos a violência contra minorias ser tratada como algo de pouca importância e seus defensores serem eleitos como representantes de grupos que promovem a opressão.

Se nas últimas décadas a sociedade conquistou uma igualdade jurídica que não conhecia, podemos imaginar que nada disso, especialmente em relação às populações mais frágeis, está garantido: a luta é contínua e da nossa consciência como povo parte a proteção dos nossos direitos. As mulheres, especificamente, estão sendo diuturnamente atacadas em suas prerrogativas, conquistadas com muitas lutas e em um tempo histórico muito recente. Não podíamos votar, nos separar, ou mesmo ter um cartão de crédito há menos de 100 anos e, se fôssemos mortas pelo companheiro, ele poderia alegar defesa da honra e sair impune. Hoje elegemos um Congresso que pretende retirar direitos já assegurados, baseados em uma retórica que apela a um Deus vingativo e em religiões que tratam as mulheres como subservientes aos homens, sem aprofundar as questões éticas, científicas ou sociais que suas consequências acarretam.

E não apenas o voto feminino era proibido, mas até poucos anos também o dos não alfabetizados. Quando esses direitos deixaram de ser negados, não necessariamente se transformaram em possibilidades para todos: em diversos casos são vistos como meras obrigações, em outros, como moeda de troca, muitas vezes de forma não tão consciente por parte do eleitor. Estar à margem dos processos decisórios pode provocar esse efeito,

de não perceber a sua importância, a sua força para o destino da comunidade. Ser mulher e não ser alfabetizada pode ser um agravante para o sentimento de não pertencimento à sociedade que dita regras. Ser idoso é mais um dos fatores de marginalização.

Elegemos uma mulher presidente, que foi retirada do cargo de maneira no mínimo suspeita. Nesse meio tempo ela era retratada como destemperada pela mídia e conseqüentemente por grande parte da população. Uma capa de revista de circulação nacional teve como manchete: “As Explosões Nervosas da Presidente” (Pardellas e Bergamasco, 2016, p.32-39) e sua reportagem a comparou com Maria I, a Louca, que no século XVIII foi rainha de Portugal. Esses ataques ajudaram a criar publicamente a imagem de uma pessoa totalmente descontrolada, bem distante de alguém que passou calmamente pelo interrogatório de 13 horas no Senado, por ocasião do seu afastamento da presidência. Pouco tempo depois o Brasil elegia como mandatário maior um candidato que gritava improperios, falava palavrões, destratava jornalistas, era extremamente descortês, mas era percebido, até mesmo por essas atitudes, como alguém enérgico e destemido. Em outras palavras: alguém viril. Se para um homem essa intensidade é vista como uma característica positiva, fica claro que para uma mulher, que talvez devesse falar mais baixo e ser mais doce, é algo entendido como um aspecto preocupante, como se mesmo para as lideranças femininas restasse o papel que a sociedade costuma lhes oferecer no terreno doméstico: o de submissas.

Essa forma de ver a mulher não é exclusiva do âmbito político partidário, é uma reclamação recorrente em vários ambientes e profissões e certamente afasta do jogo do poder possíveis líderes, pelo receio do constrangimento que poderiam sofrer em um ambiente que é, em peso, masculino. A violência, implícita e explícita, faz parte do dia-a-dia das que arriscam a sua sanidade e enfrentam os homens que se julgam superiores intelectualmente em relação a elas.

A falta de representatividade mina, também, o interesse de muitas eleitoras, sobretudo as que têm menos acesso à informação, e que acabam não se enxergando naqueles personagens que ocupam os mais altos cargos do país. É claro que a situação melhorou bastante nos últimos anos, mas ainda vai demorar muito tempo, e talvez nunca aconteça, para que vençamos as barreiras deixadas por uma sociedade patriarcal que funciona há séculos de maneira desigual. A presença feminina nos postos de decisão é algo que beneficiaria homens e mulheres. Uma sociedade poderia ser mais justa se conseguisse se enxergar em todos setores, em todos os seus aspectos, não apenas para que

as minorias percebam a sua importância política, mas também para que os problemas que cada uma enfrenta sejam discutidos por indivíduos com conhecimento das suas realidades. Isso significa garantir a inclusão e a igualdade, permitindo que pessoas com origens, culturas, gêneros, etnias ou orientações diferentes tenham a sua voz e a possibilidade de agir politicamente por aqueles grupos. E não unicamente em cargos eletivos, mas também dentro de cada comunidade, estimulada das mais diversas formas, para que a luta pelos direitos coletivos não seja colocada nas mãos de poucos. Um Estado mais justo e equilibrado, capaz de atender às demandas de todas as camadas sociais, é um Estado que funciona para todos, que entende as necessidades de todos os espectros, por ter nele representantes que não sejam apenas dos homens brancos e ricos, que dependem muito menos de políticas sociais e não tem a real compreensão do universo e das exigências das mulheres, especialmente das mais pobres, especialmente as mais vulneráveis, especialmente das que menos percebem que tem o poder e o direito de lutar pelo que as fará mais realizadas.

Mesmo os homens que estão no poder não representam os homens do povo, os homens velhos que circulam pelos palácios, câmaras e pelo Congresso também não representam os velhos do Brasil, mas muito menos as mulheres idosas. Além de não entenderem seus anseios, realmente não se importam com isso, pois sabem que, da maneira que a sociedade está configurada hoje, pouco espaço se tem para uma mudança orgânica. Talvez tenham que fazer algumas concessões, mas nada que interfira de forma definitiva no *status quo*. A enorme maioria dos idosos do país é pobre e com baixa escolaridade: segundo pesquisa realizada pelo Sesc e pela Fundação Perseu Abramo, 69% das pessoas com mais de 60 anos no Brasil mora em residências com até 5 salários mínimos, sendo que 45% estão em casas com renda de até 2 salários e 64% tem apenas até o ensino fundamental.

Em 1932 o voto feminino foi permitido no país, mas apenas em 1985 as pessoas não alfabetizadas puderam exercer esse direito, sem, contudo, serem obrigadas a isso. O intuito dessa pesquisa é entender de que maneira esse evento impactou na vida de mulheres nascidas até 1959 e que não tiveram acesso à alfabetização. São mulheres que hoje têm mais de 65 anos e que, na época da promulgação da EMC25 de 15-05-1985, já eram, no mínimo, adultas jovens, com 26 anos ou mais, sendo aptas a trabalhar e tendo várias obrigações, mas sendo alijadas dos processos eleitorais e talvez de vários outros processos decisórios, por analogia.

Essas reflexões alimentaram o interesse em entender como essas mulheres, tão pouco representadas, enxergam os cenários da participação política em que elas cresceram, se tornaram adultas e agora envelhecem. Por isso elaboramos este estudo, que tem por objetivo geral compreender os sentidos que mulheres idosas sem escolarização atribuem à participação política e ao papel educativo dessa participação.

Os objetivos específicos foram o de identificar fatores que alavancaram ou prejudicaram o exercício da cidadania por elas e perceber em que medida a proibição do voto do analfabeto impactou a participação política desse grupo social, antes e depois da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985 e de entender de que maneira esses temas podem contribuir na alfabetização de idosas.

A intenção foi a de escutar os seus pontos de vista sobre as formas que se dão as escolhas ditas democráticas, as mudanças que elas perceberam ao longo dessas décadas no sistema eleitoral, os seus anseios em relação à votação, o que impulsionaria ou refrearia a sua participação, além de registrar os seus sentimentos e pensamentos acerca de tudo que envolve o pleito. Fizemos essa análise a partir de entrevistas individuais com um pequeno grupo não representativo desse recorte de mulheres de mesma faixa etária e grau de instrução, procurando debater sobre as possibilidades de uso do direito ao voto como impulsionador de atividades educativas formais e não formais. Partimos da investigação de casos particulares para buscar uma conexão entre os significados para o grupo e então fazemos suposições sobre a importância dos aspectos destacados.

Perceber o que move mulheres desse perfil a buscar motivação para uma maior atuação em sua suas próprias vidas e em suas comunidades pode ser um importante indicativo para professores que intencionem trabalhar com a educação de adultos nas Totalidades 1 e 2, já que a EJA é fortemente permeada pelos interesses individuais e coletivos, não seguindo as diretrizes estipuladas pela BNCC de acordo com cada etapa, mas se pautando pelo interesse nos assuntos da atualidade e conhecimentos prévios dos sujeitos.

Essas idosas são responsáveis pela manutenção de muitos lares. Não só por conseguirem unir a família ao seu redor, mantendo valores de respeito a uma certa ordem, onde o bem-estar de todos é fundamental e onde a sua experiência serve de exemplo para os mais jovens, mas também por serem, cada vez mais, o esteio econômico de pessoas em situações financeiras difíceis e muitas vezes a única garantia, com uma pensão ou aposentadoria, de uma renda fixa na casa. Qual, então, a representatividade política das

mulheres idosas das classes populares? De que forma elas percebem o poder do voto? Como elas enxergam os seus direitos?

A partir desses questionamentos iniciais elaboramos o estudo que originou este trabalho de conclusão de curso, cujo objetivo é compreender os sentidos atribuídos por mulheres não alfabetizadas, que hoje são idosas, à conquista do seu direito ao voto em 1985. Nos capítulos seguintes reunimos o pensamento de autores que são referência em suas áreas de estudo, com trabalhos que tratem do tema ou seus correlatos e as falas de mulheres do perfil estudado e, para expormos a estrutura da pesquisa, no capítulo 2 descrevemos a sua metodologia. Naturalmente esse processo se estendeu em torno da mudança de várias leis e, para entender melhor quais as batalhas as mulheres tiveram que enfrentar para que elas garantissem, ao menos no papel, o mesmo direito à participação política de todos, fizemos uma contextualização histórica no capítulo 3, assim como revimos alguns trabalhos importantes para o embasamento acerca do que já foi estudado sobre a participação política desse perfil de mulheres, buscando, além do recorte de gênero, o etário e o pouco acesso à educação formal. No capítulo 4, trazemos os referenciais teóricos, com os conceitos orientadores para o desenvolvimento desta pesquisa: o que é ser velho, o que é ser mulher, o que é ser não alfabetizado e de que forma isso tudo se entrecruza e fomenta ainda mais a marginalização dos indivíduos, já que cada um desses fatores potencializa a perda de direitos, fazendo com que elas sejam vistas como menos importantes na cadeia do poder.

No quinto capítulo optamos por fazer uma análise individualizada de algum aspecto específico das respostas de cada uma das entrevistadas, baseadas no aporte teórico e na percepção da entrevistadora. No capítulo 6 dedicamo-nos à análise coletiva das reflexões das entrevistadas sobre participação política no que talvez seja, afinal de contas, um dos aspectos mais importantes deste trabalho, pois é neste momento em que transcrevemos as palavras e emoções, os sentimentos e anseios das mulheres que participam das conversas e expõem as suas realidades, dentro de um universo que não é o das pesquisadoras, em cenários que apenas temos conhecimento teórico, fundamentando essa análise através dos pensadores que nortearam o estudo. No sétimo capítulo estão algumas considerações, sobre o crescimento adquirido nesta jornada.

1. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi pautada pelos ensinamentos de Minayo, segundo a qual

é necessário dizer que o objeto de estudo das ciências sociais possui consciência histórica. Noutras palavras, não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas. O nível de consciência histórica das Ciências Sociais está referenciado ao nível de consciência histórica social (Minayo, 2001, p.14).

Nessa perspectiva, a abordagem investigativa qualitativa privilegiou a história das mulheres entrevistadas, suas relações com o seu mundo, suas experiências e vivências, suas situações práticas e toda a interação que elas perceberam advir de suas realidades. Não pretendeu, em momento algum, ser uma ilustração de toda essa população, não se trata de uma amostra representativa de mulheres idosas que não puderam estudar, mas, sim, um estudo exploratório a partir de relatos que mesclam as histórias particulares de suas vidas com a história da participação popular das mulheres no Brasil.

Minayo salienta que existe uma interação entre o sujeito da pesquisa e o investigador e as questões de identidade não podem ser deixadas de lado e que, além disso, toda a pesquisa nas áreas de ciências sociais é ideológica. “Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudo se estabelecem definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto, aos resultados do trabalho e à sua aplicação.” (Minayo, 2000, p.14-15)

Nesse sentido o enfoque se deu a partir de uma perspectiva multiculturalista, baseados nos escritos de Tomás Tadeu da Silva já que não podemos nos colocar como meros expectadores das suas falas, mas sim entender o seu papel nas mudanças sociais que ocorreram ao longo dos anos. Não nos cabe o papel da superioridade intelectual pela pouca instrução formal recebida por essas pessoas, mas o de aprendizes de histórias verdadeiras e que podem ser guias para entender de que maneira elas foram influenciadas ou influenciadoras dessas transformações históricas. Evitamos a condescendência ou a mera tolerância, mas procuramos investigar de que maneira essa ausência de escolarização impactou na participação dessas mulheres ao longo da vida, em momentos em que seu voto era solicitado. Segundo o autor,

Ver a identidade e a diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve, fundamentalmente, relações de poder. A identidade e a

diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição (Silva, 2000, p.96).

Mais especificamente dentro de uma teoria interpretativa, sob a visão de Clifford Geertz, que sustenta que “a cultura humana é um conjunto de textos (...) na qual o antropólogo deve saber ler por sobre os ombros daqueles a quem esta cultura pertence” (2008, p.210). Nesse sentido é vital que o investigador saia do seu campo para compreender a percepção que os indivíduos tenham sobre as suas experiências, sobre as suas ações, sobre como se desenrolam as suas próprias memórias e que impactos elas trazem para o seu presente. Quais são os significados que cada uma dessas mulheres dá a esses aspectos históricos para a sua vida e para a vida da sua comunidade e país e como isso compõe a teia da nossa cultura.

A estratégia de pesquisa escolhida foi a exploratória, que, conforme Marconi e Lakatos (2017, p.204) tem como objetivo “a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceito”, tendo o cuidado de depurar os aspectos negativos geralmente identificados nesse tipo de abordagem. Para isso, buscamos confrontar as falas das entrevistadas com dados externos que possam aprimorar a análise. Em relação a um possível falseamento de relatos, entendemos que não importa, neste caso, a veracidade dos fatos, mas, sim, os sentidos atribuídos pelas mulheres idosas acerca da participação política.

Este estudo foi feito com a aplicação de entrevistas com mulheres acima de 65 anos, de forma presencial. Segundo Marconi e Lakatos,

a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Marconi e Lakatos, 2017, p.211-212).

Optamos pelo modelo não padronizado, não dirigido, onde, de acordo com Marconi e Lakatos (2017, p.213) “a função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto, forçá-lo a responder”, no qual, apesar de haver um fio condutor, permanece uma informalidade, que permite que

os interlocutores guiam os assuntos de acordo com pontos mais importantes ou interessantes que surgirem durante a conversa. Como um dos aspectos chave da metodologia deste trabalho é justamente a fala das mulheres pesquisadas, é lícito imaginar que elas foram capazes de trazer à tona o que consideravam mais relevante e, por terem uma bagagem cultural completamente distinta das pesquisadoras, com muito mais facilidade de fornecer falas importantes para o objetivo do estudo. Da mesma forma, procuramos fazer com que elas se sentissem livres para lembrar fatos, seja da história coletiva ou de suas memórias individuais, que pudessem ilustrar as análises, sempre com o cuidado de a entrevista ser realizada de maneira que as convidadas compreendessem totalmente as perguntas. Procuramos, também, a adequação da entrevistadora ao estilo de comunicação ao do perfil estudado, transmitindo a intenção de aprender com aquelas mulheres e deixando clara a importância de suas opiniões e vivências.

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa, as participantes seriam indicadas pelo coordenador de uma associação comunitária do Bairro Restinga, que as convidaria e verificaria o desejo de elas participarem. Isso, no entanto, não foi possível, pois, no momento de aplicação, o projeto não mais existia e mudamos a forma de captação das entrevistadas. Optamos por fazer uma busca dentro do mesmo bairro, com indicações de vizinhos e das próprias entrevistadas, batendo de porta em porta ou com a abordagem na rua.

Os convites foram feitos de maneira despojada, com mais ou menos este texto:

Olá!

Eu me chamo Ana Selene, sou a estudante de Pedagogia da UFRGS e estamos fazendo uma pesquisa com mulheres que não puderam frequentar a escola quando eram crianças. A senhora frequentou a escola quando pequena? É para conversarmos sobre educação e também sobre política, mas sem falar em nome de candidatos. A senhora poderia conversar um pouco? Para nos contar como era na sua infância e se a senhora lembra como eram as campanhas políticas antigamente.

O TCLE, então, era lido integralmente em voz alta pela entrevistadora e entregue uma das vias para a entrevistada, enfatizando que ela poderia ligar a qualquer momento para o número indicado na folha e falar com a coordenadora da pesquisa, Dra. Ana Godinho, se tivesse alguma dúvida ou não quisesse continuar sua participação. Uma

segunda via era assinada e escaneada para ser mantida guardada durante 5 anos, juntamente com os arquivos de áudio.

A meta era de entrevistar cinco mulheres por entendermos que este número proporcionaria dados suficientes para análise

Como devolutiva, ao final do estudo, todas serão convidadas para a apresentação do TCC na Faculdade de Educação e aquelas que não participarem serão convidadas para um encontro informal na Faculdade de Educação, em data que as participantes e a pesquisadora tenham disponibilidade, para conversar sobre os resultados do estudo, direcionando o relato para os interesses e curiosidades de cada participante. Entendemos que este formato de devolutiva da pesquisa pode ser mais atrativo para as mulheres se sentirem à vontade para fazer perguntas, comentários e críticas ao trabalho.

1.1 A ESCOLHA DA ENTREVISTA COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A escolha pela entrevista semiestruturada para ilustrar este TCC partiu da premissa de que a teoria ou outras investigações acerca do tema ou de temas correlatos não seriam suficientes para perceber a importância do voto para as mulheres do perfil estudado. Sem a pretensão de imaginar que alguns relatos preenchessem essa lacuna, cremos que poderiam ao menos dar uma ideia do seu valor em situações que compreendessem as dificuldades, anseios e expectativas de mulheres idosas, que tiveram pouco ou nenhum acesso à educação formal, em relação ao voto. As leituras abordadas durante a revisão bibliográfica foram cruciais para identificar quais conclusões outros pesquisadores chegaram, mas nenhuma delas diz respeito ao momento atual, que também se modificará em seguida. Minayo (1994, p.13) explica que o “objeto das Ciências Sociais é histórico” e, portanto, dinâmico e provisório. Minayo advoga que “o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos” (1994, p.21 e 22), então consideramos valioso perceber o momento atual segundo a percepção das entrevistadas, que pode se modificar totalmente em pouco tempo, mas que também provavelmente foi transformado com o momento que vivemos hoje. Essas respostas, se é que podemos chamar assim, podem se mostrar conflitantes a partir do ponto de vista de quem experimentou uma outra realidade ao longo da vida, mas é justamente isso que pretendemos ao propormos uma conversa: tentar entender alguns

posicionamentos de pessoas que são público-alvo para a EJA e de que maneira essas situações modificaram as suas histórias.

Não acreditamos em passar por essa experiência de forma imune, Minayo (2000, p.14) sustenta que na investigação social, essa relação entre o pesquisador e seu campo de estudo se entrelaçam definitivamente. Se já existe um interesse pelo trabalho na área, ele certamente se ampliaria ao nos depararmos com as vidas reais e é dessa maneira que pretendíamos que a entrevista fluísse, criando um clima de acolhimento para que as mulheres não se sentissem julgadas, o que se inicia com a confecção de perguntas simples e que valorizem suas trajetórias de vida, sabendo que, muitas vezes, pessoas com pouca instrução formal se sentem inibidas ao expressar suas opiniões. Diante desse panorama, procuramos propor um roteiro claro e coloquial, que permitisse criar um vínculo mais espontâneo entre entrevistadora e entrevistada e, com isso, acessar relatos sinceros e ricos em detalhes e sentimentos sobre o tema abordado. Apesar disso, conforme alerta Minayo, (2012, p.4) “o olhar analítico deve acompanhar todo o percurso de aproximação do campo”, o que implica em dizer que essa informalidade não pode ser excessiva, o que dificultaria a compreensão de todo o cenário, até mesmo para poder se municiar a cada instante de novas informações e perspectivas, trazidas pela entrevistada, o que permite um desenvolvimento mais rico da pesquisa, transformando o entrevistador a cada instante em alguém mais apto a questionar, já que, como afirma a autora (Minayo, 2012, p.5) “na interlocução com os atores o investigador é um ator ativo, que indaga, que interpreta, e que desenvolve um olhar crítico”.

A análise das entrevistas também demandou não apenas a leitura das respostas, mas a combinação dessas com a teoria e com o olhar da entrevistadora, que por mais isenta que tente ser, sempre trará um viés ideológico ao estudo, não apenas pautado pela sua visão de mundo, como também pela sua ignorância de um mundo que não o seu. Conforme Minayo, (2012, p.3) a compreensão é sempre parcial, tanto quando se fala do entrevistado, como quando se fala do entrevistador que também tem as suas limitações na interpretação.

De qualquer maneira, nenhuma pesquisa na área social pretende trazer resoluções dicotômicas, apenas uma das maneiras de encarar as questões de vida prática propostas.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados,

motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (Minayo, 2000, p.21 e 22).

Por se tratar de um tema que fala também da formação social e econômica do povo, é natural que nos surpreendêssemos com as histórias de vidas, e com as visões de mundo, das entrevistadas. Como todas as etapas da pesquisa, nessa também foi necessário um planejamento prévio que não impediu o desenrolar de uma conversa pautada pelas respostas da entrevistada. “Toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais” (Minayo, 2000, p.18).

2. EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES E PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS

Paulo Freire era refratário ao uso da palavra “analfabeto”. Dizia que o termo transmitia uma ideia distorcida e aviltante das pessoas que ele preferia chamar de alfabetizandos. A escolha do termo para a pesquisa, diz respeito ao aspecto histórico e legal, definido pela proibição da Justiça Eleitoral. Mesmo hoje, em que o voto de quem não sabe ler ou escrever é permitido, resta a inelegibilidade desses sujeitos, que devem comprovar, com documentação ou um teste, mediante servidor público designado, a sua capacidade de decodificar as letras.

No Dicionário Crítico de Paulo Freire, Ferraro (Streck, Redin e Zitkoski, 2015, p.56) destaca que Freire elencou palavras que eram utilizadas como sinônimos de analfabetismo e todas traziam uma carga negativa. “erva daninha, enfermidade, chaga, incapacidade, pouca inteligência e preguiça” Além disso, Ferraro (Streck, Redin e Zitkoski, 2015, p.56), ressalta que Freire alertava que o não alfabetizado era percebido como alguém que deveria ser salvo da ignorância, sedento ou faminto de uma cultura que deveria ser disseminada. Eram percebidos como seres inferiores e que naturalmente sentiriam vergonha de sua condição, facilitando a doutrinação ideológica de os colocar como outra minoria a ser calada e explorada. Cabe dizer que Paulo Freire construiu seus projetos de alfabetização à medida que as nossas entrevistadas cresciam fora da escola. O percentual de pessoas não alfabetizadas no Brasil, naquela época, era altíssimo, cerca de 1/3 da população em 1970 entre pessoas com mais de 15 anos, mas Ferraro explica (Streck, Redin e Zitkoski, 2015, p.57) que Freire não considerava a falta de alfabetização como uma chaga, mas como uma consequência da injustiça social.

Até 1881 não existia proibição ao voto do cidadão não alfabetizado, o que mudou com a Lei Saraiva, já que o Partido Liberal, então no poder, justificava tal proibição com os argumentos de que “o analfabetismo representava ignorância, cegueira, pauperismo, falta de inteligência e de discernimento intelectual, incapacidade política e até marginalidade e periculosidade” Desta maneira “a condição de analfabetismo transformou-se, assim, repentinamente, num estigma: numa marca negativa e excludente.” (Glossário Ceale, 2015).

Como apontam Dore e Ribeiro,

até 1891, quando foi proclamada a República no Brasil, não existiam restrições ao voto de pessoas analfabetas. No entanto, o direito de voto

estava condicionado à posse de propriedades. Os índios, os escravos e as mulheres não podiam votar. A partir de 1891, foi instituída a restrição ao voto das pessoas analfabetas. Então, a taxa de analfabetismo no país era quase 80% (Dore e Ribeiro, 2011, p.86).

Quando da proibição do voto dos não alfabetizados, várias vozes se manifestaram favorável e contrariamente à lei. Joaquim Nabuco foi um dos ilustres que se posicionou negativamente. Disse ele: “Mais escandaloso do que manter o voto dos analfabetos, era julgar que esses mesmos votos dos analfabetos, que não podem escrever, seriam culpados pelas atas falsas”. Machado de Assis escreveu em uma crônica do periódico “Ilustração Brasileira” de 15-08-1876 que as instituições brasileiras falavam por apenas 30% dos cidadãos. Na realidade o número de eleitores antes e depois da promulgação da Lei Saraiva, o Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que reformou o código eleitoral, caiu de mais de 1 milhão para 145 mil, sendo que na primeira eleição após a referida lei, o número de eleitores que compareceu foi de 96.411. Já Rui Barbosa foi relator da lei e um dos ferrenhos defensores da proibição. Em reportagem da Agência Senado, Westin (2016) nos informa que “Ruy dizia que escravos, mendigos e analfabetos não deveriam votar porque careciam de ilustração e patriotismo e não sabiam identificar o bem comum — diz Walter Costa Porto, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral e autor de A Mentirosa Urna”.

Essa discussão toda, logicamente, excluía as mulheres, que sequer foram alvo do debate ou da presunção de que deveriam ter alguma representatividade ou o poder de decidir quem seriam os eleitos. Não que mulheres não se manifestassem em busca de espaços, mas suas poucas vozes eram solapadas pelas de tantos homens. Uma delas foi a de Nisia Floresta que, apesar das denúncias de que a autora original de seu primeiro livro traduzido era outra e de plágios em sua obra, foi uma importante influenciadora da luta pelos direitos femininos já na primeira metade do século XIX. Outra mulher de destaque foi Isabel de Souza Mattos que usou o seu diploma como argumento para exigir junto à Justiça o direito a votar, pois a Lei Saraiva, assim o dizia:

“Dos Eleitores

Art. 2º E' eleitor todo cidadão brasileiro, nos termos dos arts. 6º, 91 e 92 da Constituição do Imperio, que tiver renda líquida annual não inferior a 200\$ por bens de raiz, industria, commercio ou emprego.

(...)

Art. 4º São considerados como tendo a renda legal, independentemente de prova: Os habilitados com diplomas científicos ou litterarios de qualquer faculdade, academia, escola ou instituto nacional ou estrangeiro, legalmente reconhecidos” (Brasil, TSE, s.d.).

Ela, porém, teve negado o seu alistamento e concedido apenas em grau de recurso. Em uma tentativa de transferir o documento para o estado do Rio de Janeiro, onde passou a residir em 1890, isso lhe foi cassado. Segundo o Ministro do Interior, Cesário Alvim, o diploma não poderia ser aceito como critério “visto dever considerar-se radicalmente nulo em face da citada lei de 9 de janeiro de 1881, que assim como a legislação anterior, não conferiu às mulheres o direito de voto.” É importante se dizer que a lei não explicitava essa proibição, porém era inconcebível para a maioria dos potentados que uma mulher pudesse se imaginar votando, então essa possibilidade nem sequer foi aventada, para que a redação não admitisse essa leitura. Mesmo sem título de eleitor, ela se candidatou a deputada pelo estado da Bahia, em 1890. A negativa de Alvim deu ensejo à escrita de uma peça feminista, encenada uma única vez, mas que serviu para ridicularizar o argumento de que as mulheres não poderiam votar: “O Voto Feminino” seguiu sendo publicada em folhetim pelos anos seguintes e ajudou na luta em defesa das sufragistas brasileiras. Em 1916 a professora Leolinda Daltro, uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino, surgido em 1910, encaminhou ao Congresso um requerimento para que fosse criada uma lei que permitisse o voto das mulheres, mas em 1917 esse pedido foi rejeitado. Em 1927 o Rio Grande do Norte se tornou o primeiro estado a ter uma legislação favorável e em 1928 Lages, uma cidade do interior, já elegia a sua prefeita, Alzira Soriano, com 60% dos votos. Com a aprovação do Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932, foram abolidas as restrições de gênero e o voto tornou-se secreto e qualquer cidadão maior de 21 anos e alfabetizado poderia exercer esse direito. De acordo com Limongi, Oliveira e Schmitt (2020), porém, o “Artigo 121, escondido ao final do Código, reintroduz a discriminação que o Artigo 2 apagara. O Artigo prevê que as mulheres, assim como os idosos acima de 60 anos, seriam eximidas “de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral”. É importante lembrar que o Código Civil da época, no seu artigo 6º,

elena a mulher casada, junto com os pródigos e os silvícolas, entre os ‘incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer’. Já o Artigo 233 estabelece que o ‘marido é o chefe da sociedade conjugal’, enquanto o 242, inciso V, afirma textualmente que a mulher necessita da autorização do marido para ‘aceitar tutela, curatela ou outros munus públicos’. Entre estes últimos, era possível incluir votar, atuar como mesário eleitoral, depor como testemunha, prestar serviço militar ou

executar cargo que atingisse os interesses da pátria ou da ordem social. Todas essas atividades demandariam a autorização do marido (Limongi, Oliveira e Schmitt, 2020, p.7).

Ainda de acordo com Limongi, Oliveira e Schmitt (2020), o que equiparou os direitos de homens e mulheres aos olhos da lei, foi o fato de que o Código Civil de 1962 passou a entender que a mulher casada não era incapaz, e deveria existir uma colaboração entre o casal. O Código Eleitoral de 1965 apenas aplicou esse entendimento e o colocou em sintonia com o Civil.

Como vimos e, segundo Cajado e Cardoso (2011), até 1932 as mulheres brasileiras eram impedidas de votar quando, através da alteração no Código Eleitoral, em 24 de fevereiro, as viúvas com renda própria e as casadas com consentimento do marido adquiriram esse direito. Apenas em 1965 ele foi estendido a todas, desde que alfabetizadas e maiores de 18 anos. Mesmo às mulheres a quem era permitido o voto nesse período, não era obrigatório, como era para os homens, o que demonstra claramente o desprezo de nossos representantes para com o pensamento feminino. Em outros países, inclusive mais avançados economicamente, as mulheres alcançaram esse direito ainda mais tarde, o que não é um elogio ao nosso pensamento retrógrado, apenas a constatação de que, historicamente, em todo o mundo, os resultados da luta feminina por várias conquistas ainda são muito recentes e muito frágeis, tendo que ser vigiados constantemente, sob o risco de involuirmos.

Nessa época já se discutia a possibilidade de pessoas não alfabetizadas voltarem a exercer esse direito. O presidente João Goulart (1961-1964), de esquerda, era favorável e um dos Generais da ditadura, Castelo Branco (1964-1967), também era. Essa conquista só se deu, porém, em em 1º de julho de 1985, (Lei nº 7.332). Conforme Dore e Ribeiro nos discursos dos parlamentares que defendiam essa tese,

destacam-se três aspectos fundamentais (...): o processo de democratização do país, a importância da participação de todos na consolidação da democracia e a mudança na concepção de analfabetismo, devido às informações viabilizadas pelos meios de comunicação. Quanto ao problema da educação pública e gratuita, os deputados criticaram a incompetência do governo republicano no seu oferecimento e, na sua opinião, os analfabetos foram prejudicados nos dois aspectos da cidadania: o político e o social (Dore e Ribeiro, 2011, p.91).

Aos olhos da legislação eleitoral, hoje, o sujeito que não for alfabetizado poderá fazer o seu alistamento eleitoral e terá o voto facultado, mas, se o seu desejo for se

candidatar, e não puder demonstrar a escolaridade mínima que comprove esse conhecimento, deverá demonstrar que sabe ler e escrever, conforme determinação judicial.

2.1. O CONHECIMENTO ACADÊMICO SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES IDOSAS

A educação de idosas no Brasil não tem uma farta produção acadêmica, mas alguns pesquisadores se debruçaram sobre o tema e é mesmo possível buscar pelos vários recortes específicos que tratamos, para aprofundar a compreensão de quais aspectos são os fundamentais no reconhecimento de suas necessidades como cidadãs e como estudantes e o que as faz perceberem-se como protagonistas de suas próprias histórias e decisões. Em sua tese “Práticas discursivas no letramento de mulheres idosas: resgate de cidadania”, Edilan Kelma Nascimento Sousa se propôs, no campo da linguística, a responder várias perguntas acerca dos processos educativos emancipatórios de mulheres idosas e não alfabetizadas, moradoras de uma das cidades-satélite do DF. Sem dúvida as habitantes deste município têm particularidades que não se repetirão em outros grupos de mulheres de mesma idade ou classe social, mas o objetivo de buscar esse embasamento é o de procurar as similaridades com o objetivo deste trabalho.

O projeto que guiou aquela pesquisa chama-se: “Meu nome, minha identidade” e trata exatamente de buscar a voz dessas pessoas marginalizadas. O trabalho foi realizado durante os anos de 2016 e 2017 e focou-se nas mulheres por se tratar de uma turma já existente, com 15 estudantes de terceira idade, a maioria da zona rural, e que contava com um único aluno homem. Nessa turma, os professores buscam organizar

práticas educativas inovadoras – privilegiando as suas necessidades específicas e valorizando as suas experiências de vida – para inclusão desses idosos, pois, apesar de todos terem direito à educação, sabemos não haver políticas públicas para educação dessa categoria (Sousa, 2017, p. 23).

A pesquisadora não era a professora titular, mas buscou um trabalho em parceria com um docente onde a intenção dos educadores era, em suas aulas, proporcionar um ambiente de letramento em conjunto com oportunidades de aproximar seus alunos da cidadania plena, ou, como afirma (Sousa, 2017, p.25), “em condições propícias, o que se pretende é mostrar caminhos para uma educação inclusiva que as coloque como protagonistas de suas histórias e para que tenham voz nas mais diversas interações

sociais”. Nessa perspectiva o letramento foi iniciado em sala, com o objetivo de rever o papel da mulher, especialmente a idosa, na democracia, a importância de suas participações políticas e todo o contexto identitário que se forma a partir do fortalecimento desse direito. Em um segundo momento ocorreram as visitas guiadas ao Tribunal Superior Eleitoral. Dessas visitas seguiram-se discussões sobre o papel coletivo e individual das mulheres, na luta por direitos.

Sousa (2017) destaca dados, em sua pesquisa, que demonstram que as mulheres não só são maioria entre a população idosa, como tem uma expectativa de vida de 8 anos a mais em relação aos homens. Muitas dessas mulheres moram sós, ou são as principais responsáveis pelo domicílio, mesmo que muitas sejam as mais frágeis fisicamente. Apesar disso, é uma população desassistida e concentra grande parte dos não alfabetizados. Resgatar essas mulheres que participam ativamente de suas vidas familiares para um contexto educacional é um dos desafios colocados pela pesquisa e deve ser um dos princípios norteadores dos professores da EJA. Não basta que o aluno aprenda a ler e escrever, ele deve poder fazer uso das letras para resgatar e fortalecer sua cidadania.

A pesquisadora utilizou uma metodologia qualitativa e etnográfica adaptada, não se inserindo totalmente no ambiente do seu objeto de estudo, mas se baseando em dados coletados em entrevistas, rodas de conversa e grupos focais, onde procurou se integrar aos hábitos das alunas, para que o trabalho fluísse de maneira natural, através de uma perspectiva interna, e com confiança entre as participantes. As conclusões foram levantadas sem estabelecer uma hipótese inicial, mas retomando as anotações sobre as percepções, relatos e questionamento feitos pelas mulheres de forma espontânea sobre as suas representações como detentoras de direitos, as práticas sociais que geram esse protagonismo, a importância da participação das idosas na vida democrática e sobre o significado de poder votar e ser votada, além de procurar o seu fortalecimento através das discussões e visitas. As observações tinham um planejamento prévio, um como e um porquê e um diário de campo com anotações minuciosas que descreviam não só os aspectos físicos do ambiente e os diálogos entre as participantes, mas também seus trejeitos e interações.

Como o grupo já existia desde 2014, a maior parte das mulheres já lia os letreiros dos ônibus, pequenos bilhetes ou listas e de acordo com Sousa,

Tornou-se fundamental, então, que as idosas aprendessem a escrever com autonomia, sobretudo, a falarem sobre seus direitos. Assim,

começamos a levantar e apresentar soluções para o contexto de pobreza em que vivem, ou seja, a Cidade Estrutural. Pondero que não há ninguém melhor do que elas para falar de suas reais necessidades. (Sousa, 2017, p.58)

além disso, era de grande importância que elas saíssem do ambiente onde os eventos de letramento normalmente aconteciam, para conhecer outras instituições, igualmente localizadas no Distrito Federal, mas que até então eram desconhecidas delas. Isso resultou em duas visitas ao Tribunal Superior Eleitoral que adaptou as exposições já em exibição àquela incursão e facilitou a simulação de uma votação com a urna eletrônica, além de uma roda de conversa, onde foi possível contextualizar os aprendizados, o que provocou uma reflexão sobre a tomada de espaços, já que nessas ocasiões elas eram escutadas nesses locais externos à instituição de origem, sendo que em uma ocasião duas participantes foram entrevistadas pelo TV Justiça.

A pesquisadora, que prefere tratar o grupo como feminino, já que o único homem é uma honrosa exceção, traçou um perfil de cada uma das participantes, enfatizando o que de conhecimento ou vivência cada uma trazia para contribuir com o aprendizado de todo o grupo. Com idades variando entre 62 e 87 anos, nenhuma delas era natural da região, com a maior parte tendo vinda do Nordeste, já que Brasília foi inaugurada apenas em 1960, ano em que todas já eram nascidas. Os problemas de saúde, as violências físicas e psicológicas sofridas ao longo da vida, os exemplos de superação de cada uma e as características pessoais que faziam com que cada uma estivesse estudando a essa altura da vida, são ressaltadas nos relatos.

Segundo as participantes, a experiência as tirou, como cita Sousa (2017, p.80), de uma cegueira metafórica: suas reflexões acerca de todo o processo de letramento com um objetivo prático em suas vidas, o de lutar por seus direitos, demonstra o quanto elas se sentem fortalecidas a cada momento que aprendem mais, não só a ler e escrever, mas com conhecimento sobre questões legais, “pois é verdade, segundo as colaboradoras deste trabalho, que o conhecimento pode abrir os olhos e as fazer enxergar e assim começar a ver o mundo literalmente de outra forma.” (Sousa, 2017, p. 81). Elas ensaiam uma independência que não experimentaram quando eram mais jovens, sentem-se aptas a tomar suas próprias decisões com mais segurança, alcançam um novo degrau na escala de poder de suas próprias vidas, se igualando à quem anteriormente era responsável por essas escolhas: “os maridos, os patrões e os pais são esses sujeitos que poderíamos elencar na categoria do poder, uma vez que nas práticas sociais que aqui foram exteriorizadas, eles foram aqueles que tomaram as decisões” (Sousa, 2017, p.81). São

mulheres que não tiveram a oportunidade de estudar quando eram crianças e começaram a vida laboral ainda na infância por decisões dessas figuras: o pai, que mandava para a roça, ou o marido, muitas vezes arranjado em casamentos sem amor.

O retorno institucional do tribunal, além de uma importância simbólica, demonstra a potência desse projeto para a aproximação dos cidadãos com o poder, que tem o retorno de como algumas mensagens estão chegando ao seu público e do que pode ser feito para que sejam melhor compreendidas. Os bilhetes de agradecimentos das mulheres que participaram desse grupo foram inseridos em um processo eletrônico, sendo alvo da leitura do Diretor-Geral, e de um carinhoso retorno do servidor que serviu de guia, sendo que todos se mostraram disponíveis a novas experiências e acolhimento de outros grupos, à despeito da aparente frieza e da necessária burocracia que atravessa aqueles corredores.

Percebe-se em todo o relato um enorme ganho de todos os participantes: das alunas, dos professores, da instituição. As mulheres que buscaram o seu letramento nessa experiência relataram sua importância através dos retornos que deram durante o percurso, oralmente, nos debates que continuaram ocorrendo, e nas atividades escritas onde, além de demonstrar o seu aumento de domínio sobre as letras, deixaram claro que entenderam a importância de suas escolhas e decisões.

Outro texto que agrega muito conhecimento a quem busca trabalhar com mulheres idosas e participação política é a dissertação da área da educação de Elisiane de Fátima Jahn (2013), *Mulheres camponesas idosas e suas leituras das cartilhas do movimento de mulheres camponesas do RS*. A autora é oriunda da região e do movimento estudado, o que permite uma enorme imersão naquele universo do campesinato, que não é apenas uma forma de produção e organização rural, mas também uma configuração política dos sujeitos que estabelecem uma relação dialógica específica com o ambiente, e também nos aponta com muita propriedade as dificuldades sofridas em razão do preconceito etário e de gênero.

Segundo a autora, o objetivo da pesquisa foi

compreender e analisar de que forma as mulheres camponesas idosas, que fazem parte do MMC/RS, estão lendo e compreendendo as cartilhas produzidas pelo Movimento, buscando perceber quais elementos ficam das mensagens que foram intencionalmente planejadas. Além de compreender o processo de comunicação interna, essa pesquisa visa, também, a uma descrição do conteúdo planejado pelo MMC/RS, sistematizado nas cartilhas produzidas entre os anos de 2004 a 2012 (Jahn, 2013, p.11).

As mulheres que participaram desse estudo são camponesas entre 58 e 78 anos de idade, cuja escolaridade ia do analfabetismo ao superior incompleto, todas pequenas proprietárias e cujas composições familiares eram variadas. A pesquisa foi realizada “como metodologia participante, por meio de um diálogo de saberes que considerou história, elementos sociais, políticos, econômicos, culturais, cotidianos e pessoais, com o compromisso com as pessoas que estavam envolvidas no processo, com o MMCE com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul” (Jahn, 2013, p.73).

Jahn (2013) trabalhou com conceitos variados de velhice, já que considera que ele pode ser “olhado por meio do viés clínico, físico, biológico, de construção social, psicológico ou mesmo enquanto uma delimitação etária” (Jahn, 2013, p.33). Em relação ao gênero, a autora recupera as ideias de Beauvoir (1967), de relações entre homens e mulheres, já que isso é muito marcante no trabalho no campo. Um dos aspectos ressaltados pela autora durante todo o trabalho é o machismo do meio rural. Isso não apenas diminui a voz das mulheres como também as afasta do campo quando ficam viúvas, pois muitas preferem migrar para a cidade, junto aos filhos, que já fizeram esse movimento anterior em busca de estudo, trabalho e de um mercado de consumo. Esse ambiente patriarcal remonta do início da inserção do trabalho da mulher colona, que sempre foi tratado com menosprezo, desconsiderados os seus saberes e apenas visto como um par de braços a mais para trabalhos mais simples. Essa realidade ainda é a de muitas comunidades e o machismo se mostra entranhado na maneira como as famílias administram as suas tarefas domésticas, restando a elas não só o cuidado com a casa e os filhos, mas também, quando envelhecem, a percepção de que é natural que elas permaneçam no cuidado das crianças, auxiliando “com os netos e bisnetos, de maneira tão normalizada “a ponto de legitimar, elaborar e romantizar o papel das mulheres na cultura de exploração e na super exploração da vida e do trabalho. Por isso, as mulheres também acabam sendo reprodutoras da cultura patriarcal” (Jahn, 2013, p.46).

De acordo com Jahn (2013), a mulher que envelhece sofre além da dificuldade que o corpo impõe em relação à força e agilidade: existe, para além disso, um enorme preconceito social em relação à perda da beleza e uma visão autodepreciativa nesse aspecto. Não que os homens não sejam atingidos por isso, mas às mulheres cabe historicamente o papel de se manterem bonitas para cumprirem suas funções sociais. É esperado que elas sejam belas, enquanto dos homens se espera força e inteligência e no campo, onde tradicionalmente a palavra deles ainda impera, sem muito espaço para discussões de gênero, isso pode ser ainda mais opressor para elas.

É nesse cenário que o MMC atua e compartilha suas cartilhas e onde a pesquisa foi realizada. Em nenhum momento a pesquisadora buscou atribuir às conclusões que chegava uma ideia de resposta definitiva aos questionamentos sociais colocados, ou sequer se afastar ideologicamente da proposta do MMC para uma aferição de caráter mais objetivo. O objetivo era, daquele recorte amostral, trazer elementos para enriquecer o conhecimento acerca do letramento desse público específico. Segundo Jahn (2013), que é militante do Movimento, “muitas vezes pesquisador e pesquisa se misturam em um universo de sentidos, sentimentos e subjetividade, em um movimento de ação e de vida, onde a neutralidade acaba sendo desmistificada” (Jahn, 2013, p.73). O fato de ela já ser ativa no campo facilitou a socialização das respostas, pois as mulheres a reconheceram como alguém pertencente ao grupo, alguém que as compreenderia.

As cartilhas são utilizadas como estímulo para o início de discussões importantes para a sociedade, planejadas com a intenção de transmitir pensamentos e concepções do Movimento, mas não são distribuídas a todas as mulheres que participam das reuniões, e “têm servido como ferramenta de estudo -tanto individualmente como nos grupos de mulheres que, em reunião, leem os materiais e a partir dos textos fazem suas análises e reflexões, relacionando-as com seu cotidiano de vida” (Jahn, 2013, p.77). Os livretos contêm gravuras, têm capas coloridas, versam sobre diversos temas, como violência, saúde, agricultura e propõe, ao seu final, questões para debate, em textos compostos a partir de referências confiáveis. Desse grupo se imagina que saiam multiplicadoras, não só do material discutido, mas da importância da mulher nessas discussões e nas tomadas de decisões, tanto no âmbito doméstico quanto público. Se espera que saiam das reuniões “mulheres com capacidade de problematizar, pensar, projetar, calcular e fazer embates políticos frente à hegemonia do capital e do patriarcado” (Jahn, 2017, p.86).

As mulheres participantes do estudo são ou foram referência da luta feminina no campo em seus municípios, de forma mais ou menos ativa, com maior ou menor experiência em seus núcleos. A única não alfabetizada participa apenas em reuniões e encontros. Ela, que tem 78 anos, é viúva e tem 7 filhos, chegou a participar de aulas de alfabetização onde aprendeu a conhecer dinheiro e escrever seu nome. Não tinha nenhuma apostila do MMC em casa, mas tinha uma do Movimento dos Pequenos agricultores e uma do Partido dos Trabalhadores. Ela relata que um dos principais incentivadores é o filho, que a auxilia, juntamente com o neto, a ler os textos das cartilhas. Conta que sempre participava com ele e que aprendia muito com isso, além de conhecer novos lugares e novas pessoas. Ela fala que não aprendeu a ler, pois na época em que era criança a escola

não era obrigatória e apenas os ricos conseguiam estudar, já que podiam pagar professor para ir em casa. Diz que não tem problemas em morar no campo onde todos a ajudam, mas que não conseguiria viver na cidade. Os entendimentos dos textos da cartilha são feitos, no seu caso, a partir da leitura de outra pessoa. No caso de uma informação imediata, como uma receita ou a forma de buscar um direito era muitas vezes necessário que a pessoa relesse para que ela compreendesse e assimilasse, mas em muitos casos ela acabava esquecendo. Além disso, ela gosta de folhear os livretos e ver as gravuras, pois aprende com elas e as acha bonitas, criando outros mecanismos de leitura, mesmo não sendo alfabetizada.

Um dos aspectos relevantes desse trabalho é, como afirma Jahn (2013), “a importância dessa organização específica de mulheres, que faz com que as camponesas se identifiquem, conheçam outras realidades e, aos poucos, superem as opressões que vivem em seu cotidiano” (Jahn, 2017, p.108). Não como organização política, do ponto de vista amplo da Educação, mas como mais uma estrutura que auxilie no letramento e inserção de mulheres marginalizadas no terreno da busca de direitos individuais e coletivos a partir da realidade de cada grupo com que se pretende trabalhar.

As relações de trabalho e as configurações familiares, ao serem discutidas, podem fomentar mudanças que favoreçam o aprendizado e a busca por novos conhecimentos e por um modo de vida que seja mais prazeroso e libertador para essas mulheres. As mudanças culturais provocadas por essas pequenas ou grandes indagações são suficientemente impactantes para que essa busca não se estanque.

Também importante para o entendimento sobre as relações entre gênero feminino, envelhecimento e a percepção sobre a importância que as idosas têm sobre si mesmas dentro dos seus núcleos familiares e na comunidade onde vivem e atuam, é a dissertação em educação de Patrícia Lichtenfels (2007), “As relações sociais e as funções das mulheres idosas da Vila Fátima na constelação familiar atual”, onde a autora esmiúça a questão da feminização da velhice, de uma maneira mais ampla, a partir de um prisma mais específico: uma comunidade economicamente vulnerável da periferia de Porto Alegre. Foram acompanhadas, durante o estudo, 9 mulheres, com idades variando entre 66 e 93 anos e que já eram envolvidas em um grupo de terceira idade da PUC-RS e, por fim, realizadas entrevistas com as participantes. A autora parte do conceito de Goldstein e Catunda de Siqueira (2000, p. 114, apud Lichtenfels, 2007, p.11), que fala que a velhice deve ser vista a partir do seu contexto. Ela mostra um cenário em que muitas mulheres são provedoras de suas famílias e contam com os filhos como suporte social. A coabitação

familiar tem gerado um aumento da escolarização das novas gerações e uma potente troca de conhecimentos entre elas, além de terem nas relações familiares afetivas um local de reflexão crítica sobre a (re)construção de suas identidades, possibilitando novos sentidos para suas vidas.

Nessa pesquisa, novamente, a constatação de que os idosos, especialmente os mais pobres, os que moravam em cidades do interior e as mulheres, tiveram o acesso à escolarização negado desde a infância, em prol da necessidade de mão de obra que garantisse às suas famílias o mínimo de sustento. Também se percebe claramente a necessidade de que as mulheres permanecessem em suas casas cuidando dos afazeres domésticos, dos irmãos mais novos, dos maridos, dos filhos. A ideia de que aprender, para elas, não era uma prioridade, se estabelecia, já que os conhecimentos que detinham eram suficientes para ajudar na regência de um lar. A idade avançada ajuda a reforçar a ideia de que elas não conseguirão adquirir conhecimentos novos, pois já estão cansadas e a cabeça, segundo elas, não ajuda. Elas se dão conta de que tinham sim, essa capacidade, mas acreditam que a perderam. Elas consideram que a educação e a escolarização são de extrema importância para os indivíduos, tanto que essa é uma prioridade para as gerações futuras em suas casas, mas entendem que fizeram o possível para criar os filhos mesmo não tendo o acesso que deveriam ter tido a esse bem tão precioso. Muitos dos seus filhos, no entanto, não progrediram o tanto quanto elas gostariam em anos escolares, mas guardam os valores trazidos da família, de não terem vícios, serem trabalhadores e honestos. Esses aspectos, para essas mulheres, são motivo de orgulho no resultado de seus trabalhos como mães.

Como avós, ou bisavós, demonstram mais ainda o seu envaidecimento ao estimular a aproximação das crianças com as escolas. Mesmo vivendo em um ambiente insalubre, já que todo o entorno da vila carece de boas condições sanitárias, e com pouco aporte financeiro, essas mulheres se tornam referência na comunidade e dentro de suas casas, compartilhando suas vivências e mantendo-se ativas. A violência do local e que muitas vezes se estende ou se estendeu para dentro de suas casas, ao mesmo tempo em que endureceu suas vidas, aproximou-as de seus filhos e netos, a quem reforçam as boas escolhas e os exemplos bons e ruins. Elas se tornam figuras centrais da família, por sobreviverem a tudo isso e se tornarem, muitas vezes, o sustento financeiro mais estável em seus lares. De acordo com a autora, “Essa situação está associada, entre outros fatores, ao processo de envelhecimento ativo e à universalização da Seguridade Social. Os

benefícios, sejam eles por tempo de serviço, por idade ou doença, têm sido fundamentais na redução do grau de pobreza entre as famílias que têm idosos” (Lichtenfels, 2007, p.92).

Essas pesquisas, é importante destacar, foram realizadas há mais de 15 anos e, se já não tínhamos justiça social naquele período, passamos por um momento ainda mais duro, com reforma trabalhista, previdenciária, passando por uma pandemia mundial e governos que insistiram na retirada de direitos dos mais pobres e na extinção de políticas públicas, empurrando mais ainda para a miséria milhares de brasileiros.

A dissertação em gerontologia de Moreira (2014), intitulada “Vozes na Coxia-cochicho, escuta e participação política de mulheres idosas coordenadoras de grupos de convivência”, busca entender o que mulheres idosas, coordenadoras de grupos de convivência, pensam sobre a trajetória dessas associações e seus membros, suas demandas, e ações na luta por políticas públicas voltadas para idosos. Para isso, a pesquisadora abordou, em oficinas de dinâmica de grupo, a temática de forma interdisciplinar e através da observação dessas atividades e, em um segundo momento, pela apropriação das falas das participantes desses grupos, quando levam demandas específicas diretamente a parlamentares.

Como aporte teórico a pesquisadora apresenta o conceito de velhice como “um vir a ser, um devir complexo imerso nos contextos bio-políticos econômico, social e afetivo” (Moreira, 2014, p.34), baseados nos aspectos biológicos sustentados pelas estatísticas do IBGE e seu censo de 2010.

Mesmo entre essas mulheres que não só têm uma participação ativa, como entre as que lideram outros idosos em debates acerca de seus direitos e promovem atos tangíveis, o sentimento é de invisibilidade. Não se sentem ouvidas, acolhidas ou atendidas, mesmo batalhando por questões de educação, seguridade social e multiplicação de células de luta política para esses grupos, com qualificação e suporte. A pesquisa, no entanto, também percebeu “um mundo possível para a velhice habitado por ações que nem de longe lembram a inércia imputada aos velhos” (Moreira, 2014, p. 215) e propõe que outros estudos sejam feitos para responder a enorme quantidade de questões que surgiram a partir das entrevistas e da observação realizada em um grupo de pessoas dependentes uma das outras, mas ao mesmo tempo autônomas e em uma condição especial de vida que muitas vezes quem não chegou a ela não sabe bem como lidar. De acordo com Moreira, “foi necessário repensar conceitos antigos, e recriar outras formas de pensar a política, e outras percepções sobre a lentidão e a fragilidade não como uma disfunção, mas como potência humana para participar e contribuir” (Moreira, 2014,

p.215). Esse é um dos aspectos considerados como pilares da pesquisa, pois evidencia a necessidade do afeto como ferramenta das relações humanas e de novas possibilidades e de como ele é necessário para que possamos realmente escutar quem tem uma forma diferente de pensar e comunicar seus pensamentos e de lidar com o tempo.

Outro estudo que também destacou a falta de espaço e escuta das mulheres idosas em instâncias de participação política é o artigo de Lins e Andrade sobre saúde pública, de 2018, intitulado, “A feminização da velhice: representação e silenciamento de demandas nos processos conferencistas de mulheres e pessoas idosas”. As autoras analisam a representação e a discussão de demandas de mulheres idosas, que são silenciadas mesmo em espaços que pretendem lutar pelo direito dessas mulheres: As Conferências Nacionais de Política para mulheres (CNPMS) e as de Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), a partir de “quatro eixos principais com relação às mulheres idosas: demográfico, saúde, cuidado e interseccional” (Lins e Andrade, 2018, p.436). As conferências partem do pressuposto da importância dos debates para a formulação de políticas públicas para esses grupos específicos e, segundo as autoras, “a problemática que nos guia aqui diz respeito a uma possível despolitização das mulheres idosas enquanto sujeitas detentoras de direitos e, conseqüentemente, a ausência de um debate sobre gênero” (Lins e Andrade, 2018, p. 439). Apesar de as autoras não deixarem claro sob qual conceito de participação política trabalharam, falam de mulheres que são ativas politicamente mesmo fora de sua comunidade, dando voz a outras em igual condição de gênero e idade.

Um dos aspectos importantes destacados pelas autoras diz respeito à dualidade do Estado no enfrentamento das questões da velhice, já que ao mesmo tempo em que demandam cuidados específicos, surgem como, e cada vez mais, ameaças econômicas, por estarem em uma idade em que param de produzir para o mercado e necessitam cuidados extras, inclusive de renda que garanta a sua sobrevivência. As mulheres, por terem experimentado ao longo dos anos situações que as deixaram em desvantagem, como a dupla jornada, violência ou salários inferiores, e também por viverem mais, segundo as estatísticas oficiais, são em maior número dependentes desse auxílio estatal e doméstico. Conforme Lins e Andrade, “Com relação às mulheres idosas, o processo de construção da desigualdade se dá pelos dois fatores. Primeiro, por serem

mulheres. Segundo, por serem idosas (...) que pode, ainda, ser agravada por outros marcadores sociais e raciais.” (Lins e Andrade, 2018, p.443).

Apesar da nítida feminização da velhice, o recorte de gênero ainda não parece ser suficientemente discutido sequer entre as vozes feministas e, segundo as autoras existe a necessidade de “se politizar o envelhecimento das mulheres, de se garantir direitos civis, sociais e políticos a este grupo, tradicionalmente relegado a cuidados médicos e assistencialistas” (Lins e Andrade, 2018, p.462).

Rozendo, Justo e Correa (2010) tratam no seu artigo “Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas”, publicado na revista Kairós, do aumento da participação de idosos na sociedade atual, homens e mulheres, sem tratar da questão de gênero, mas provocando o debate sobre muito dessa participação soar artificial e da necessidade de proporcionar condições para que ocorram mais espontaneamente. Os autores reforçam que o país está envelhecendo, graças a diversas condições favoráveis que tendem a se ampliar, impactando em nossa cultura.

Os autores também se referem aos conselhos de idosos e conferências voltadas a esse segmento e enfatizam a possibilidade de luta por políticas públicas cada vez mais voltadas aos idosos, não apenas pela necessidade social, mas como pela pressão política exercida por esses grupos. Trata-se de uma outra visão, talvez por não levar em conta os recortes sociais, de gênero e de raça, em que percebem uma ampliação de conquistas significativa. Apesar disso eles também percebem que o protagonismo político pode ser dilatado, inclusive explicitando a ideia de que a palavra “protagonismo” é “uma referência clara ao entendimento de que a sociedade se caracteriza como um cenário de acontecimentos parecidos com o das interpretações das artes cênicas mais utilizada nessas situações e que o termo “atores sociais” ajudam a demonstrar” (Rozendo, Justo e Correa, 2010, p.4). Essas expressões, conforme os autores, mostram a importância da linguagem na construção da realidade permitindo a participação de todos na construção de configurações sociais diferentes das que conhecemos, por se basearem em micro narrativas, que estimulam a participação de todos, incluindo os idosos, que “revelam essa tendência a problematizar as relações de poder, a governança e a política nas micro-relações e nos micro-espços sociais onde se acreditam estarem cravados os dramas da vida e as possibilidades de seus desenlaces” (Rozendo, Justo e Correa, 2010, p.6).

Os autores consideram que os espaços oferecidos permitem a participação de todos e favorecem a construção de uma realidade diferente da inicial. Com relação às

mulheres idosas citam, inclusive, o terreno da educação e a possibilidade de elas ingressarem nos projetos de extensão universitária voltados exclusivamente para esse público, como forma de realização de antigos sonhos que elas foram impedidas de realizar por todos os fatores elencados nas pesquisas já citadas e onde, “mesmo que na condição especial de participante de um projeto de extensão, representa um enorme salto no status social” (Rozendo, Justo e Correa, 2010, p.11).

De qualquer maneira a visão dos autores me pareceu bem mais otimista, talvez por não focar em recortes específicos mais vulneráveis. É inegável que conquistamos muito ao longo dos anos em relação às possibilidades de luta por direitos e de participação política de todos, mas analisar um grupo como representativo de todos desse espectro estário talvez não nos permita a visão de aspectos essenciais em relação à realidade dos inúmeros micro-universos que os autores citam. Nestes micro-universos os autores parecem não perceber as dificuldades de multiplicação de boas práticas em populações mais desassistidas e com menos influência no poder.

3. EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO

Em relação aos processos de envelhecimento, nos pautamos pelos estudos de Jonhannes Doll (2014, p.5-6) que afirma que, além de a população ter envelhecido em uma taxa muito mais acelerada nos últimos anos, também percebeu mudanças muito mais rápidas em todas as dinâmicas de consumo, nas relações humanas, nas legislações sobre os mais variados assuntos. Se hoje, de acordo com o IBGE, temos 17.887.737 mulheres com mais de 60 anos no Brasil, o que representa 8,8% da população (IBGE, 2023), é justo pensar que cabe a elas um olhar especial sobre o que as afeta e um dos aspectos a ser fortemente considerado é o da educação, não necessariamente o feito dentro de sala de aula, mas todos os processos educativos e emancipatórios que possam trazer algum benefício para esse grupo e para o restante da sociedade a partir de suas experiências. De acordo com o autor,

a Educação ampliou seu campo em dois sentidos. Por um lado, a Educação vai além da sua forma institucionalizada, escola e universidade, e fica atenta a processos não-formais e informais de aprendizagem, um campo que na Europa é estudado principalmente pela Pedagogia Social. Por outro lado, a atenção da Educação não fica restrita a infância e juventude, mas inclui todas as faixas etárias, também a vida adulta e idosa, aproximando-se, desta forma, dos Estudos do Envelhecimento (Doll, 2014, p.7).

Doll (2014, p 10-13) nos apresenta seis dimensões em processos educativos com pessoas idosas, onde, de acordo com as experiências e projetos, várias dessas dimensões podem se repetir. “Isso se deve justamente pela heterogeneidade entre as pessoas idosas, bem como os diferentes desafios que o processo de envelhecimento representa para as mesmas” (Doll, 2014, p.10), além de levar em consideração os contextos e as biografias diferentes. Essas dimensões são a socioeducativa, onde o foco são as relações entre os sujeitos, o compartilhamento e a troca de ideias, o aprender com o outro; a dimensão do lazer, onde o tempo livre é utilizado para atividades educativas, como frequentar cursos ou museus; a dimensão compensatória, onde pessoas idosas aproveitam para realizar sonhos de formação, seja na alfabetização, em alguma língua, algo que não tiveram a oportunidade de aprender quando mais jovens, ou simplesmente frequentar uma instituição de ensino, como uma realização simbólica; a dimensão emancipatória, onde os idosos adquirem novas habilidades para trabalhar necessidades próprias; a dimensão de atualização, onde existe o foco de educação em novas tecnologias e a dimensão de

manutenção das capacidades cognitivas, onde a busca por atividades educativas cumpre uma função profilática, de manter o cérebro funcionando para evitar ou diminuir a ação de doenças demenciais.

É inegável, porém, que não temos apenas uma maneira de ser velho e então voltamos para os sujeitos que estamos pesquisando, pessoas em vulnerabilidade social e com vários recortes sociais que aumentam a marginalização. Talvez para elas a educação ainda seja um privilégio de poucos, mesmo que a escolarização no Brasil tenha dado grandes saltos em relação aos seus tempos de criança. Segundo os dados do Censo de 2022 (IBGE, 2022) o percentual de pessoas não alfabetizadas e com mais de 60 anos chega a 16%, enquanto se diluirmos esse número na população total, 5,6% não sabem ler e escrever.

Outra autora que foi um referencial para esse estudo é Ecléa Bosi. A autora dá aos relatos de memórias de idosos um peso que considero essencial para o tipo de pesquisa. Segundo Bosi,

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultura igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade (Bosi, 1994, p.23).

A construção de um cenário que nos mostre as mudanças que vivemos ao longo dos anos, então, passa pelas lembranças de quem os viveu, pois apenas dados estatísticos ou as letras da lei não nos apresentam as dores e as dificuldades de se ter envelhecido mulher e não alfabetizada, não nos mostra a humanidade que não podemos perder ao falarmos de educação e de políticas públicas, assim como não mostra as perdas que pessoas reais enfrentaram e que traz consequências para a configuração da sociedade atual, machista, elitista, e que respeita apenas alguns saberes e considera que todas as escolhas são pessoais, não admitindo que muitas são impostas aos mais vulneráveis. Em seu livro *Memória e Sociedade*, Bosi traz recordações de velhos que não são apenas lembranças particulares, refletem uma era, fazem parte da história coletiva. Alguns excertos nos remetem a conclusões das teses e dissertações lidos para embasar este estudo, como sobre as tentativas de alfabetização de Dona Risoleta, uma das mulheres

retratadas no livro, que conta que ainda com 8 anos foi trabalhar em uma casa de família onde existia a promessa de aprender a ler e escrever, mas que não conseguia manter os olhos abertos, de tanto cansaço, às onze da noite, horário em que a patroa pretendia lhe ensinar. Segundo ela, os seus olhos de menina, “acordada às quatro da madrugada, não se mantinham acessos” (Bosi, 1994, 226), ou quando Dona Brites nos conta de quando foi registrar uma escola noturna, antes da legalidade, para atender adultos e o inspetor lhe disse: “Olha lá, dona Brites, isso é coisa de comunista, veja bem no que está se metendo”. “Vou só alfabetizar e acho que alfabetizar não é comunismo” (Bosi, 1994, p.163). Essa retomada de fatos, entremeados de uma perspectiva histórica, reconstruindo um passado que tem muito a nos ensinar pela narração de quem os viveu e que nem sempre são suficientemente esmiuçados, nos passa uma visão sobre formas de viver que ainda impactam na vida de pessoas que permanecem não tendo voz. Como afirma Bosi, “Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido. A mulher, o negro, combatem pelos seus direitos, mas o velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele.” (Bosi, 1994, p.81). Para isso é preciso prestar atenção ao que os mais velhos nos contam sobre uma história que nem sempre transparece nos dados sobre educação, sobre saúde, sobre poder decidir sobre suas jornadas, sobre ter poder e ser ouvido, não só porque é sobre suas necessidades que estamos falando, mas porque para os idosos o exercício de recordar e transmitir aos mais jovens tem uma importância que não pode ser desprezada. De acordo com Bosi,

O fazer do adulto ativo inibia o lembrar, mesmo porque o "lembrar" da memória-hábito bergsoniana é uma operação já plenamente integrada e absorvida pelos gestos e mecanismos da profissão. Na velhice, quando já não há mais lugar para aquele "fazer", é o lembrar que passa a substituir e assimilar o fazer. Lembrar agora é fazer. É por isso que o velho tende a sobrestimar aquele fazer que já não se faz (Bosi, 1994, p.227).

Esses ensinamentos têm um valor inestimável para todas as gerações, pois nos mostram a possibilidade de aprendermos com os acertos e erros de quem já os viveu ou, como afirma Bosi, “Aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência, passa (ou deveria passar) a outra geração como um valor” (Bosi, 1994, p.228).

Sobre a participação política, a vimos sob a ótica de Booth e Seligson (1976, p. 6, apud Borba, 2016, p. 265), que a conceituam como "um comportamento que influencia ou tenta influenciar a distribuição dos bens públicos”, já que não trataremos de ações

concretas protagonizadas pelas participantes, mas dos meios por ela utilizados para agir ou refletir sobre a valorização ou não, das suas opiniões e das suas contribuições como eleitoras. Não iremos negar em nenhum momento as suas importâncias em ações diversas, apenas contextualizar e tratar do momento específico do pleito, em que essas mulheres também não adquiriram, ainda, o direito de serem elegíveis por não serem alfabetizadas. Com o voto transmitimos aos eleitos e não eleitos a informação de quais são as nossas aspirações como população, mesmo que tenhamos sido induzidos a ele de forma enganosa. Informamos quais lutas são as mais importantes naquele momento, o que nos perturba, o que nos amedronta. Também transmitimos qual a nossa ideia de sociedade, quais os valores que nos importam, o que queremos deixar de herança social para os mais jovens. Colocamos no poder quem se parece conosco ou quem gostaríamos de parecer, sabedores que muitas das bandeiras de alguns políticos já foram desacreditadas, sendo que isso também diz muito sobre seus eleitores. Participação política é algo que também pode ser aprendida e não diz respeito apenas ao dia da eleição, mas a querer expressar seus pensamentos e poder fazê-lo ou preferir se calar e também ter esse direito.

Em relação à definição de gênero, nos guiamos pelo conceito de Scott (1995), em que o feminino se refere ao que a sociedade interpreta como papel de cada mulher, fundamentado em seu sexo biológico. Segundo a autora, “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos (...) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p.86, apud Guedes, 1995, p. 10). Não é segredo que a mulher foi relegada ao papel doméstico, enquanto o homem determinou que seria seu o papel social. Esse cenário tem mudado ao longo dos anos e talvez as próximas gerações estranhem normas absurdas que eram impostas às esposas e filhas, mas elas faziam parte não apenas do regramento social, mas da legislação oficial, incluindo a eleitoral.

Mas se pautamos por Scott o conceito de gênero, procuramos aprofundar esse debate para a questão racial, já que estaríamos conversando com mulheres pobres, da periferia, que tem, até hoje, a sua maioria negra e esse é outro dos aspectos que marginaliza e dificulta a conquista por direitos. O feminismo negro reforça a necessidade de uma luta específica, já que, a esse grupo, foram historicamente delegados os papéis subalternos, de obediência, de simples aceitação a ordens superiores. À mulher branca, mesmo pobre, não é lançado automaticamente um olhar de desconfiança e nos dias atuais, quando ocupa uma posição de sucesso, é percebida uma naturalidade muito maior do que

há alguns anos, percebendo-se um progresso que não é o mesmo quando se trata da mulher negra. Procuramos, então, evidenciar a questão do feminismo negro, crucial para entender as mulheres do perfil estudado, já que, ainda hoje, a maior parte da população pobre e que foi impedida de seguir com a escolarização é de pessoas pretas.

Para elucidar algumas dessas questões nos pautamos pelos estudos de Lélia Gonzalez (2020, p.67-68) que explica que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, vimos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. São inegáveis as sequelas do racismo em nossa sociedade, que dele se retroalimenta, impedindo até mesmo que críticas suficientes sejam feitas para que se encontrem soluções educativas ou de representatividade para diminuir a injusta e nítida desigualdade racial em nosso país. Segundo Gonzales, os brancos se apropriam de elementos das culturas negras, tentam demonstrar uma familiaridade com o que consideram parte da imagem dos pretos, “culminando, pinta este orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista” (Gonzalez, 2020, p.81). Essa falsa democracia dificulta ainda mais o debate e, com isso, afasta mulheres que já não se sentem aptas a falar, das decisões importantes. A principal briga da pensadora sempre foi para que realmente existisse um equilíbrio social e de poder, mas que era dificultado até mesmo dentro das fileiras de luta. Disse ela, em certa ocasião: “para nós negros, para nós índios, para nós mulheres jamais houve democracia neste país. Então, não venham me falar de redemocratização, porque para nós nunca houve democracia” (Gonzalez, 2020, 218).

Em relação à alfabetização nos guiamos por Paulo Freire, que repudiava o termo analfabeto pela carga pejorativa que a palavra carrega, como se fosse uma condição estanque ou uma escolha pessoal. Dizia ele,

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma erva daninha- daí a expressão corrente: erradicação do analfabetismo-, ora como uma enfermidade que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma chaga deprimente a ser curada e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de civilização de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta como a manifestação da incapacidade do povo, de sua pouca inteligência, de sua proverbial preguiça (Freire, 1981, p. 15).

Essa ideia de inferioridade pode ser assimilada pelos sujeitos que, nesses casos, talvez cheguem a duvidar da sua capacidade de discernimento e escolha. Em muitas das vezes

em que os alunos de EJA buscam a alfabetização o fazem pela necessidade de se sentirem aptos a ter o mesmo nível de compreensão intelectual dos alfabetizados, como se o indivíduo só pudesse ter o entendimento através da leitura, e também para serem aceitos entre eles e como eles, não sentindo a vergonha que muitas vezes os fazem calar apenas por não saberem decifrar aqueles códigos. Gomes (2007, p. 229) afirmou que “são sujeitos que desejam não mais serem reconhecidos como analfabetos e, para isso, a busca pelo aprendizado das letras é tida como a garantia da migração para um modo de ser entendido como o melhor.”

Freire pugnava pela formação de educadores que enxergassem nos educandos o potencial de também ser sujeito de seu aprendizado, que ele não é alguém que deva ser curado da ignorância e que “o conhecimento não é um dado aí, algo imobilizado, concluído, terminado, a ser transferido por quem o adquiriu a quem ainda não o possui” (Freire, 1989, p.19). De acordo com o autor (1987), a educação deveria acontecer dentro da realidade do educando, a partir de seus conhecimentos prévios e tendo significado para ele, ao invés de em um ambiente em que o professor apenas transmitisse a informação pronta, “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (Freire, 1987, p.38).

Em contraponto, buscamos uma visão que tratasse especificamente da educação feminina no Brasil, então nos baseamos nos estudos de Maria Clara di Pierro que percebe o grande avanço do grau de escolaridade entre mulheres nas últimas décadas, mas reforça que esse avanço, no entanto, “permitiu que outras dimensões das relações entre gênero e educação ficassem obscurecidas e que determinadas variáveis de discriminação, renda, raça e idade, sejam ainda escassamente estudadas” (Di Pierro, 1998, p.2). A mudança no cenário macro não muda a realidade das pessoas que sempre estiveram à margem do processo educativo formal e nem ameniza as dificuldades que isso causa em suas vidas. A autora ressalta que “a idade constitui um fator importante de discriminação na consecução dos direitos educativos da população feminina” (Di Pierro, 1998, p.2). Essa subordinação das mulheres, que pouco acesso tiveram à educação formal, é vista até com certa naturalidade por elas, como se as suas exclusões da escola não fossem um problema social, mas de certa forma uma escolha pessoal e que a consequência seria a obediência às ordens dos mais letrados. Di Pierro, juntamente com Galvão, demonstram que a busca por melhores condições de vida de mulheres do interior, potencializa esse sentimento, já

que nos grandes centros urbanos “os usos da leitura e escrita são mais difundidos, permeando a vida cotidiana” (Di Pierro e Galvão, 2007, p. 17).

Outro aspecto importante do trabalho das autoras diz respeito à análise do preconceito aos analfabetos no Brasil (2007), fator que impulsionou a feitura da Lei Saraiva, que proibiu o voto dessa parcela da população em 1881. Mesmo com uma população em que 80% das pessoas não sabia ler ou escrever, e sem uma necessidade prática dessas habilidades para o cotidiano da época, essa condição começava a ser vista como uma distinção social. As autoras descrevem o cenário histórico que permitia discursos bastante discriminatórios que classificavam como dependentes, incompetentes e servis aqueles que não eram alfabetizados. Infelizmente a repulsa não se limitou àquela época e Di Pierro e Galvão nos mostram como isso afeta até hoje quem não domina esses códigos, tanto pelos olhares desconfiados, pela negação de oportunidade ou mesmo pela visão tacanha de quem imagina que são eles pessoas sem cultura e, portanto, facilmente manipuláveis. De acordo com as autoras, no decorrer da história do Brasil, um perfil homogêneo de pessoas não alfabetizadas se formou, moradores das zonas rurais de pequenas cidades, em famílias com muitos filhos. Atualmente, mais de 94% dos habitantes do país possuem alfabetização, no entanto, temos uma herança de indivíduos idosos que nunca tiveram acesso à escola e ainda são vistos como incapazes. Segundo Di Pierro e Galvão, essas pessoas não estão sendo atendidas por políticas públicas, justamente por estarem em idade avançada e não serem prioridade, “sob o argumento de que o investimento em populações que já se encontram no final de sua vida produtiva tem pouco retorno social e econômico” (Di Pierro e Galvão, 2007, p.60).

Outra autora norteadora da pesquisa nesse aspecto foi Judith Kalman, que busca definições de alfabetização diferentes do que é entendido pelos recenseadores em levantamentos oficiais. O Censo do IBGE, por exemplo, considera como alfabetizados aqueles que “sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem”, mas Kalman considera que essa é uma perspectiva rasa e procura contextualizar as práticas de leitura e escrita, considerando o acesso e a disponibilidade de textos em situações que facilitam o aprendizado (2004, p.7). A convivência cotidiana com palavras, seja em impressos, bilhetes ou até mesmo em paredes da cidade, permite que o alfabetizando se aproxime da cultura escrita e participe do mundo social. “Entonces, ser letrado implica aprender cómo se usa deliberadamente el lenguaje escrito –géneros de texto, significados, discursos, palabras y letras– para participar en eventos” (Kalman, 2008, p.126).

Além disso, Kalman afirma que aprender a ler e escrever vai além do domínio mecânico das letras e demanda a oportunidade de se relacionar com outros leitores e escritores e conversar sobre esses textos, inserindo-os em situações conhecidas para eles (Kalman, 2008, p.125). A autora considera que, para trabalhar com alfabetização de adultos, é necessário ter o mesmo cuidado que se tem ao ensinar crianças: buscar o que tem significado para eles e não apenas atividades fragmentadas que busquem a memorização. Por isso pessoas que têm práticas sociais que se aproximam das letras terão mais facilidade em aprender a ler e escrever (Kalman, 2002, p.14)

4. SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PRODUZIDOS PELAS MULHERES IDOSAS ENTREVISTADAS

Inicialmente iríamos realizar entrevistas com mulheres indicadas por um educador social de uma ONG do bairro Restinga. O projeto, no entanto, não existe mais e acabamos por perder o contato com ele. Decidimos, então, fazer uma busca pelo bairro, um dos maiores de Porto Alegre e com uma população que apresentava, segundo o Censo de 2010, um índice de pessoas não alfabetizadas de 4,03% contra 1,5% do restante da cidade.¹

Optamos, nesse capítulo por fazer uma análise das entrevistas de forma individualizada e em seguida, o cruzamento de algumas considerações que talvez sejam comuns a todas ou que se destaquem por serem exclusivas de alguma delas. Para isso, preferimos utilizar nomes fictícios, evitando o uso de iniciais que trariam um tom muito burocrático a conversas que foram feitas de maneira informal.²

Bosi (1993, p. 277) nos alerta que o uso da memória social nas pesquisas nas áreas de ciências humanas, que se tornou intensa a partir da década de 1970 não substituem conceitos ou teorias históricas e que os “depoimentos colhidos, por mais ricos que sejam, não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que explique um processo social, uma revolução política” (Bosi, 1993, p.277) e é isso que tentamos colher: relatos de mulheres que viveram na sua história os preconceitos de não serem alfabetizadas em um situação de direitos que exigia essa condição até determinada data. Mesmo que isso não se comprovasse na prática, existia o constrangimento de escalonar os cidadãos de acordo com o seu letramento.

Não apenas delas estamos falando quando optamos por ilustrar a pesquisa com esses momentos de vida, mas também das pesquisadoras. As escolhas das questões e a forma de perguntar são importantes, não para induzir alguma resposta, mas para que as entrevistadas se sintam acolhidas e não julgadas, para que percebam que realmente nos interessamos por suas histórias não com um olhar crítico, mas na busca do entendimento de como a sociedade se comporta, sob os seus pontos de vista. Bosi (1993, p.278) esclarece que, “desde o passo inicial, no encaminhar de uma simples questão, já se revela

¹ A pesquisa foi aprovada pela COMPESQ/EDU através do CAAE 76079723.8.0000.5347.

² As entrevistas transcritas integralmente estão no apêndice A.

a filosofia que subjaz ao trabalho” e isso faz com que a conversa flua. Outro aspecto importante é a análise das entrevistas, que foi realizada pela mesma pessoa que realizou os contatos, o que seria o ideal, segundo Bosi (1993, p.278).

A entrevistada mais jovem tem 74 anos e a mais velha 81. Todas são viúvas. Essa pequena amostra fala muito sobre a feminização da velhice, com mulheres vivendo mais do que os homens por diversos motivos. A expectativa de vida das mulheres no Brasil é de viver mais de 80 anos, enquanto a dos homens é de 73, segundo o IBGE. Quatro delas moram com filhos e uma, que perdeu o marido recentemente, mora sozinha, mas é próxima da filha, que reside no mesmo bairro. Todas relatam a convivência com os filhos, mesmo com os que não coabitam a mesma casa. Três delas nos contam que tem os outros filhos perto, com casas próximas, ou ajudando a criar os netos e bisnetos. Essa ajuda vai desde o cuidado, o olhar para que a mãe possa trabalhar, até o sustento.

4.1. DONA TALITA

Dona Talita foi a primeira entrevistada, que conheci quando passava em frente à sua casa e ela terminava uma conversa com uma vizinha. Logo me convidou a entrar e contou um pouco de sua vida. Disse que não lembrava o ano que nasceu, mas que tinha sido no início dos anos 1940. Chegamos à conclusão de que teria sido por volta de 1949, 1950, já que tem hoje 74 anos. Veio de Palmeira das Missões há cerca de 30 anos e teve 9 filhos, falando a todo momento do amor que tem pela família.

Dona Talita chegou a frequentar a EJA no bairro Restinga, onde mora, mas agora não está podendo estudar pois fez uma cirurgia de emergência e está fazendo um tratamento de quimioterapia. Apesar da atual situação de Dona Talita, a conversa foi recheada de palavras positivas e animadas.

Dona Talita é mais uma mulher que passou pela infância sem ter podido frequentar a escola, apesar da vontade dela e de seus pais. A distância, a necessidade de buscar o sustento e o pouco suporte que tinham os estudantes para se manterem no colégio, na época em que Dona Talita era criança, a expulsaram de lá. Apesar disso, dona Talita reforça que recebeu educação “*de não aprender a roubar nada, graças a Deus. Trabalhei. Eu trabalhei, foi a educação que eu dei pras filha também, foi assim também. A gente soa, mas o que a gente ganha é honesto.*” Dona Talita sabe que não apenas os conhecimentos escolares são valiosos, mas também outros ensinamentos, passados de

geração em geração ou aprendidos durante a vida, e que suas filhas também aprenderam com os conhecimentos dela. Quando ela diz a *“filha trabalha em obra! É serviço que eu não faço! Essa parte ela não aprendeu de mim porque eu não faço”*, ela deixa claro que muitas outras coisas foram passadas para a geração seguinte através da oralidade e do exemplo, mas sente falta de saber ler, o que seria importante para questões práticas do dia a dia, como quando ela fala de coisas que estão sendo necessárias naquele seu momento histórico: *“Olha, me faz falta porque isso eu quero, isso eu quero pegar um remédio, quero ler a receita ali.”* Mesmo assim, Dona Talita não se sente diminuída enquanto panfleteia com sua vizinha e percebe que fazia isso de maneira mais eficaz do que outros, que provavelmente eram alfabetizados, por serem jovens e terem tido acesso mais facilitado à escola: *“não era que nem a gente que chegava e falava e explicava, não. Porque a mulher já é mais voluntária pra fala, eu não sei fala muito, desculpa que eu só analfabeta. A mulher já é mais espontânea pra falar das coisas, abre a boca e fala.”* A fala dela é ambivalente pois, ao mesmo tempo em nos conta que tem a oratória para explicar o porquê de suas decisões políticas e convencer outras pessoas a terem a mesma escolha, se desculpa por não ser alfabetizada e, portanto, ser ignorante de acordo com o senso comum. Conforme Galvão e Di Piero,

Mais que limitação sensorial, a “cegueira”, quando utilizada no discurso público como imagem do analfabetismo, tem a conotação de deficiência moral e intelectual: o analfabeto é concebido como um ser ignorante e desprovido de meios de discernir entre o certo e o errado. A imposição do estigma faz com que esse mote seja assimilado e reproduzido na fala dos próprios analfabetos (Galvão e Di Pierro, 2007, p.24).

As autoras destacam que este tipo de preconceito foi muito disseminado por políticos para justificar a proibição do voto de quem não era alfabetizado. De certo modo, vemos na fala desta entrevistada o quanto esse preconceito afeta subjetivamente a identidade da pessoa sem escolaridade. Em contrapartida, a proximidade com a sua comunidade e o domínio das necessidades coletivas, assim como o uso de uma linguagem comum a seus vizinhos, certamente dão a ela a tranquilidade para expressar o seu conhecimento sobre os assuntos de que fala e, naqueles momentos, se percebe sábia.

Segundo Freire (1987, p. 13), nenhuma das culturas, a letrada e a não-letrada, são completas e que, portanto, ninguém é totalmente inculto e a palavra, ao mesmo tempo em que liga o mundo da consciência, ao aproximar a práxis do pensamento organizado, amedronta esse sujeito que dialoga com o mundo de maneira natural, pois é um desafio e, portanto, um risco. Na presença da entrevistadora, então, ela talvez se sinta na

obrigação de demonstrar que tem a percepção da sua falta de instrução, ao invés de reforçar a sua compreensão sobre diversos assuntos e sobre o mundo. Dona Talita demonstra uma grande animação na sua participação na comunidade, seja como cabo eleitoral, como participante das decisões sobre as necessidades do bairro: “*ah, gosto, gosto porque é pro nosso bem, pra melhorar na nossa família*”, na hora de votar: “*perdendo ou ganhando, para mim não, o importante é que eu fui lá e votei.*” e acredita na importância de a comunidade se organizar e reivindicar melhorias. Dessa maneira Dona Talita se comunica na sua comunidade e deve ser escutada pelos que têm o poder de decisão, o que ainda não vemos acontecer com a frequência que seria necessária para que essas populações tenham mais oportunidades de desenvolvimento e para que dali surjam novas lideranças. Como afirma Freire,

Expressar-se, expressando o mundo, implica o comunicar-se. A partir da intersubjetividade originária. Poderíamos dizer que a palavra, mais que instrumento, é origem da comunicação - a palavra é essencialmente diálogo. A palavra abre a consciência para o mundo comum das consciências, em diálogo portanto. Nessa linha de entendimento, a expressão do mundo consubstancia-se em elaboração do mundo e a comunicação em colaboração. E o homem só se expressa convenientemente quando colabora com todos na construção do mundo comum - só se humaniza no processo dialógico de humanização do abundo. A palavra, porque lugar do encontro e do reconhecimento das consciências, também o é do reencontro e do reconhecimento de si mesmo (Freire, 1987, p-13-14).

Essa entrevista me remeteu por diversas vezes à dissertação de Lichtenfels (2007), revista neste trabalho. Dona Talita é uma mulher que agrega a família e cuida do sustento, sentindo-se responsável pelos netos e bisnetos e que, mesmo tendo uma renda baixa, de um salário mínimo, e vários gastos dos quais não pode abrir mão, ainda tenta dar um conforto para os familiares nos momentos em que isso é possível e isso se faz presente em suas falas: “*a irmãzinha desse, eu criei até os 5 anos, agora eu tive que entregar, né? Ah, que sentimento!*” e “*eu criei ele, eu criei outra neta que me chama de mãe, eu criei*”. Ela procura deixar claro que toda a família mora perto, o que facilita os cuidados de uns pelos outros. Lichtenfels nos fala da feminização da velhice, em um conceito de Camarano (2003) e nos demonstra como isso acontece na realidade de uma vila de Porto Alegre com índices sociais parecidos com os da Restinga o que também reforça o conceito trabalhado por ela naquela pesquisa de que os idosos devem ser estudados de acordo com sua condição social e financeira, para que políticas públicas específicas sejam pensadas para eles. São muito diferentes pessoas idosas que tiveram um certo conforto econômico durante a vida, da de pessoas que sempre tiveram que batalhar para garantir o sustento de

seus lares e que, por isso, tiveram menos acesso a lazer, educação e saúde o que acaba refletindo na qualidade de vida quando se chega à velhice. No caso de Dona Talita e das mulheres retratadas na pesquisa de Lichtenfels, elas se sentem na obrigação de acolher os filhos, os filhos dos filhos, os netos dos filhos, pela proximidade física, pelo afeto, por mulheres se colocarem na condição de cuidadoras sempre e trazerem para si essa obrigação e muitas vezes por imaginarem que não deram a eles todas as oportunidades durante a vida.

Depois de ter os seus filhos criados, depois de ajudar a criar os netos, ajudar com os bisnetos, Dona Talita buscou a EJA, em uma escola do bairro. Fala que ainda pretende retornar, mas não agora, pois está fazendo um sério tratamento de saúde, para tratar um câncer, que apareceu repentinamente e que exige dela um grande esforço físico, mental e emocional, mas foi enfática em falar do prazer que tinha de frequentar as aulas: *“gostava, foi muito bom, eu brincava, tinha jogo de vôlei, brincadeira, muito bom, eu tinha as minhas amigas, meus colegas, tudo isso né?”*. Apesar de a EJA enquadrar-se, a princípio, na dimensão compensatória elencada por Doll (2014, p.11), ao descrever os processos educativos experienciados na velhice, mesmo que, conforme o autor, seja pela simples frequência em uma instituição de ensino, como uma realização simbólica, no caso de Dona Talita, parece se enquadrar mais como uma dimensão socioeducativa, presente, na verdade, na maior parte dos projetos (Doll, 2014, p.12) e onde o foco é o “desenvolvimento de contatos e relações sociais e a capacidade de conviver com outras pessoas” ou até mesmo de lazer, onde a participação em atividades educativas pode preencher o tempo livre advindo com a saída dos filhos de casa e com a aposentadoria. Ela é uma mulher que se mostra muito ativa, física e intelectualmente. Fala que gosta de caminhar, passear, ir ao culto, fala das experiências fazendo propaganda política para algum candidato e tudo isso parece fazer parte do seu jeito de viver a vida, que não parece estar sendo modificado pela doença. Se hoje ela está abrindo mão de algumas atividades, planeja retomá-las quando estiver com a saúde estável.

4.2 DONA ILCE

Dona Ilce eu conheci enquanto ela voltava do mercado, carregando duas sacolinhas de compras. Inicialmente desconfiada, logo estava dando risadas comigo, mas também esteve a ponto de quase chorar, quando falou de seu marido, que faleceu havia

apenas 8 meses, depois de 56 anos de casamento. Dona Ilce mora há 26 anos em Porto Alegre, no bairro Restinga.

Ela não lembra bem o ano em que nasceu, mas acredita ter sido em 1948 ou 1949, na cidade de Putinga, que recentemente foi arrasada por uma grande enchente. Tem uma filha, que hoje tem 55 ou 56 anos. A memória de Dona Ilce para datas talvez não seja a melhor, mas ela traz relatos importantes sobre a sua história e uma poderosa reflexão sobre as consequências de nossas escolhas, sejam políticas ou familiares.

Em determinado momento, Dona Ilce fala:

Eu também eu conheço tudo as letras só que, pra dizer escrever ou ler uma coisa, assim não, mas eu ninguém me logra. Caminhei o mundo um pouco, fomo trabalhar pro São Paulo, porque tinha umas épocas aí que o produto não deu muito e fomos para lá e se viremo. Eu disse, às vezes o mundo te ensina também e tu vive com as pessoa.

Está claro nesse trecho a certeza que ela tem sobre ter o seu conhecimento, mesmo não sendo letrada. Em outros momentos ela fala sobre a atuação de bancos, sobre juros, sobre saber decidir sobre a venda das terras ou não. Esse conhecimento é inerente à população rural que aprendeu a lidar com isso a partir de situações práticas e de relatos orais de outras pessoas de sua confiança, mas esses não são os únicos conhecimentos de Dona Ilce, que exemplificou, sem nenhuma pretensão, como o “mundo te ensina”. Paulo Freire (1979, p.15) dizia que “os homens são capazes de agir conscientemente sobre a realidade objetivada. É precisamente isto, a ‘práxis humana’, a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo”. Dona Ilce não precisou estudar economia para saber que a escolha da família deveria ser a de não vender as terras antes da mudança para São Paulo: “*a gente trabalhava com o banco, mas o juro, se tu não pagava quando tu tinha que pagar eles vinha e te recolhia a terra, então tu vendia aquilo, pagava as dívida, mas daí tu ficava sem boi, sem coisa pra trabalhar, tu ia fazer o quê?*” A família, mesmo que nenhum dos seus membros tenha frequentado a escola, tinha construído um conhecimento que facilitou a decisão, afastando deles a imagens de caipiras ingênuos que iriam se aventurar em outro estado. Não que Dona Ilce não perceba o preconceito que paira sobre a sua condição de não alfabetizada: a expressão “*mas ninguém me logra*” utilizada por ela, já demonstra que ela sabe que o mundo espera que ela seja enganada por não ter tido uma educação formal, porém enfatiza que é um preconceito que não encontra base em suas vivências, por tudo o que aprendeu durante a vida.

Os relatos de Dona Ilce, ao contrário, nos mostram que pessoas não-alfabetizadas, conforme explicam Galvão e Di Pierro (2007, p.26), são capazes de desenvolver: “estratégias bem-sucedidas de sobrevivência nos ambientes urbanos letrados, mediante a utilização de capacidades como a observação, a oralidade, a memória, o cálculo mental e, sobretudo, acionando as redes de sociabilidade e apoio”. No caso de sua família, todos tinham nenhum ou muito pouco estudo formal e se criaram em uma comunidade rural, em um cenário bem característico da população sem escolarização no Brasil, que, conforme as autoras (Galvão e Di Pierro, 2007, p.16), seria predominante de famílias com muitos filhos, em pequenos municípios cuja economia fosse voltada para a agricultura e onde todos deveriam trabalhar para garantir a subsistência. Em uma comunidade onde frequentar a escola era privilégio de muito poucos, o preconceito contra quem não sabia ler ou escrever talvez não fosse tão percebido e isso forjaria pessoas que, tendo um bom apoio familiar e a transmissão de conhecimento entre seus pares, fossem mais seguras dos seus conhecimentos em assuntos de seus interesses e transmitissem essa confiança como faz a Dona Ilce em suas observações. A falta de estudo da língua escrita se refletiria em algumas relações, como as transações com o banco, por exemplo, mas não no dia a dia, nas conversas e tratativas com outras pessoas da comunidade, já que, segundo dados do IBGE, em 1970, o percentual de não alfabetizados na área rural era de quase 60%, enquanto na área urbana era em torno de 19%.

Em seu relato, Dona Ilce fala sobre sempre ter votado, sempre ter tido título de eleitor, já que, segundo ela, era necessário apenas que soubesse assinar o nome, mesmo tendo sido em uma década bem anterior à permissão do voto dos não alfabetizados: *“Aquela vez eu me alembro que era só que tu sabia assinar teu nome e fazer e votava. Eu sempre votei, nunca... só falhei agora”*, lembrando que isso provavelmente tenha acontecido no início da década de 1970, já que associa a memória de ter votado com a idade de sua única filha, pequena na época.

Nesse momento histórico as mulheres alfabetizadas já tinham amplo direito ao voto, o que não acontecia com sua avó e sua mãe, que passaram pelas legislações que permitiam o voto feminino em 1932, mas apenas com o consentimento do marido até 1965. Segundo ela, *“a mãe nunca votou, o pai sim, porque ele era homem então ele votava, mulher não podia”*. Apesar de termos a consciência dessa legislação, não conseguimos compreender o impacto que ela teve nas mulheres da geração de Dona Ilce, que usava de seu direito de votar de forma até mesmo pioneira dentro de seu núcleo

familiar. Isso provoca uma reflexão sobre as conquistas femininas nessa época. Se existia uma lei que impedia as mulheres de votar, e outra que impedia pessoas não alfabetizadas de votar, por que apenas uma delas era seguida à risca? Uma hipótese talvez fosse a possibilidade de considerar como alfabetizado quem apenas desenhava o nome, garantindo com isso mais votos para os candidatos. O gênero, no entanto, não poderia ser fraudado ou visto sob uma ótica mais favorável aos que decidiam o cadastro eleitoral na época. O voto feminino, no entanto, já era permitido desde a década de 1930, bastando ser autorizado pelo esposo. Por que isso não aconteceu com a mãe e a avó de Dona Ilce, sendo que ela fala que providenciou o documento assim que ele começou a ser expedido em sua cidade? *“Eu não sei se eu tinha 25 ou 26 anos, agora eu já era casada, casei com 19, não lembro bem, mas foi entre isso aí, ou 21, uma coisa assim. Era, porque eles começaram a fazer os títulos lá eu já era casada.”* Não nos cabe formular hipóteses, ela apenas relatou o que via acontecer, mas podemos perceber uma mudança cultural acontecendo naquela época, apesar de extremamente tardia. Segundo Scott “História é tanto objeto da atenção analítica quanto um método de análise. Vista em conjunto desses dois ângulos, ela oferece um modo de compreensão e uma contribuição ao processo através do qual gênero é produzido” (1994, p. 13-14, apud Siqueira, 2008, p.111). Muitas vezes não conseguimos ver a história acontecendo, pois são movimentos lentos, mas quando olhamos para trás, percebemos pequenos passos do que nos garantiu, pelo menos na lei, a ampla participação democrática, o que não significa que as mulheres hoje tenham, na prática, os mesmos direitos que os homens. Dona Ilce mesmo fala sobre isso, e sobre a falta de voz das mulheres, assim como reclama sobre violência de gênero, quando diz que *“mulher é muito pouco valorizada, não sei se eles não valoriza o que tu faz. Pra mim é assim”*. Mas essa queixa não se dá apenas em relação às mulheres, mas aos pobres, que ela também considera invisibilizados, como quando ela clama por atenção aos direitos e pede *“Que a gente seja mais visto! Tem muitos que não semo visto quase. Quem é pobre tem que lutar pra sobreviver. Tem que mudar um pouco!”*

Em sua retomada da memória sobre fatos históricos, Dona Ilce nos fala de períodos específicos na política e mostra como o voto tem impacto sobre a vida de cada um, tanto positiva como negativamente, apesar de achar que, atualmente, é mais difícil encontrar aliados do povo no poder. Em um determinado momento ela diz:

Ah, a gente votava pra botar uma pessoa que fizesse alguma coisa, né? Que fosse uma coisa de bem pra aumentar a cidade e ajudar o agricultor e aquelas pessoa que entram faziam bem, agora...e esses

dias eu me alembrei, como é que é? Na época do... na época do Brizola, aquela época era muito bom, me lembro do meu pai que os produtor era muito bem atendido, ele fazia muita coisa. Eles ajudavam, né? Tu vê agora, vem os dinheiro tu não vê aonde vai e eles quase não ajuda ninguém.

E um pouco depois:

Se ele fazia bem, porque aquela vez do Collor... foi o Collor que sacou o dinheiro, né? Nós tava pra São Paulo aquela vez, aquela vez ele fez muita coisa errada. Que nós chegamo a perder dinheiro, se tinha um pouco e perdemo. Depois disseram que vinha, nós fomo ver, diz que não veio. Sei lá...então é isso aí que eu digo, talvez tu pense em botar uma pessoa pra tua própria... não, é bom aquele lá!.. depois...”.

Ela fala diretamente sobre as consequências do voto, mas não culpando o eleitor, que ao menos tenta escolher o gestor mais adequado. Em um trecho mais adiante, fala que o mundo sofreu muitas mudanças para pior e associa isso a atitudes gananciosas das pessoas, não necessariamente de políticos em cargos de poder. O que não fica claro quando ela diz “*Porque isso é uma mostração, porque o que aconteceu com esse temporal foi mostração, muita ganância*”, é se ela trata isso de forma religiosa, e, portanto, como um castigo divino, ou como uma resposta da natureza às escolhas de quem tem o poder financeiro.

4.3 DONA TÂNIA

Conheci Dona Tânia por intermédio de sua filha, que é colega de uma amiga. Já conversamos algumas vezes, ao longo de 30 anos, mas nunca fomos além de cumprimentos sinceros, embora formais. Ela mora em Alvorada com a filha e ficou viúva durante a pandemia de COVID.

Ela nasceu em 1943, no município de Formigueiro, mas já saiu de lá no final da década de 1950, com destino à Porto Alegre. Hoje tem 81 anos, nunca estudou, mas a filha, com quem mora, é professora de anos iniciais. Dona Tânia é conhecida na vizinhança por tocar violão muito bem e cantar músicas caipiras da velha guarda, com um grande repertório.

Em vários momentos, Dona Tânia declarou que não considera importante o seu voto, a sua opinião. “*Ah, pra mim não fazia diferença nenhuma! Eu votava por votar, mas não tava nem aí!*” Talvez por não se sentir segura em ter uma opinião sobre assuntos importantes. “*Sabe que eu não vou nem responder, porque eu não entendo nada.*” Dona Tânia, ao contrário das outras mulheres entrevistadas, não relata que as dificuldades da

infância fizeram com que ela fosse afastada da escola, na sua visão os pais simplesmente não queriam que ela e os irmãos estudassem e isso pode ter prejudicado ainda mais a sua auto confiança, que já é diminuída entre os que não aprenderam a ler.

Segundo Galvão e Di Pierro (2007, p. 24), “os sucessivos constrangimentos e experiências de discriminação levam à corrosão da autoestima dos indivíduos, que acabam assumindo a identidade deteriorada e assimilando ao próprio discurso as metáforas depreciativas formuladas pelas elites letradas.” Dona Tânia talvez não exponha as suas opiniões por não crer que elas façam sentido, já que, segundo Galvão e Di Pierro (2007, p. 24), socialmente não ser alfabetizado “tem a conotação de deficiência moral e intelectual: o analfabeto é concebido como um ser ignorante e desprovido de meios de discernir entre o certo e o errado.”

As outras entrevistadas consideram que não estudaram porque as condições nas suas infâncias não eram favoráveis a isso, pela distância da escola, pela necessidade de ajudar em casa ou mesmo por terem tentado e não terem vencido as dificuldades da alfabetização. Diferente delas, Dona Tânia diz que foi proibida apenas, não alega que a logística a impediu, apesar de citar que as primas “*tinha que ir a cavalo pro colégio, que não tinha como ir, era muito difícil*”, a crença que ela carrega, e não sabemos se esse foi realmente o motivo, é de que não havia essa vontade por parte dos pais e ela parece tratar isso, ainda, com muita dor. Crescer com essa ideia é talvez imaginar que nem sequer a sua família lhe considera capaz de aprender, então não teria porque perder tempo estudando ou pensando. Se as outras mulheres da pesquisa demonstram se sentirem importantes ao votar, Dona Tânia deixa explícito que não faz diferença para ela.

Se é mais difícil analisarmos uma entrevista que não tenha tantas respostas, a falta de respostas também pode ser vista como uma informação. O que faria com que Dona Tânia, em um ambiente educacional, começasse a se libertar dessa imagem de incapaz? A opressão que ela carrega há 80 anos deixou marcas profundas, mas não determinantes. A postura de dona Tânia não deveria interferir na forma como a enxergamos, segundo Freire (1987, p.34), “é preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também.” Certamente em outros ambientes ela consegue se expressar com mais facilidade, sem a sensação de estar sendo cobrada ou testada e, trabalhando a consciência de sua capacidade, através do diálogo e não da imposição, o oprimido, de acordo com Freire (1987), vai se libertando de suas amarras.

Por isso é essencial que, na EJA, possamos compreender verdadeiramente esses sujeitos. Não diminuindo a importância do seu não se importar, mas trabalhando a certeza de que podemos conquistar juntos uma consciência crítica. De acordo com Freire (1987, p.33), “não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho” e, portanto, é necessário que sejamos educadores problematizadores, pois é a partir daí que surge o desafio, a reflexão e o movimento para fora da opressão.

É importante frisar, no entanto, que Dona Tânia não está sozinha em relação ao seu desinteresse pela política. Em levantamento realizado em 2023, o Instituto Cidades Sustentáveis concluiu que 78% dos brasileiros não tem vontade alguma de participar da vida pública e cerca de 70% não lembram em quem votaram para deputado federal nas últimas eleições. Esse número é ainda mais alto entre os mais velhos, entre quem tem renda menor e entre quem tem um menor grau de instrução, recortes em que se encontra Dona Tânia. Ela afirmou não frequentar ou ter frequentado associações ou organizações comunitárias e nem mesmo igreja, como outras entrevistadas citaram. Essa falta de participação pode ser uma das consequências dessa descrença, mas também pode ser um dos fatores que reforçam o descaso, já que o interesse pela coletividade pode ser impulsionado por atividades realizadas e discutidas em suas comunidades em busca de um bem comum. De acordo com Booth e Richard (1998),

a participação em diferentes classes de associações afeta o ponto de vista individual sobre o sistema político de várias maneiras. Com isto, eles trazem a idéia de que diferentes formas de envolvimento em ações coletivas geram diversos efeitos na opinião individual e no comportamento político. (apud Bernardo, 2007, p.59).

Talvez em democracias mais fortes, esse descontentamento popular possa ser visto como um termômetro para provocar mudanças de posições de quem está no poder, mas em países como o Brasil, em que o povo nunca se viu realmente retratado e onde o grau de confiança nos políticos é baixíssimo, acaba afastando ainda mais o eleitor dos debates públicos e da luta por direitos e conquistas junto às esferas de poder, afetando de forma mais forte quem imagina ter menos acesso e representatividade.

4.4 DONA VILMA

Dona Vilma nasceu em 1949, tem hoje 75 anos. Bati em sua porta e ela atendeu achando que era a nora, então começamos a conversar, e ela me contou que não pode

estudar quando criança. Como é uma senhora muito simpática, insisti um pouquinho para fazermos a entrevista, e ela logo me convidou para entrar. Dona Vilma sempre morou em Porto Alegre e é vizinha de vários filhos, formando uma comunidade entre essas famílias que se ajudam e dialogam diariamente.

Me chamou muito a atenção ela se dizer “analfabeta” por não saber escrever, mas afirma que lê bastante e gosta muito. Com uma fala muito clara e uma dicção invejável, contou sobre as suas tentativas na escola formal e a forma que enxerga a política.

A leitura e a escrita envolvem processos cognitivos diferentes, mas envolvem também a disponibilidade de textos a serem manuseados. No caso de Dona Vilma, percebemos que a escola não foi competente para ajudá-la na construção do seu letramento, trabalhando a escrita de maneira mecânica, sem procurar entender suas dificuldades, sem procurar variar o método, sem ludicidade e sem contextualização. Hoje ela pode ser considerada não alfabetizada pelos critérios oficiais do IBGE, pois não sabe escrever um bilhete simples, mas demonstra ser uma mulher que tem conhecimento do mundo da escrita quando afirma que sempre gostou muito de ler, mas não de escrever, “*pois sempre tive uma dificuldade muito grande*”.

Kalman (2000) nos fala de um outro tipo de visão sobre a alfabetização,

que conceptualiza a la lectura y a la escritura como prácticas comunicativas situadas, cuyo significado cobra sentido en los contextos de uso. A su vez, el contexto de uso es una construcción dinámica, negociada y forjada por los diferentes actores en un evento comunicativo a través de su participación (s.p.)

Mulheres como Dona Vilma e nossas outras entrevistadas nos mostram que é possível transitar por esse mundo de letras, tirando dele informações e conhecimentos e trazendo formas de comunicação aos seus grupos, mesmo que não possuam o acesso estipulado socialmente a esses códigos. De várias formas a leitura é eficaz mesmo para quem não sabe ler, e Dona Vilma sabe, mas parece ainda crer na sua incapacidade de aprender a escrever a que foi sentenciada quando ainda estava na infância: “*não, nunca mais me interessei depois, por essa dificuldade que eu tinha em aprender*”.

Dona Vilma foi a única das entrevistadas que nasceu em Porto Alegre. Esse não é obrigatoriamente um ambiente urbano, até hoje a cidade conta, em áreas mais afastadas, com uma extensa zona rural, mas ela não citou o trabalho infantil, tão comum em quem nasce no interior e ajuda a família na lavoura, como um dos fatores que dificultaram a sua permanência na escola e não mencionou morar em um local de difícil acesso. Ela nos

conta que a escola era longe e isso também inibia, mas não fala de obstáculos naturais que eram mais comuns para quem morava no campo.

Podemos inferir que o ambiente em que ela cresceu, por ser mais urbano e com uma densidade populacional maior, tinha mais acesso a textos. A proximidade entre os habitantes de uma localidade proporciona, naturalmente, o fluxo de livros, revistas, cartazes, textos, propagandas e isso facilita a convivência com a língua escrita e também sua apropriação. Nas áreas urbanas é muito mais presente a escrita nas paredes ou em cartazes. O que se visualiza em texto na via pública, permitindo a leitura sem a intenção de busca dessas palavras e sendo acessível a qualquer leitor, tenha ele sido alfabetizado ou não, também tem como potencializador a oralidade que transita pelos habitantes, pois aquilo é repetido por todos (Kalman, 2004). Mas não apenas as palavras em paredes, cartazes ou folhetos facilitam essa proximidade com a leitura: em um local com mais pessoas circulando é natural que existam mais ofertas de livros e revistas, itens que estimulam os potenciais leitores. Kalman (2004) nos apresenta o conceito de disponibilidade e acesso da língua escrita, onde disponibilidade se refere à infraestrutura do local e ao número de locais com oferta de materiais para ler e escrever, como em bibliotecas, livrarias ou correios enquanto acesso diz respeito a oportunidades de a pessoa participar de eventos de língua escrita e interagir com outros leitores. Nesse quesito é justo crer que Dona Vilma talvez tenha sido a nossa entrevistada com mais ofertas de textos escritos e isso pode ter facilitado o aprendizado da leitura.

Porém, quando Dona Vilma atendeu o portão, em uma conversa inicial, antes de ser entrevistada, afirmou que era “analfabeta”. A descoberta de que ela sabia ler veio após as primeiras perguntas e segue o que é um conceito usual a respeito do domínio das letras. De acordo com Kalman (2000),

las versiones dominantes acerca de las personas de baja escolaridad tienden a generalizar lo que éstas conocen y desconocen acerca de la lectura y escritura. El énfasis tiende a ser sobre el hecho de que no son escolarizadas, es decir, la distancia entre estas personas y la escuela y por lo mismo sobre su desconocimiento acerca de los aspectos de la lengua escrita que se adquieren a través de la educación formal (Kalmann, 2000, s.p.).

Essa ideia parece estar interiorizada para Dona Vilma, que nem sequer fez a ressalva de ser uma leitora ao se apresentar, e talvez seja um dos fatores que a impulsionou a não procurar a Educação de Jovens e Adultos: ela parece sentir que esse é o seu limite de aprendizado, que como não teve êxito na infância, não terá agora.

Em primeiro lugar há de se questionar a falta de competência da escola que ela frequentava quando criança, que há 50, 60 anos, costumava ser mais segregacionista do que a atual, expulsando os alunos que não correspondessem às expectativas dos professores, ou tivessem quaisquer dificuldades de aprendizado, mesmo que talvez apenas por não se adaptarem aos seus métodos arcaicos.

Em segundo lugar, ela poderia ser lembrada de que o *bullying* que sofria não faria mais sentido algum (não que fizesse sentido em algum momento), já que esse modelo de educação compensatória acolhe pessoas de várias idades, mas que não puderam estudar formalmente quando mais jovens. A EJA não deve pretender ser uma continuação de quando o estudante parou, pois são outras idades e outras vivências. Na visão de Kalman,

Los programas dirigidos a adultos de baja o nula escolaridad tendrían que encontrar su punto de partida en la cultura y en la vida cotidiana de los educandos. Ello implicaría capitalizar conocimientos existentes (...) para ayudar a los adultos a extender sus de la lengua escrita (Kalman, 2000, s.p.)

Esse entendimento vai ao encontro do que é preconizado por Freire, não apenas em relação aos educandos, mas, considerando a horizontalidade das relações no âmbito da educação, também em relação aos educadores, já que, segundo o autor, “a formação do educador deve instrumentalizá-lo para que ele crie e recrie a sua prática através da reflexão sobre o seu cotidiano” (Freire, 1991, p. 80). Como educadores da EJA, esse é um dos primeiros desafios: mostrar ao estudante, ou ao potencial estudante, que ele não é como uma criança aprendendo a ler ou escrever, que no decorrer da vida ele não só adquiriu inúmeros conhecimentos como também aprendeu a “ler”, aprendeu a “escrever” ou organizar seus textos de diferentes formas. Que a ideia de alfabetização talvez não seja exatamente a que ele se acostumou a escutar ao longo da vida e que a escola pode ampliar seus conhecimentos sobre a língua escrita e ajudar a construir um conhecimento sobre gêneros, formas e usos dessa língua ainda desconhecida por eles (Kalman, 2000).

4.5 DONA MARLENE

Natural de Barreiras, no Ceará, Dona Marlene se mudou para o município de Acopiara, no mesmo estado, quando criança. Morou alguns anos na Bahia e voltou para o seu estado natal, vivendo hoje na capital, Fortaleza. Muito simpática e comunicativa estava realmente empenhada em me ajudar. Veio para Porto Alegre visitar o filho e

contou que é o único que não está perto dela, mas que fica feliz, pois ele estudou e tem uma vida boa no Rio Grande do Sul.

Ela hoje mora com uma filha e duas netas, uma família composta de 4 mulheres de todas as gerações. Ela idosa, a filha adulta com 40 anos, uma neta adolescente de 15 e uma criança de 7. Existe a possibilidade de um dos filhos, que está recentemente separado, ir morar com elas, mas Dona Marlene deixa claro que a chefe da casa continuará sendo ela e que as regras não irão mudar se isso acontecer.

Dona Marlene vem de uma região do país que sofreu muito mais em relação às desigualdades sociais e conseqüentemente, da educação. Segundo Galvão e Di Pierro,

o analfabetismo se concentra em determinadas regiões geográficas e subgrupos étnicos e socioeconômicos da população. As chances de permanecer analfabeto são muito maiores para quem provém de famílias de baixa renda, é negro ou vive nas zonas rurais do Nordeste do país (Galvão e Di Pierro, 2007, p.62).

A história dela é semelhante a muitas outras em todo o país e ilustra outro fenômeno brasileiro da segunda metade do século XX: a urbanização. Milton Santos (1993) nos traz dados que mostram que “entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de cinquenta milhões de novos habitantes, isto é, um número quase igual à população total do país em 1950” (p. 32). Esse crescimento urbano segue o aumento da industrialização do pós-guerra, época em que o país superou países arrasados em sua infraestrutura, tendo um crescimento de seu PIB em 10 vezes em um período de menos de 40 anos.

Mesmo que no Nordeste esse aumento não tenha sido tão exponencial já que a configuração agrária era ainda mais hostil à distribuição de renda (Santos, 1993, p.32), ele ocorreu. Dona Marlene nos conta que se mudou do distrito onde morava para “a cidade” (nas suas palavras), não a capital, mas uma pequena cidade da qual a sua tinha sido distrito.

A mudança aconteceu por volta de 1960, quando tinha cerca de 11 anos e isso parece ter modificado muito a história da sua família, já que os irmãos menores tiveram acesso à educação formal desde a infância e não mais precisaram ajudar na roça. Embora Dona Marlene também fosse criança, segundo os conceitos atuais, ela não teve a sorte de encontrar professores preparados para trabalhar com quem ainda não era alfabetizado na idade dela.

Uma situação foi determinante para que Dona Marlene evadisse da escola foi o momento em que a professora exigiu que ela lesse um texto para poder estar na sala de aula: *“é os livro, que tinha aquele livro que era de ponto assim, que você tinha que ler aquela folha todinha pra poder dar né? Ai como é que eu ia saber, né? Ai o que é que ela dizia? Pois volte pra casa! Todo dia: volte pra casa. Eu digo: não tem como fazer”*. Isso aconteceu entre os anos de 1960 e 1961, quando existia uma busca nacional por melhorias para a educação, mas que não necessariamente chegavam às salas de aula com a suficiente celeridade. Em 1961 foi publicada a primeira LDB, pelo governo João Goulart, que apesar de muito criticada por pensadores da área por estimular o ensino privado ao invés do público, trazia para o debate e para os holofotes um tema que muitas vezes era tratado de forma amadora pelos gestores públicos, em um governo que instituiu que a União deveria investir ao menos 12% do PIB em educação e que estados e municípios ao menos 20%. Isso não significava que no interior do Brasil os professores estivessem se adequando a esse início de democratização e nem que o número de crianças estudando fosse algo do que pudéssemos nos orgulhar.

De acordo com o PNE de 1961, a educação primária no Brasil recebia a matrícula de menos de 60% das crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos e, de acordo com Souza (2008), apenas 18% dessas crianças conseguiam chegar até a quarta série. O aumento do número de alunos, a formação precária de professores aliada a uma visão elitista da educação e às más condições de todas as outras áreas necessárias à formação de um educando, como saúde, saneamento, políticas públicas de trabalho para a família e alimentação, empurravam os estudantes para fora das escolas, não só porque o Estado não cumpria com o seu papel, e até hoje não cumpre, mas por muitos educadores não entenderem que esses alunos, que não tinham uma condição social e familiar suficiente para ter um suporte em casa para aprender, precisavam de um olhar especial.

Nas décadas de 1950 e 1960, foi possível identificar certo embate entre os que se valiam de repertórios de avaliação e mensuração da inteligência da criança, utilizando parâmetros considerados válidos desde a década de 1920, e aqueles que afirmavam que, se a escola passava a abranger novos perfis populacionais, seus instrumentos de avaliação deveriam também ser renovados para que não se convertessem em instrumentos de expulsão da criança pobre dos territórios escolares (Freitas, 2014, p.688).

No caso de Dona Marlene a condição financeira não era o que a impedia de estar inserida dentro daquele espectro social exigido pela escola, já que ela mesma fala que a

família sempre teve terras e que o seu pai comprou uma das primeiras TVs da cidade. Ela era pobre, mas provavelmente quase todos na pequena cidade onde morava, também eram. O que fazia falta a ela era o tempo de aprender, que ela não pode usufruir quando menor e que foi cobrado como se ela fosse responsável por sua situação escolar. Foi como uma punição por ela não ter decidido ir ao colégio quando as crianças aptas deveriam ter ido. E essas decisões da escola, de excluir os estudantes que pudessem dar mais trabalho, não eram contestadas institucionalmente ou juridicamente. Pais e mães aceitavam a imposição dessas regras por se tratarem dos expoentes da intelectualidade local: os professores naquela época já eram mal pagos, porém eram respeitados.

A educação, naqueles anos, não era considerada um direito público subjetivo, como hoje diz a nossa Constituição, que explicita, portanto, que é um dever do Estado. A Constituição de 1946 fala em direito de todos apenas e, além disso, gratuita nos anos posteriores ao primário apenas para quem comprovasse ter pouca renda. Outro aspecto a ser considerado é que a educação, na configuração de famílias como a de Dona Marlene, não era uma promessa palpável de ascensão social então não seria esse um estímulo à manutenção dos filhos nos bancos escolares, sendo eles muito mais úteis na rotina doméstica. Essa tendência, de meninos se alfabetizarem mais do que as meninas, começou a mudar justamente na década de 1950, mas foi percebida, inicialmente, nos grandes centros urbanos. Segundo os dados do Censo do IBGE, os índices de meninos e meninas com idades entre 9 e 14 anos que sabiam ler era de, respectivamente, 42,8% e 44,7% em 1950 e 60% e 62,3% em 1960. Na população rural, porém, o número de filhos sempre foi muito maior do que na população urbana e isso promovia a necessidade de as meninas mais velhas ajudarem na criação dos mais novos, como foi o caso de Dona Marlene que nos conta que a sua rotina da tarde até os 11 anos era auxiliar a mãe: *“ia pra casa e ia ajudar ela, limpar casa que ela tinha um horror de menino pequeno, né?”*. Em 1970 o número de filhos na área urbana era 4,6 e na rural 7,7. Isso impactava nas decisões familiares sobre quem poderia ou não frequentar a escola e talvez já determinasse o rumo de muitas daquelas meninas que contavam como destino certo o de serem donas de casa quando crescessem.

5. A LEITURA DE MUNDO DAS ENTREVISTADAS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Para analisarmos as entrevistas comparando informações e impressões coletadas, optamos por escolher alguns dos assuntos que foram recorrentes e que dizem respeito à hipótese da pesquisa e aos recortes que foram estudados antes de conversarmos com as cinco idosas. Para isso, propusemos uma organização em 3 temáticas:

Motivo para não terem estudado quando crianças;

Participação política anterior e

Participação política atual.

Motivo para não terem estudado quando crianças:

Em relação ao que as entrevistadas acreditam tê-las impossibilitado de estudarem quando crianças, quatro delas falaram sobre as escolas serem longe ou sobre a família ter uma vida nômade, com dificuldade de acesso físico às escolas. Três delas citaram os seus afazeres na roça, sendo que duas complementaram dizendo que também precisavam ajudar as mães no trabalho doméstico e a cuidar dos irmãos mais novos, duas falaram de sua condição de pobreza e outra afirmou que foram várias as situações, mas talvez decorrentes de uma única causa: a dificuldade de aprender a escrever. Ela conta que não memorizava as palavras que tinha grafado no dia anterior, o que demonstra que a alfabetização era um processo mecânico na sua escola. Diante disso, ela repetiu várias vezes e acabou por sofrer bullying dos colegas, que eram muito menores do que ela. O desânimo se instalou, apesar de ela ter aprendido a ler e ela seguiu o seu caminho casando cedo, aos 15 anos, o que a fez desistir da escola definitivamente. Uma entrevistada relembrou que, ao ir morar na cidade, já com 11 anos, foi matriculada em um colégio, mas exigiram dela que lesse um texto para poder frequentar às aulas ao invés de permitir que ela aprendesse a ler. Ainda uma entrevistada afirma que seus pais simplesmente não queriam que ela estudasse, apesar de sua vontade de frequentar a escola.

As mulheres, especialmente as da geração das entrevistadas ou anteriores a ela, sofreram ainda mais com a falta do direito à educação. Segundo Di Pierro (1998, p.1), esse aspecto é invisibilizado justamente por uma equalização de oportunidades para ambos os gêneros nesse quesito, mas também por haverem poucos estudos a respeito do tema. Hoje o número de mulheres em sala de aula já ultrapassou o de homens e também

na quantidade de anos cursados. Segundo o IBGE, elas correspondem a mais de 60% dos graduandos no país, mas ainda tem uma renda mais baixa, em grande parte por optarem por cursos que tem um retorno financeiro mais baixo, muitos deles associados, ainda, ao que era permitido como profissão para mulheres nas décadas passadas e que envolviam cuidados com outras pessoas, como Assistência Social, Enfermagem ou Pedagogia. Se hoje o recorte de gênero não pode ser avaliado isoladamente para entender a falta de acesso à educação, precisando ser cruzado com questões raciais e de renda, durante a infância e adolescência das entrevistadas esse frequentemente era o ponto crucial, já que às mulheres era permitido ainda menos do que aos homens pobres, até por serem consideradas inaptas para certos trabalhos, o que segue até hoje desequilibrando a escolha por profissões, já que algumas são vistas como absolutamente masculinas.

Se quando eram crianças ou adolescentes essas mulheres não tiveram a escolha de estudar, quando adultas muito poucas opções tiveram. Além do casamento, da necessidade de trabalhar dentro e fora de casa e da falta de estímulo para mulheres que já atuavam na vida doméstica as faziam manter-se distante: *“Não porque aí eu já casei, daí já tive a D., meu finado marido tinha restaurante, aí tinha que ajudar também”* (Dona Marlene) ou *“depois me casei muito cedo, me casei com 15 anos, aí depois que casei não me interessei mais por estudar, que sempre eu tive dificuldade em aprender”* (Dona Vilma).

A EJA no Brasil existe desde a década de 1940 e passou por avanços e retrocessos durante todos esses anos, nem sempre atendendo a população que deveria atingir e que teve o seu direito à educação negado, não apenas por inoperância do Estado, mas também por uma visão turva dos educadores em relação a essas pessoas. Então, durante todo o século XX não tivemos no país uma política realmente eficaz de educação básica para adultos. Em 1996 a LDB consolidou a Educação de Jovens e adultos como “parte integrante da Educação Básica, sendo, portanto, dever do Estado disponibilizar vagas nessa modalidade de ensino aos que não foram escolarizados na idade considerada como correta (LDB nº 9.394/96).

No ano de 2000, com a implementação de mudanças orientadas pelo Parecer 11 do Conselho Nacional de Educação, conhecido como parecer Cury (CNE, 2000), houve uma reorientação no sentido de afastar da EJA o sentido de suplência e tratá-la como uma modalidade específica voltada para aquele público, sem desconsiderar o que já traziam de capital cultural, e de como a oralidade sempre teve grande importância em suas

manifestações, lembrando que a falta da escolarização não pode colocar o sujeito em uma posição de inculto ou apto apenas para trabalhos desqualificados (CNE, 2000, p.5).

O parecer não teve, no entanto, a intenção de desconsiderar os prejuízos percebidos pelos não alfabetizados, tanto nos sentidos práticos como simbólicos, em uma sociedade predominantemente grafocêntrica e nem tampouco diminuir a importância da alfabetização para a conquista de uma cidadania plena (CNE, 2000, p.6), tendo grande importância não só por propor uma política que buscasse as melhores formas de atender essa população, como também de buscar as raízes dessa desigualdade na educação brasileira, em que a ausência de políticas públicas atinge muito mais, até hoje, alguns recortes sociais, como negros e indígenas, passando pelos estratos econômicos mais frágeis. Dessa forma em sua função reparadora a EJA, deve reivindicar não só o direito a uma educação de qualidade, como a afirmação da igualdade inerente a todos, o que não é uma realidade prática. “Destá negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimento” (CNE, 2000, p.7). As oportunidades de trabalho são negadas para essas pessoas, a desigualdade irá se refletir nesse terreno, especialmente em um mundo que evolui tecnologicamente de maneira muito rápida e cobra do trabalhador novos conhecimentos constantemente.

A partir disso o Parecer propôs que a EJA tivesse um modelo pedagógico próprio e que se investisse na função equalizadora com a recolocação na escola dos que foram expulsos dela, seja pela repetência, pela evasão ou pelo impedimento de ingresso, devendo permitir aos sujeitos uma inserção plena em todo o espectro social, seja no mundo do trabalho ou nas outras relações que pretendam estabelecer (CNE, 2000, p.9). De acordo com o parecer,

a educação, como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado (CNE, 2000, p.10).

Apenas uma entrevistada afirmou ter procurado a EJA e apenas depois de ter se aposentado e nisso muitas oportunidades foram perdidas, não só pelas exigências de um mercado de trabalho, como pelas outras relações que não foram construídas em virtude de uma não adequação ao mundo letrado, incluindo a transmissão de conhecimento para

as gerações após as delas. Todas têm filhos e netos e auxiliaram nas suas formações, mas muitas vezes são convencidas de que isso não é possível, por não terem o domínio dos códigos de leitura e escrita.

Participação política anterior

Todas as entrevistadas afirmam que tiveram título de eleitor desde jovens e nenhuma relata lembrar de ter sido impedida de votar por não ser alfabetizada. Uma delas afirma que só fez o título com 30 anos por não ter nenhum documento e que providenciou tudo ao mesmo momento e, considerando que o seu ano de nascimento é próximo de 1950 e que ela não sabe a data em que buscou o alistamento eleitoral, não é possível ter certeza sobre ter sido durante a vigência da legislação antiga ou já sob a Emenda Constitucional nº 25. Outra, que talvez se enquadre na mesma situação, afirma que não votava enquanto morava no interior, mas não tem certeza sobre quanto tempo faz que já está em Porto Alegre, sendo que provavelmente já tinha mais de 30 anos de idade. Outra entrevistada afirma lembrar que começou a votar no início da década de 1970, logo que começaram a fazer os títulos na sua cidade. Duas delas relatam que podiam votar pois sabiam assinar o nome e que isso era suficiente. Uma entrevistada relatou que o pai não pode votar por alguns anos por não falar o português, mas que depois foi permitido.

A Lei 10.842, de 20 de fevereiro de 2004 (Brasil, 2004), criou dois cargos para cada zona eleitoral que, segundo o site do TSE (Brasil, TSE, s.d.), “é uma divisão geográfica estabelecida para fins de organização das eleições. Cada zona eleitoral abrange uma determinada área geográfica e é responsável por administrar o processo eleitoral nessa região”. Ou seja, apenas a partir dos concursos posteriores a esse ano, eram nomeados servidores do quadro para atuarem na JE do interior dos estados. Antes disso, os cartórios eram chefiados, em sua imensa maioria, por servidores requisitados de outros órgãos públicos, muitos ligados às prefeituras, e talvez a regra de o eleitor saber ler e escrever, tenha sido tratada de maneira menos rígida, já que era do interesse da administração municipal que o número de eleitores aumentasse. Os critérios também podem ter sido pessoais, visto que os responsáveis pelo alistamento eleitoral, mesmo recebendo treinamento dos tribunais eleitorais, consideravam muito a realidade local para determinar o grau de instrução dos moradores. Além disso, devermos considerar a proximidade maior entre as pessoas, sendo constrangedor para o cidadão ser impedido de fazer o título por sua pouca instrução formal, aliado ao fato de que não existia nenhuma

punição para as situações que não se ativessem à legislação em vigor, nem para o eleitor e nem para o servidor.

Nenhuma das entrevistadas, inclusive, demonstrou conhecer a legislação que as teria impedido de votar e também nenhuma fez menção a lembrar da alteração da lei, o que seria marcante se tivesse impactado, de alguma forma, em suas vidas. As marcas da falta de representatividade não aparecem nas entrevistas pelo critério do pouco estudo formal, mas por outras questões, como a vulnerabilidade econômica. Quando perguntadas mais além, sobre como se sentem ao votar, elas demonstram que o seu voto tem o mesmo peso do que o de qualquer outro na hora de eleger alguém, mas que precisam que esses eleitos olhem pelo povo, pelos mais pobres.

A participação no pleito, no entanto, não é irrestrita até os dias de hoje, pois não alfabetizados não podem ser eleitos e os critérios para verificação são mais rígidos, mas essa proibição se refere mais às possibilidades de ler e assinar documentos do que à capacidade de debate, de administração de bens ou de demonstração de inteligência. Em 1881, ano da promulgação da Lei Saraiva, que proibiu o voto do analfabeto, as discussões no Congresso eram nesses sentidos. Di Pierro e Galvão afirmam que, mesmo que a maior parte da população naquele momento não soubesse ler ou escrever, essas habilidades estavam ocupando um lugar simbólico e sendo associadas à polidez e vistas como importantes para a inserção em algumas esferas sociais (Di Pierro e Galvão, 2007, p.36-37). Figuras importantes como Ruy Barbosa lutaram para que a lei fosse aprovada “pois acreditava que a educação era a única força capaz de desenvolver o país” (Di Pierro e Galvão, 2007, p.39).

Essa mentalidade ainda está muito arraigada em nossa cultura e talvez seja ainda mais cruel com quem não teve acesso à alfabetização, já que, segundo o censo de 1890, 80% da população estava nesse estrato, enquanto o levantamento atual indica que esse índice está em 5,6%. Se naquele momento histórico se iniciou uma jornada para acabar com uma chaga social, sendo que a elite cultural deveria se unir para regenerar a nação (Di Pierro e Galvão, 2007, p.41), hoje os não alfabetizados são vistos como preguiçosos ou incapazes de aprender, já que representam uma pequena parcela da população.

Perguntadas sobre como eram as campanhas eleitorais de antigamente, se tinham alguma lembrança, duas fizeram relatos positivos e as outras três não lembravam. As lembranças foram de comícios festivos e propaganda no rádio e uma citou que antigamente era melhor, pois os políticos se preocupavam com as necessidades do povo.

Apesar de não lembrarem das campanhas, quatro delas citaram políticos da história ou atuais. Houveram duas citações ao nome de Brizola e outras duas ao de Lula de forma positiva. Outros políticos mencionados positivamente foram Colares, Camilo Santana e Eduardo Leite, além de duas citações negativas para o ex-presidente Collor e uma para o prefeito de Fortaleza, José Sarto. Outros nomes que apareceram, de maneira neutra foram Chico Sobrinho, Miguel Galdino (políticos regionais do Ceará), Fernando Henrique e Bolsonaro. Se a pesquisa estimulasse algum nome, talvez elas tivessem mais histórias para nos contar, mas essa questão, para algumas delas, parece ter gerado um certo constrangimento, pelo medo de errar os personagens.

Outra questão importante foi tentar entender se elas consideram as mulheres diferentes dos homens na vida pública. Se a pergunta dizia respeito à atualidade, as respostas falam muito mais sobre como era em um passado recente de nossa história. Quando uma delas comenta que "*no tempo em que eu votava não tinha tanta mulher pra votar e agora mudou, agora tá uma maravilha!*" (Dona Vilma), ela não está realmente nos dizendo que atualmente as mulheres dominam a política, mas que há poucos anos tínhamos muito poucas representantes femininas ou candidatas dispostas a se estabelecerem em um cargo eletivo. Scott afirma que buscar entender o papéis de gênero "exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais" (1989, p. 5). A mulher sempre esteve presente na história, mas se, há alguns anos fizéssemos uma pesquisa sobre qual o seu papel, o senso comum diria que seria o de manter são o ambiente doméstico para que o homem pudesse estar confortável nos trabalhos de decisão, já que a ela era dedicado o papel de ajuda ao que ele determinasse. Nossas próprias entrevistadas talvez percebessem o papel feminino, durante os anos em que elas eram tão pouco vistas, como de salvaguarda ao masculino. Hoje, com a representação feminina aumentando, fica mais perceptível que isso faz diferença em suas outras relações. Uma das entrevistadas comentou que as mulheres com poder deveriam fazer mais pelas outras, lutar pelas causas femininas: "*elas não explicam muito, não fazem também, não sei se é porque é a mulher que tá dentro ou o quê, né? Não ajudam, não se defendem, não defendem a nós, como é, tu que sabe mais? Defender mais as mulheres, dar mais voz pras mulheres*" (Dona Ilce). A mesma entrevistada conta que a avó nunca teve a oportunidade de ser uma eleitora e nem mesmo a mãe, o que já era permitido pela legislação que permitiu o voto feminino em 1932, mas que, ao longo daqueles anos ainda

as mantinha sob o jugo dos maridos. *“A mãe nunca votou, o pai sim, porque ele era homem então ele votava, mulher não podia”* (Dona Ilce), mas ela mesma nunca abriu mão do seu direito ao voto.

Duas entrevistadas afirmaram que as mulheres são melhores na política. As qualidades mencionadas foram espontaneidade, exigência de oportunidades para todos e também foi usado o termo “avivadas”, para qualificar as pessoas que falam com mais clareza sobre o que pensam. Uma das entrevistadas lamentou que as mulheres no poder não lutam pelas outras e uma quarta entrevistada considerou que são iguais aos homens, mas consideramos isso como uma fala positiva em relação ao desempenho feminino na política, pois ela sinalizou que as mulheres também mandam e devem fazê-lo, pois têm as suas opiniões. Apenas uma demonstrou não considerar que exista alguma importância na representatividade feminina. Duas comentaram que hoje é muito maior essa participação, o que se percebe na ampliação do número de candidatas mulheres.

Algumas falas marcantes foram: *“não tem história de que a mulher é menos do que o homem, não”* (Dona Marlene), *“eu acho legal porque não é porque a gente é mulher que não tenha o direito de participar, porque hoje em dia as mulheres quase têm o mesmo direito do homem, ela trabalha...”* (Dona Talita) e *“eu digo que as mulher é muito pouco valorizada”* (Dona Ilce). São pensamento que mostram a consciência dessas mulheres sobre o desrespeito às opiniões femininas, que se estendem a outros campos do pensamento, além das disputas de cargos eletivos, mesmo que hoje essa realidade esteja melhorando em relação a um tempo em que elas provavelmente tinham muito menos espaço para expressar suas vontades.

Participação política atual

Um dos aspectos investigados na entrevista foi o interesse por campanhas políticas atualmente. As cinco entrevistadas afirmaram acompanhar, mesmo que um pouco, as propagandas eleitorais e que fazem isso pela TV ou rádio, que foram os meios citados. Uma delas falou que assiste quando está passando na TV da sala, mas que não gosta, pois resulta em discussões e brigas. Uma nos contou sobre sua participação na entrega de panfletos de candidato e campanha boca a boca no bairro em que mora, durante o pleito de 2022. Três afirmaram não querer mais votar, já que não são obrigadas em virtude de terem mais de 70 anos e uma delas não conseguiu fazer a transferência do título, pois,

apesar de estar há muitos anos em Porto Alegre, tinha domicílio eleitoral em outra cidade. Apenas uma afirmou que pretende continuar votando nas próximas eleições, mesmo sabendo que isso é opcional, por já ter ultrapassado a idade em que isso é obrigatório.

As questionamos sobre elas participarem ou não de atividades coletivas e sobre a importância da participação política, uma afirmou participar de atividades de associação de moradores em reuniões que decidem por melhorias para a comunidade e recebendo doações de alimentos e outra nos contou que há alguns anos aprendeu pintura em tecido em um curso patrocinado por um grupo do bairro. As outras três não participam, mas das cinco entrevistadas, quatro enxergam importância na participação. Uma citou o momento das enchentes, onde a organização do povo ajudou quem estava precisando mais, ressaltando que, ao ver as pessoas se movimentando, o governo ajuda. Outra ressaltou que a organização é necessária para o planejamento do que deve ser feito, e uma delas considerou que é importante para dar oportunidades na comunidade, para que as pessoas possam aprender alguma atividade. Ainda uma das entrevistadas apontou que é vital que os pobres sejam mais vistos e que para isso é necessária uma organização, para mudar a situação atual de as pessoas terem de lutar para sobreviver. Apenas uma não soube responder.

As questões, no entanto, foram formuladas no sentido de entender se elas participavam de movimentos coletivos e não diretamente sobre se considerarem ativas politicamente, o que poderia induzir à ideia de política partidária ou de militância. Apesar de termos amadurecido o debate nos últimos anos, ainda mantemos a percepção de que a política se restringe aos cargos eletivos e, quando vemos as pessoas afirmarem que não gostam dessa atividade, sabemos que se referem a não confiar nos eleitos e não em discutirem direitos. Já na década de 1970, Booth e Seligson faziam críticas a essas concepções de participação, pois afirmavam que elas restringiam a movimentação à arena eleitoral e que isso provocava lacunas nos estudos sobre maneiras alternativas de a população se mobilizar (1976, apud Bonifácio e de Castro, 2018).

Também inquirimos sobre a forma como elas decidem o voto, se aceitam ou não sugestões e a isso quatro mulheres afirmaram conversar com outras pessoas sobre o voto e que isso as ajuda a decidir. Duas disseram conversar com os filhos, apenas. Uma delas, apesar de garantir que não gosta de conversar sobre política, pois é um assunto que acaba em briga, diz que escuta as opiniões sobre quem são os bons candidatos e afirma que, se as pessoas estão gostando do trabalho, é sinal de que está sendo positivo. Outra

entrevistada nos conta que conversavam na cidade, pequena, sobre quem seriam os melhores candidatos. Uma delas deixou claro que não aceita opiniões sobre seus votos.

A importância da opinião de pessoas próximas foi algo que chamou a atenção. Mesmo as mulheres que, inicialmente afirmaram não aceitar sugestões alheias sobre o voto, acabaram por admitir que discutem o assunto, especialmente com familiares, que talvez sejam as pessoas em quem elas mais acreditam no sentido de entender o que pessoas como elas precisam. Elas deixaram claro que querem políticas públicas para o povo, para os pobres, e as pessoas que as cercam precisam de ações no mesmo sentido. Além disso são pessoas com quem compartilham afeto e confiança, o que facilita o diálogo e o acolhimento às suas formas de expressão. Nenhuma delas citou alguma figura pública como importante para as suas decisões, nem através de meios de comunicação tradicionais, ou mídias sociais, ou nem mesmo personalidades ligadas à movimentos sociais ou religiosos, como pastores e padres. Isso não significa que elas não sejam influenciadas, mas que talvez elas nem sequer percebam o quanto de propaganda recebem, mesmo quando disfarçada por outras intenções. A única entrevistada que afirmou não aceitar opiniões de outras pessoas, foi justamente a que participou ativamente da campanha em 2020, entregando folhetos, o que pressupõe que ela acredite que os eleitores possam ser persuadidos a mudar suas escolhas.

Sobre o sentimento que tem ao votar, quatro das entrevistadas demonstraram sentimentos positivos. Duas alegaram sentirem-se importantes, outros termos utilizados foram “faceira”, “valiosa” e “feliz”. Uma das respostas mais marcantes das entrevistas foi justamente sobre essa questão: *“Ah, eu acho importante, acho uma grande coisa pra mim, porque eu acho que sou uma pessoa que tem valor, me acho uma pessoa valiosa, ai, eu fui lá votar, aquela coisa. Eu não sei, é coisa da minha cabeça. Eu gostava muito de votar, eu ficava tão feliz”* (Dona Talita). Mesmo com a maioria delas afirmando que talvez não torne a votar, deixam claro que é um momento em que acreditam que tem a mesma importância de qualquer outro cidadão, que todo o preconceito que as atinge, por todos os recortes em que representam minorias sociais, não as atinge naquele momento, pois seu voto tem o mesmo peso de qualquer outro. Apenas uma entrevistada afirmou que votava apenas por obrigação. Além disso é importante salientar a referência a bons governos ou bons políticos e a satisfação em votar em pessoas que elas acreditam que irão fazer algo pelo povo. Booth e Seligson afirmam que a percepção de democracia está

muito vinculada à aprovação do governo, se entendem que está sendo positivo para a população, acreditam que o sistema é democrático (2009, apud Rodrigues, 2023, p.104).

6. Considerações finais

Acho importante, antes de mais nada, contextualizar a escolha pelo tema deste TCC: quando terminei o ensino médio eu trabalhava com crianças na educação infantil. Não tinha formação na área além de um curso de Atendente de Creche e outro de Recreacionista no SENAC. Era um trabalho cansativo, mas extremamente prazeroso. A vida, no entanto, me levou para outro caminho e decidi não cursar Pedagogia na época, apesar do encanto que tinha pela área.

Muitos anos depois, já trabalhando na Justiça Eleitoral, atendi várias mulheres idosas, cheias de sabedoria, mas que não haviam conseguido cursar além do primeiro livro, como elas me contavam. Algumas nem sequer chegaram a ser matriculadas na escola, até porque, naquele momento, esse não era um dever do Estado e dependia muito mais das condições de cada família. Acontece que, no meu ofício, ao cadastrá-las ou revisar os seus dados, tinha que indagar qual era o grau de instrução e era então que elas me davam aquelas respostas, quase me pedindo desculpas por não terem permanecido na escola, com um ar constrangido. Ao invés de mudar de assunto rapidamente, eu me sentia no dever de manter a conversa e dizer que eu imaginava o quanto era difícil o acesso ao colégio naquela época, tentando convencê-las de que aquele não era um lugar de julgamento. Quebrado esse gelo inicial, era muito comum a conversa se estender à medida em que o atendimento seguia e eu ficava imaginando o quanto de vontade de ter aprendido a ler e escrever havia para aquelas senhoras, mas também percebia o quanto elas ensinavam, para todas as gerações, de outras maneiras, que não as do mundo escrito. Foi nesses momentos em que decidi que queria ser professora e trabalhar com pessoas como elas, não para que elas se adequassem ao mundo das letras, como se esse fosse um degrau para que fossem mais respeitadas, mas para que pudessem retomar aquele desejo de menina que muitas deixavam claro que não havia morrido.

Quando comecei a escrever este trabalho, eu queria muito entrevistar idosas como as que havia conhecido e imaginei que as dificuldades na conversa seriam as mesmas: um mal-estar inicial por parte delas e eu tentando persuadi-las, de forma sutil, argumentando que não me colocava em posição superior por ter tido o privilégio de estudar. No entanto, não foi isso o que percebi: as mulheres que entrevistei se mostraram muito mais à vontade do que eu imaginara. Contavam das dificuldades de estudar quando eram pequenas, das suas obrigações em casa e de como não terem se mantido na escola era algo quase que

esperado naquelas circunstâncias.

A reação surpreendente para mim certamente facilitou a nossa interação e, ao meu ver, trouxe riqueza às respostas. Uma das hipóteses que levantamos para que isso tivesse ocorrido foi a percepção de que elas estavam ajudando uma estudante que também não estava na idade que era esperada para uma graduação. Apesar de eu não ser idosa, elas podem ter me visto como uma adulta precisando do auxílio delas para fazer um trabalho de escola. Desse modo, não existia uma relação de poder entre nós, eu não estava retratando alguém que saberia mais do que elas, mas sim alguém que também queria aprender. Além disso, e talvez mais importante, é que eu não estava representando alguma instituição, como a Justiça Eleitoral ou o IBGE. Logo, eu não as estava colocando em amostras comparativas com outras pessoas em que os percentuais mostrariam que elas pudessem estar em uma escala inferior de conhecimento. Ali eram elas me ensinando que não tinha sido fácil, mas que elas criaram famílias, geraram riquezas, cultivaram afetos e permaneceram aprendendo, mesmo que a escola tenha falhado.

Inicialmente supus que as pessoas do perfil dessas mulheres teriam sido impedidas de votar durante a sua juventude, em respeito à legislação que impedia o alistamento eleitoral de quem não era alfabetizado. O estudo mostrou que isso não ocorreu, talvez por diversos fatores, incluindo a ideia de que, dentro de suas comunidades, era interessante para os políticos que mais pessoas votassem e, estando o gerenciamento local dos cartórios eleitorais nas mãos da administração municipal, o critério para a caracterização da alfabetização poderia se mostrar mais flexível do que o imposto pelos tribunais. Isso, no entanto, não afetou o objetivo geral da pesquisa, que era o de “compreender os sentidos que mulheres idosas não alfabetizadas atribuem à participação política e ao papel educativo dessa participação”. Se é complexo ter essa compreensão durante a escrita de um TCC, por ser um assunto muito vasto e com inúmeras variáveis envolvidas, é possível iniciar uma discussão acerca das visões e opiniões de mulheres idosas e com baixa escolaridade de como a política em todas as suas formas atua em suas vidas e de como elas, como cidadãs de direito, são atingidas por ela.

O que se mostrou marcante durante as conversas foi a sabedoria dessas mulheres, muitas vezes entendidas como ignorantes ou ingênuas e a consciência da importância de suas ações e opiniões, mesmo que elas tenham a mesma percepção da maior parte do povo: a invisibilização dos mais pobres e vulneráveis.

Outro aspecto importante a destacar é que, mesmo que elas ainda carreguem uma visão machista, do homem como líder e chefe da família, por terem vivido sob essa cultura ao longo de suas vidas, é que elas se mostraram contrárias ao conceito de que eles são mais capazes de administrar, reforçando que mulheres podem ser tão boas ou ainda melhores na política. Essa visão, que é mais comum entre pessoas mais jovens, pode estar sendo calada, mas é viva e pode ser um poderoso tema de debate para se trabalhar na educação ao longo da vida.

Na busca por identificar aspectos que prejudicaram o exercício da cidadania por estas mulheres, o impedimento de votar não foi um deles e parece ter sido o contrário: os sentimentos em relação à participação no pleito foram relatados como bastante positivos, o que denota a confiança no processo e o discernimento de que, naquele momento, todos temos o mesmo peso e valor. Esse é um dos aspectos que podem servir de mote para proveitosas conversas em ambientes educativos e para gerar uma poderosa reflexão crítica. Já em relação aos aspectos que alavancam esse exercício, a fala é unânime: a necessidade de viver da melhor forma possível e de buscar isso para as suas famílias. Mesmo passando por condições pouco favoráveis durante a vida, essas mulheres lutaram e provaram ser capazes de ter autonomia, mesmo em mundo árido e que muitas vezes exigia delas o que não era possível.

As reflexões das entrevistadas reforçam a ideia de que a educação de mulheres idosas deve partir de aspectos importantes dentro de suas realidades e do que elas já construíram em suas vidas. O fato de muitas histórias convergirem e a semelhança de vivências facilitam a busca por pontos de interesse que seriam motes para projetos de alfabetização e educação de jovens e adultos, mas a percepção do inusitado na voz da outra também pode ser um importante ponto de partida. Várias situações contadas pelas mulheres me surpreenderam e cativaram a minha atenção, o que pode demonstrar o poder desses relatos, não só por serem surpreendentes em suas palavras, mas por nos mostrarem continuamente que o mundo não é feito de estereótipos.

É importante ressaltar que essas análises foram feitas após a leitura de teóricos que possuem uma vastíssima bibliografia sobre cada um dos recortes que foram considerados. A leitura prévia possibilitou a interseção entre o que já foi estudado por esses autores e a vida como se apresenta. Os conceitos e discussões abarcados foram esmiuçados ao longo do estudo e, mesmo não sendo citados, orientaram a pesquisa até mesmo de forma política. Em nenhum momento, se teve a pretensão de neutralidade,

apesar do esforço para que isso não transparecesse no momento das entrevistas. A própria escolha do tema, no entanto, é política e não se pode imaginar que a escolha do referencial teórico não esteja intimamente ligada ao pensamento das pesquisadoras. Ao perceber o quanto o que havia sido estudado se emaranhava com a realidade, a pesquisa realmente tomou corpo. As pesquisas que já haviam sido feitas sobre temas semelhantes ou correlatos e que foram analisados no capítulo da revisão bibliográfica também auxiliaram nesse entendimento, sobre como a EJA, compreendida não apenas como uma modalidade oferecida dentro de espaços formais de aprendizagem, pode proporcionar discussões que mesclam a alfabetização, o letramento e a participação política, em suas variadas formas e que sempre auxiliam na construção do aprendizado.

Outro aspecto que não posso deixar de citar são as poucas oportunidades que essas mulheres têm de retornar à escola. O Estado não pode imaginar que pessoas com poucas condições financeiras, que moram em áreas inseguras e que nem sempre tem boa saúde, deveriam se deslocar para locais longe das suas casas, para buscar um aprendizado que talvez elas não tenham confiança de que irá realmente acontecer. A demanda existe, não foi difícil encontrar mulheres para serem entrevistadas, assim como não seria difícil aumentar a oferta de vagas que reunissem pessoas de uma mesma comunidade, com situações de vida semelhantes em turnos que atendessem as suas necessidades.

Encerro este estudo sem encerrar o interesse pelo tema e pelo universo dessas mulheres. Creio que este texto pode ser um ponto de partida para outros estudos mais amplos e profundos e certamente será importante para trabalhar com esse perfil de estudantes na educação de jovens e adultos. Acredito na necessidade urgente de estimular o interesse por formas de participação política conscientes, que contemplem todos os segmentos da população, escutando a voz de quem hoje se sente esquecido. Esse movimento não é essencial somente dentro da EJA, pois não se trata apenas de idosas que foram impedidas de estudar, mas em movimentos sociais que almejam uma distribuição mais equânime do poder, o que resultaria em modelos mais justos de sociedade.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Alexandre José; JUNIOR, Lucio Rennó. Confiança interpessoal e engajamento cívico: Uma análise correlacional. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 1, n. 2, p. 54-66, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472007000200007> Acesso em: 10 jul.2024.

BONIFÁCIO, Robert; DE CASTRO, Mônica Mata Machado. Mapeando a participação política nas Américas e no Caribe: discussão conceitual e aproximações empíricas. **Sociedade e Cultura**, v. 20, n. 2, p. 240-267, mai. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/53074>>. Acesso em 10 mar. 2021.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, p. 263-288, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5653/5146>>. Acesso em 28 set. 2021.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34480>>. Acesso em 03 jun. 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**, 3.ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, CNE. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil) Brasília, DF, Seção 1e, p. 15. Brasília: maio de 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL, Lei n. 10842/2004. Brasília, 20 fev. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.842.htm>. Acesso em 24 jul.2024.

BRASIL. TSE- Tribunal Superior Eleitoral (s.d.). Decreto no 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Lei Saraiva. Reforma a legislação eleitoral. Disponível em ; <<https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>> Acesso em 29 set. 2021.

BRASIL. TSE- Tribunal Superior Eleitoral (s.d.). Zonas Eleitorais. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/justica-eleitoral/tres/zonas-eleitorais-cartorios>. Acesso em 20 jun. 2024

CAJADO, Ane Ferrari Ramos; CARDOSO, Thiago Dornelles. O voto da Mulher e as representações sobre o eleitor. **Revista Eletrônica da EJE**, Brasília, ano 1, n. 3, p. 24-27, abr./maio 2011. Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/mulheres-brasil-voto-feminino.pdf>> Acesso em 27 set. 2021.

CEALE, Glossário. Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: < <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/>> Acesso em 25 set. 2021.

DE OLIVEIRA, Eliana et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista diálogo educacional**, v. 4, n. 9, p. 1-17, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118067002.pdf>. Acesso em 14 nov. 2022.

DI PIERRO, Maria Clara. Políticas públicas e educação de mulheres adultas no Brasil. 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1784/45.pdf?sequence=1>> Acesso em 10 out. 2022.

DOLL, Johannes. **Educação e Envelhecimento: Desafios no mundo contemporâneo. Envelhecimento ativo e educação**, Faro/PT, p. 5-17, dez. 2014. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/5702/5/Ebook%20FINAL.pdf#page=7> Acesso em 27 set. 2021.

DORE, Rosemary; RIBEIRO, Simone. Cidadania política e voto do analfabeto no Brasil. **Políticas Educativas–PoEd**, v. 2, n. 2, jan. 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Poled/article/view/18380>> Acesso em 29 set. 2021.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 4 ed., São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler**. 23 ed., São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a prática da liberdade e outros escritos**. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Marcos Cezar de. Desempenho e adaptação da criança pobre à escola: o padrão de pesquisa do CRPE-SP. **Educação e Pesquisa**, v. 40, p. 683-698, 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ep/a/4hrqfNqzTddcCfCKtWZvNtR/>> Acesso em 10 jul. 2024.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez. 2007. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002394664>. Acesso em 13 nov. 2022

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 1.ed., reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008. Disponível em: https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf. Acesso em 10 set. 2021.

GOMES, Vanise dos Santos. **Ensaio para além da representação: palavras e rostos de pessoas analfabetas**. 2007. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: < <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3808>> Acesso em 29 set. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). São Paulo: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em 20 jan. 2022.

GUEDES, Maria E. Figueiredo. Gênero, o que é isso? **Psicologia: ciência e profissão**, v. 15, p. 4-11, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/np6zGkghWLVbmLtdj3McywJ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 03 out. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>. Acesso em 25 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://portaldoenvelhecimento.com.br/wp-content/uploads/2024/03/IBGE-60.pdf/>. Acesso em 27 ago. 2024.

JAHN, Elisiane de Fátima. Mulheres camponesas idosas e suas leituras das cartilhas do Movimento de Mulheres Camponesas. Porto Alegre: UFRGS, 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande

do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/78761>. Acesso em 26 set. 2021.

KALMAN, Judith. Discusiones conceptuales en el campo de la cultura escrita. **Revista iberoamericana de educación**, v. 46, p. 107-134, 2008. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/719>. Acesso em 10 jun. 2024

KALMAN, Judith. El estudio de la comunidad como un espacio para leer y escribir. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 5-28, maio/jun./jul./ago. 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XLpHVyTgsSXQbwfpSfpsjpD/?lang=es> > Acesso em: 10 jul. 2024.

KALMAN, Judith. La importancia del contexto en la alfabetización. **Revista interamericana de educación de adultos**, v. 24, n. 3, p. 11-27, 2002. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Judy-Kalman/publication/312328277_La_importancia_del_contexto_en_la_alfabetizacion/links/587aa0b508aed3826ae7bc36/La-importancia-del-contexto-en-la-alfabetizacion.pdf#page=11 >. Acesso em 07 jul. 2024.

KALMAN, Judith. Ya sabe usted, es un papel muy importante: el conocimiento de la lengua escrita en mujeres de baja y nula escolaridad. 2000. Disponível em: <<https://cdigital.uv.mx/handle/123456789/5743>> . Acesso em 10 jul. 2024.

LICHTENFELS, Patricia. As relações sociais e as funções das mulheres idosas da Vila Fátima na constelação familiar atual. 2007. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13730> > Acesso em 29 set. 2021.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 70, p. 1-22, abr. 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/FYkrhym6TpRzRf78q7F7Mmq/?lang=pt> > Acesso em 27 set. 2021.

LINS, Isabella Lourenço; ANDRADE, Luciana Vieira Rubim. A feminização da velhice: representação e silenciamento de demandas nos processos conferencistas de mulheres e pessoas idosas. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 436–465, 2018. Disponível em: < <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34289> > Acesso em 02 out, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2017. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod_resource/content/1/Marina%20Marconi%2C%](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod_resource/content/1/Marina%20Marconi%2C%20T%C3%A9cnicas%20de%20Pesquisa.pdf)

[20Eva%20Lakatos Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%C3%ADfica.pdf](#)> . Acesso em 10 set. 2021.

MINAYO, M. Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 10 set. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFF/>. Acesso em 05 jan. 2022.

MOREIRA, Geisa Maria Emilia Lima et al. Vozes na coxia: cochicho, escuta e participação política de mulheres idosas coordenadoras de grupos de convivência. São Paulo: PUC, 2014. 257 f. Dissertação, Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014 .Disponível em : <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12450>. Acesso em 02 out. 2021.

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de si. **Isto é**. São Paulo: Editora Três, p. 32-39, 06 abr. 2016.

RODRIGUES, Mozara. Apoio à Democracia e Satisfação Individual: uma análise comparada entre Argentina e Brasil. **Revista Política Hoje**. Rio de Janeiro/RJ. Vol.31, p. 99-116, dez.2023. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/260651>> Acesso em 10 mar. 2021.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7611617/mod_resource/content/1/Milton%20Santos%20-%20A%20urbaniza%C3%A7%C3%A3o%20brasileira.pdf. Acesso em 10 jul. 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**. 1989. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em 24 jul. 2021

SILVA ROZENDO, Adriano da; JUSTO, José Sterza; CORREA, Mariele Rodrigues. Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 13, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/4857>. Acesso em 05 out. 2021.

SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em: < http://diversidade.pr5.ufrj.br/images/banco/textos/SILVA_-_Identidade_e_Diferenca.pdf> Acesso em 10 set. 2021

SIQUEIRA, Tatiana Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. *Revista Ártemis*, n. 8, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2310>. Acesso em 23 jan. 2024.

SOUSA, Edilan Kelma Nascimento. *Práticas discursivas no letramento de mulheres idosas: resgate de cidadania*. Brasília, UNB, 133 f. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL Brasília, 2017. Disponível em: < https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31692/1/2017_EdilanKelmaNascimentoSoua.pdf>. Acesso em 22 set. 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Ed.). **Dicionário Paulo Freire**. Autêntica, 2015. Disponível em: < https://territoriosinsurgentes.com/wp-content/uploads/2021/03/Danilo_R._Streck_Dicionario_Paulo_Freirez-lib.org_.epub_.pdf> Acesso em 03 set. 2021.

WESTIN, Ricardo. Por 100 anos, analfabeto foi proibido de votar no Brasil. **Agência Senado**. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/04/por-100-anos-analfabeto-foi-proibido-de-votar-no-brasil>. Acesso em 22 set. 2021.

APÊNDICE A - ENTREVISTAS

Dona Talita

P: Qual o seu nome?

Talita.

P: E qual sua idade?

Dona Talita: 74.

P: E seu estado civil? A senhora é casada, solteira...

Dona Talita: Sou viúva.

P: E qual é a sua etnia? A senhora se considera branca, preta...

Dona Talita: Sou branca.

P: Por que a senhora não pode estudar quando era criança?

Dona Talita: Eu não conseguia estudar porque meus pais eram muito pobres, meu pai morava, digamos assim, de agregado, como dizia antigamente. Daí uma hora ele morava aqui, outra hora ele morava ali, aí quando eu tava para ir no colégio, meu pai falava, olha, amanhã vamo muda, vamo para lá, aí ia ele e minha mãe. É minha madrasta e meu padrasto, mas são meus pais, foi eles me criaram, que me deram educação. Assim, educação, de não aprender a roubar nada, graças a Deus. Trabalhei. Eu trabalhei, foi a educação que eu dei pras filha também, foi assim também. A gente soa, mas o que a gente ganha é honesto.

P: E os seus pais queriam que a senhora estudasse?

Dona Talita: Eles queriam, mas só que não dava não, e pra fora as escola é muito longe. A gente tava em algum lugar e pra fora, a escola é muito longe, não é como aqui que tem uma ali, outra aqui, era no caso morava aqui e tinha lá do outro lado, o outro lado de pra lá, pra banda da Restinga Velha, pra lá. Era muito longe, então eu nunca fui, nunca estudei, nunca tive essa oportunidade.

Eu saia às 6h e chegava às 7h, 8h e tal. Eu não vi meus filhos se criarem direito. Eles foram para o colégio, estudaram, graças a Deus estudaram, e meus filhos estudaram. Fizeram curso, que eu pude dar, eu dei de estudo, que eu disse: é o que eu posso dar para vocês. Depois eu comecei a trabalhar, graças a Deus, são tudo trabalhadora, tudo, não tem vício. Depois de 60 e poucos anos fui fazer o EJA aqui.

P: E a senhora gostava de ir na EJA ali?

Dona Talita: Gostava, foi muito bom, eu brincava, tinha jogo de vôlei, brincadeira, muito bom, eu tinha as minhas amigas, meus colegas, tudo isso né? Sim Eu gostava muito, ali

no Pasqualini! Meus filhos estudaram ali, todas elas, as que moram aqui em Porto Alegre. Meu neto estuda ali, meu outro netinho, filho da Simone. Meu neto é bisneto, mas é neto. São os amores da minha vida, eu faço tudo por eles.

P: Quantos filhos a senhora tem?

Dona Talita: Eu tenho 9, só que eu criei as meninas, eu criei, uns eu perdi e quando eu vim embora lá de fora, quando eu me separei, né, eles ficaram morando pra lá.

P: A senhora morava onde quando a senhora casou?

Dona Talita: Eu casei em Palmera das Missões. Eu vim pra cá faz 30 anos, que eu moro aqui em Porto Alegre. Faz 30 anos. Eu trouxe uns pequeninhos, esse aqui (aponta para o de 13 anos) nem pensava nascer porque a mãe dele era desse tamanho (faz gesto indicando que a mãe era criança). Aí eu vim embora pra cá. Daí eu comecei a trabalhar para criar eles, né, E daí eu trabalhei de diarista, sempre trabalhei para criar eles, e criei eles assim. Mas para eles eu dei o estudo. O que eu não tive, que eu sei que até hoje me faz falta, as minhas filhas tiveram, minhas filhas.

P: E o que a senhora acha que fez mais falta para a senhora, no estudo?

Dona Talita: Olha, me faz falta porque isso eu quero, isso eu quero pegar um remédio, quero ler a receita ali. Até no telefone, tem muitas coisas que eu não olho, quem vê para mim é o guri, para mim é o aplicativo, essas coisas eu preciso ler. e agora eu tô com a vista curta, porque eu tenho diabetes, eu até leio, mas aí eu faço que nem a galinha catando os grãozinho de milho, vejo letra por letra, até quando eu saio pra olhar um endereço e se é uma coisa rápida, não tem o que mais fazer e faz muita falta, faz falta sim mas agora eu até tinha planejado, agora vou começar a estudar de novo, mas agora não dá, agora fiz uma cirurgia. Fiz uma cirurgia, né... Fiz uma cirurgia. Agora recém que eu tô me reestabelecendo, que eu tô melhorando. E aí... Eu tenho que me cuidar. Eu já caminho, mas muito molóide, eu já caminho, tenho que caminhar, né? Não posso entregar, eu tenho que fazer a quimioterapia, tem um monte de processo.

(Mostra o neto): eu criei ele, eu criei outra neta que me chama de mãe, eu criei.

P: Mas a senhora teve que entregar porque a senhora fez a cirurgia?

Dona Talita: Isso, eu não podia, não podia, não tinha condições.

P: Deixa eu perguntar uma coisa, Dona Tereza: até um tempo atrás, até 1985... que ano que a senhora nasceu? A senhora tem 74? Em 1950 a senhora nasceu?

Dona Talita: Eu acho que foi em 40 e poucos. Eu tô com 74, então é.

P: 1949, 50? Até 1985, as pessoas que não sabiam ler não podiam votar...

Dona Talita: Eu votava. Votava com... (faz o gesto da digital), eu só depois parei de votar porque eu quis, não, eu votava mas desde bem jovem bem jovem eu comecei a votar eu acho que quando eu vim pra Porto Alegre, com 30 e poucos.

P: Antes não?

Dona Talita: Antes não, lá no interior não. Antes no interior não, porque lá era o interior. Lá em Palmeira eu não votava. Eu sou natural, eu nasci em Tenente Portela, mas eu não conheci lá, a minha mãe era de Tenente Portela, o meu pai, mas eu não conheci.

P: Daí a senhora votou quando veio para cá? E que ano a senhora veio?

Dona Talita: (abana a cabeça como se não lembrasse).

P: A senhora não lembra?

Dona Talita: Eu não lembro, mas faz uns 30 anos que eu moro aqui.

P: A senhora tinha mais de 40 quando veio pra cá?

Dona Talita: Ah, tava, tava! Eu comecei a votar lá no Belém Velho Rincão. Tinha umas escola pra lá, agora modificou tudo e daí eu fiz transferência para o Pasqualini.

P: E hoje a senhora não vota hoje mais?

Dona Talita: não, não quero mais votar.

P: não quer mais?

Dona Talita: não, mas eu tenho meu título, eu tenho tudo. Porque daí eu tenho que pagar uma multa, é mixaria a multa que a gente paga Mas se eu quiser votar, eu voto. Eu posso votar. Pode votar. Porque daí agora tem ali um negócio ali, né, que bota o dedo ali e já...é bem prático agora.

P: E a senhora lembra a primeira vez que a senhora votou?

Dona Talita: Não lembro, não tenho lembrança.

P: A senhora votou porque foi obrigada?

Dona Talita: Não, eu queria ir espontânea votar porque eu achava bom, queria votar, achava lindo votar.

P: Por que a senhora achava lindo votar?

Dona Talita: Ah, eu achava, não porque o governo vai ganhar, vai ser bom pra nós, no tempo do Brizola aquelas coisas ali que a gente vive, eu gostava de votar, eu escolhia bastante.

P: Era a senhora que escolhia os seus candidatos?

Dona Talita: Eu escolhia! Eu mesma, o voto é secreto, né? Vai lá e vota em quem que é deus.

P: E qual a importância do voto na sua opinião?

Dona Talita: A importância do meu voto que às vezes, às vezes não tá bem e aí eles querem mudar. Para vê se melhora alguma coisa. Às vezes vota pra ver se melhora, melhora e às vezes não, né?

P: E a senhora lembra como eram as campanhas políticas naquela época, assim, quando a senhora começou a votar, quando a senhora votava? A senhora lembra se era diferente de hoje? Quem eram os candidatos? A senhora lembra de algumas coisas assim pra nos contar? (gestos repetitivos de cabeça, negando)

Dona Talita: Eu não lembro, só lembro de agora, do tempo do Lula, desse governador novo de agora. E eu não me arrependo de nenhum voto que eu dei. Perdendo ou ganhando, para mim não, o importante é que eu fui lá e votei. Às vezes eu dizia que o meu voto não foi o que perdeu, nem o que ganhou, brincando, né?

P: E a senhora nota a diferença naquela época, as mulheres participavam menos da política? Como era isso?

Dona Talita: Era bem menos. Agora é bem mais. Agora já tem muitas pessoas. Até esse ano passado, ano retrasado, nós fizemos campanha, eu e minha vizinha aqui. Fizemo campanha dois anos, eu e Michelle que é minha vizinha que agora não mora aqui.

P: E como era a campanha que a senhora fazia?

Dona Talita: A gente ia largar panfleto nas caixinha, tomava cada corredão dos cachorro. Chegava lá, largando nas caixinhas e oferecendo pras pessoas. Às vezes tinha uns que jogavam de volta na cara da gente.

P: Isso quando?

Dona Talita: Isso faz dois anos atrás Dois anos atrás E nós ia, nós ia na cara dura.

P: E por que que a senhora ia?

Dona Talita: Porque eu gostava, eu sempre fui muito caminhadeira, eu gostava de caminhar, até agora, não fico parada.

P: E aonde a senhora buscava esse material?

Dona Talita: Era a Michelle que pegava. A cunhada dela trazia pra nós, fazia a campanha e trazia pra nós. Eu tenho a bolsinha, até hoje, a bolsinha cor de rosa. Deixa minha bolsinha, é lembrança da política com a Michele. Quando ela se mudou, ela me deu.

P: E a senhora participava de algum outro movimento no bairro? Tipo, a associação de moradores, grupo de mulheres?

Dona Talita: Aqui tem a associação de moradores da Tati, eu sou sócia, tudo que vai acontecer ela avisa pro grupo, no caso: “amanhã vem tira aquele lixo”, quando tem doação de alimento, sempre tem, ela chama.

P: E eles fazem discussões sobre o que tem que melhorar no bairro?

Dona Talita: Fazem, fazem! Essa rua aqui tá pra arruma os esgoto.

P: E a senhora gosta de participar disso também?

Dona Talita: ah, gosto, gosto porque é pro nosso bem, pra melhorar na nossa família.

P: E qual a importância que a senhora vê de as mulheres participarem da política?

Eu acho legal porque não é porque a gente é mulher que não tenha o direito de participar, porque hoje em dia as mulheres quase têm o mesmo direito do homem, ela trabalha... tipo, minha filha trabalha em obra! É serviço que eu não faço! Essa parte ela não aprendeu de mim porque eu não faço. Essa casa eu mandei fazer. Meu vizinho que fez, eu ajudei muito mas a levantar tijolo, não. E era isso, esse terreno aqui eu fiquei quando me separei, Praticamente isso aqui é uma coisa que mais tarde, o que eu construir, vai ficar pros neto.

P: E a senhora acha que as mulheres são diferentes na política, dos homens?

Dona Talita: Acho que sim, as campanha também. São mais avivada. Cansamos de ver jovens, depois de fazer um campanha, largando coisa, não era que nem a gente que chegava e falava e explicava, não. Porque a mulher já é mais voluntária pra fala, eu não sei fala muito, desculpa que eu sô analfabeta. A mulher já é mais espontânea pra falar das coisas, abre a boca e fala. É que nem eu, hoje meus filho me ajuda, mas eu nunca tive alguém que me ajudasse, eu sempre trabalhei, sempre me virei sozinha e sempre ia atrás e serviço nunca falta, não dava conta. Eu ganhava bem, se eu tivesse depositado tudo, tava muito bem hoje, aí eu fiz casa, como me aposentei eu ganho um salário mínimo, mas agora eu gasto muito como eu fiz uma cirurgia no fêmur, daí eu tenho que pagar o aplicativo pra ir no médico e tô pagando a máquina de lava, tô pagando a última de 350, acaba!! Aí já é um dinheirinho a mais que sobra, por que tu vai no mercado é uma bola de neve, fazia dois mês que eu não ia por que agora dia 7 faz dois mês que eu fiz a cirurgia, daí fui ontem, me apavorei o preço das coisa e diz que vai subi mais, o que que é isso? Com um salário mínimo tem que se virar.

P: a senhora participa assim de algum movimento de igreja?

Dona Talita: Ah, eu... vou na Igreja evangélica Sempre.

P: E eles têm algum movimento social, alguma coisa assim de ajudar, de ir na casa das pessoas? Ou a senhora vai só para a sua espiritualidade mesmo?

Dona Talita: Ah, a gente vai, a gente vai fazer convite, né? Se a pessoa precisar de uma ajuda, se tiver condições, SE tiver condições, tu ajuda. Eu agora, como eu digo, eu agora, eu tô precisando de ajuda. Mas eu vou, eu faço visita. Tem grupos também, tem excursão, mas eu nunca vou na excursão. É difícil, porque antes eu tinha a Polyana pequenininha (neta), e agora não dá, porque a gente tem que ter dinheiro, não adianta viajar sem ter dinheiro. Aqui eu tenho meus bichinhos, tenho meus cachorros, eu gosto. Tem cachorro, tem gatinho pequeno. E eu cuido, né? Porque não adianta pegar os bichinhos pra deixar passar fome.

P: E qual a importância, na sua opinião, qual a importância das pessoas se organizarem, como nessa associação que a senhora disse que tem aqui? Qual a importância que a senhora vê nisso, das pessoas se organizarem dessa forma política assim?

Dona Talita: Eu acho importante, porque se uma pessoa às vezes está lá, como agora, que deu enchente, olha, foi força de ajuda que veio! Deu enchente, ali naquela semana que deu enchente, mas o que veio de força pra ajudar, acho muito importante isso. E mais a mulher que se organiza ali, a prefeitura também ajuda, o governo. Muito bom. E eu acho muito bom esse governo que tá atuando agora. Eu acho. E o Lula também, ele está fazendo o que ele pode, né? Não é querer uma coisa que não é só ele. Eu não sei como é que a gente diz, conversar. É como eu digo, por exemplo, tem auxílio pra doença... Agora eu fiz tudo essas coisas pelo SUS. Eu não tenho, assim, no meu caso, o plano nenhum de saúde. Eu fiz tudo pelo SUS, eu fiz a cirurgia, eu fiz exame, eu fiz tudo e tô fazendo e eu tenho médico, na outra semana eu tenho de novo.

P: E do SUS. A senhora falou do SUS, né? Quando a senhora estava no interior, não existia SUS naquela época, né?

Dona Talita: Não, era postinho.

P: E como funcionava isso? A senhora acha que as coisas mudaram?

Dona Talita: Mudaram muito dali pra cá! Da água pro vinho! Tu ia lá, levava as crianças, consultava, só pegava remédio. Mas era bem atendido, né? Mas agora tu chega, se precisar de um médico que tu tem na hora, se não tiver, já; eles te fazem a medicação e tudo. Como eu cheguei muito mal na hora, já fui medicada aqui na Restinga, já foi feito os exames. Porque como eu tinha que esperar a vaga, eu fiquei três dias ali. Não foi muito fácil, não, mas o que eles tiveram que fazer eles fizeram, atenderam. Comida é que eles não dão muito, porque eu tava na emergência, não tem direito. Acabou que eu estava muitos dias lá e eu tava mal, eu tava mal. E a minha filha foi lá e falou “se não der um jeito hoje ou amanhã, para dar um banho nela...”, porque já tinha três dias que eu tava

sem banho, “...e eu vou dar um jeito”. Que aconteceu que a doutora pegou e já mandou ela, vai lá e de lá já me tiraram da emergência e já me levaram prum quarto bem limpinho, bem e daí quando foi 10 horas de noite já chegou a ambulância e me levou ao hospital.

P: Isso foi sua filha?

Dona Talita: Foi minha filha foi lá e que daí fica né, quando elas acham que tinha muita gente lá, minha filha só não é advogada, que tinha que ser (risos), daí eu baixei eu fiquei um dia no outro dia de emergência, porque já tinha explodido tudo por dentro. Daí às 4h30 da tarde, eu estava arrumada. Eu só disse assim, ai meu Deus, estou nas suas mãos. Me salva porque eu quero ver meu neto terminar de se criar. Foi o que eu disse. Eu me acordei, acho que levaram quase seis horas. Seis horas em três médicos. Dali três dias eu vim pra casa. Sábado, domingo, vim pra casa. Mas tenho muita consulta ali. Mas com tudo isso eu estou bem, eu caminho.

P: E a senhora acha que essa mudança que teve na saúde, como a senhora está falando, foi por causa da participação popular?

Dona Talita: Muito, muito ajuda. Foi muito bom. Todos os hospitais, mas lá fui muito bem atendida, no Fêmima.

P: A gente estava falando sobre as eleições. A campanha eleitoral, a senhora assiste na televisão, a senhora vai nas passeatas, nos comícios?

Dona Talita: Não, eu nunca fui. Mas já assisti na televisão. Às vezes quando eu tava no dia da eleição eu ficava ali na frente da TV, escutando, porque eu tava ali e perguntava quem que tá ganhando aquela coisa. Eu nunca fui fanática, nunca fui fanática. Não, nunca fui fanática e pra mim o que ganhar...

P: De que forma a senhora decide? O que a senhora acha importante na hora de decidir em quem a senhora vai votar?

Dona Talita: Eu acho importante porque você vê pelo caráter da pessoa. assim quando eles fazem o discurso, o que eles falam, mas às vezes não acontece. No caso o Lula não é pra gavá, mas eu sempre gostei do Lula, ele é uma pessoa muito do povo é muito de ajudar, muito do povo, ele é, eu não sei se eu faço mal em dizer isso, e esse governador é nota 10 também.

P: A senhora chega a aceitar a opinião dos outros?

Dona Talita: Não, não. A opinião é minha.

P: Qual a importância de votar para a senhora?

Dona Talita: Ah, eu acho importante, acho uma grande coisa pra mim, porque eu acho que sou uma pessoa que tem valor, me acho uma pessoa valiosa, ai, eu fui lá votar, aquela coisa. Eu não sei é coisa da minha cabeça. Eu gostava muito de votar, eu ficava tão feliz, eu ficava nas fila!

Dona Ilce

P: Qual o seu nome?

Ilce.

P: qual a sua idade?

Dona Ilce:76

P: e seu estado civil:

Dona Ilce: viúva. Faz 8 meses que perdi meu marido.

P: ah, que triste! Quanto tempo de casados?

Dona Ilce: 56 anos!

P: Qual a senhora as considera a sua etnia? A senhora é branca, é parda....

Dona Ilce: Eu sou branca, porque sou italiana.

P: A senhora estava contando que a senhora chegou a ir para a escola, mas não estudou, né? Até que ano a senhora conseguiu estudar.

Dona Ilce: O primeiro. O segundo foi lá pela metade, depois minha mãe...nós era pobre né, daí ela tinha pequeno (filhos), a cada dois anos era um, daí não dava mais pra ir. Ir na roça com meu pai, sete anos ia na enxada, no arado e plantava, colhendo...

E era longe, era longe. Nós ía de seis a cinco quilômetro e até agora com a enchente, levou embora as ponte que se passava os rio Era o vizinho vinha levar os filhos dele e botava nós nas costas dele para passar o rio.

P: A senhora tinha que passar o rio ainda?

Dona Ilce: Tinha! 4 vezes para chegar na aula.

P: Qual a cidade que a senhora morava?

Dona Ilce: Putinga.

P: Ah, Putinga é perto de...?

Dona Ilce: Encantado, Soledade, passou na tv.

E a gente sempre passou dificuldades né que nem muitos dizem: “Eu sofri fome eu não tinha o que comer.” Graças a Deus a gente sempre nunca disse se senta na mesa e vai

dormir com fome e a minha mãe sempre dizia assim: se não tinha o pão tinha polenta, se não tinha polenta tinha batata e assim a gente ia, né?

P: E a senhora tinha quantos irmãos?

Dona Ilce: Nós era em 8.

P: E a senhora era a mais velha?

Dona Ilce: Eu era mais velha e era 6 irmãos homens entre eu e minha irmã, a última, era 6 homens no meio, o mais velho morreu já faz 26 anos, tava cortando eucalipto e caiu em cima dele, ele já tava casado na época e nós já tava morando já para cá.

P: E seus irmãos conseguiram estudar, ou também não?

Dona Ilce: Tem só dois que se viram um pouco, o mais velho e o segundo sabem se defender um pouco, mas ter estudo de estudar não, escrevem o nome e assinam.

Eu também eu conheço tudo as letras só que, pra dizer escrever ou ler uma coisa, assim não, mas eu ninguém me logra. Caminhei o mundo um pouco, fomo trabalhar pro São Paulo, Porque tinha umas épocas aí que o produto não deu muito e fomos para lá e se viremo. Eu disse, às vezes o mundo te ensina também e tu vive com as pessoa e naquela época não era que nem agora, pra dizer a verdade agora quem tá muito estudado é sem vergonha. Eu digo! Meus neto eu disse que era pra eles estudar, agora eu peço uma coisa pra eles, eu digo: vocês estudaram pra burro?

(Risadas)

Porque tinha um lá fora que dizia, Que os filhos dele foi estudar pra fora Então ele falava com os vizinhos assim: ai, os meus filho foram lá estudar pra São Paulo, foram estudar pra lá, ele queria dizer que eles estudava muito, então ele dizia "estudar pra burro" (risadas)

P: A senhora veio pra cá com que idade?

Dona Ilce: Não, nós é 26 anos que temo aqui, só.

P: Mas a senhora tava no interior?

Sim, a minha filha tava pra cá trabalhando e depois ela disse: agora tá só tu e o pai pra lá, trabalhando com fumo, nós dois só, aí nós depois que voltemo de São Paulo, nós tinha terra e a casa ali, nós não vendemo, botemo um lá pra cuidar e fomo pra lá, pra defender, porque se tu vendia a terra tu não pagava as dívida tudo. Eu disse, agora o banco faz tudo

isso aí, aquela época a gente trabalhava com o banco, mas o juro, se tu não pagava quando tu tinha que pagar eles vinha e te recolhia a terra, então tu vendia aquilo, pagava as dívidas, mas daí tu ficava sem boi, sem coisa pra trabalhar, tu ia fazer o quê? Fomo pra São Paulo, tinha gente que trabalhava lá, vieram buscar nós pra trabalhar.

P: A senhora saiu do interior, veio pra São Paulo e depois veio cá?

Dona Ilce: É, não conhecia Porto Alegre, conheci mais Minas Gerais, Belo Horizonte... muito lugar pra lá

P: E seus filhos chegaram a estudar?

Dona Ilce: É, a filha fez até a quinta série, só tenho uma. Os netos sim, estudaram, tão trabalhando, fazendo um... não tem estudo muito alto, mas estudaram.

P: A senhora tem título de eleitor?

Dona Ilce: Tenho.

P: E a senhora vota?

Dona Ilce: Não, eu parei. Nós ia aqui, coisá o voto pra não ir pra fora, agora os últimos anos não fomo. Era lá pra fora e nós não ia muito e aqueles dias que era pra votar aqui nós últimos dias, eu tava ruim e aí não fomos.

P: Ah, a senhora não conseguiu transferir o título?

Dona Ilce: É, não transferimo nunca, porque quando se ia lá, ver a terra da gente, se ia votar.

P: E a senhora lembra de quando a senhora começou a votar?

Dona Ilce: Eu não sei se eu tinha 25 ou 26 anos, agora eu já era casada, casei com 19, não lembro bem, mas foi entre isso aí, ou 21, uma coisa assim. Era, porque eles começaram a fazer os títulos lá eu já era casada.

P: Tinha uma época que a pessoa que não tinha estudado não podia votar. Isso foi em 1985, aí a senhora já tinha título? Em que ano a senhora nasceu?

Dona Ilce: Eu nasci... per aí, agora tu me apertou. Isso foi no 48 eu acho. Porque eles não fazia o título?

P: Tinha uma lei que dizia que não tinha estudado não votava, mas muita gente votava, aí eu tenho essa curiosidade.

Dona Ilce: Ah, sim, eu já votava sim. Porque assim eu me alembro que eu tinha a menina pequena e não sei se ela tinha 2 ou 3 anos, uma coisa assim, eu fiz o título.

P: E que idade tem sua filha agora? Que ano ela nasceu?

Dona Ilce: Ah, a menina ela tem 50 e...

P: Ah, ela é de 1970, mais ou menos?

Dona Ilce: É. 55, 56. Aquela vez eu me alembro que era só que tu sabia assinar teu nome e fazer e votava. Eu sempre votei, nunca... só falhei agora.

P: E a senhora lembra como eram as campanhas políticas naquela época?

Dona Ilce: Ah, tinha uma época que era boa. Que em quem que tu votava fazia alguma coisa, hoje virou tudo uma coisa... política só. Agora lá fora também, ficou aquela coisa, entrava um, fazia bem, entrava outro era esculhambação.

P: E qual a importância do voto, na sua opinião?

Dona Ilce: Ah, a gente votava pra botar uma pessoa que fizesse alguma coisa, né? Que fosse uma coisa de bem pra aumentar a cidade e ajudar o agricultor e aquelas pessoa que entravam faziam bem, agora...e esses dias eu me alembrei, como é que é? Na época do... na época do Brizola, aquela época era muito bem, me lembro do meu pai que os produtor era muito bem atendido, ele fazia muita coisa. Eles ajudavam, né? Tu vê agora, vem os dinheiro tu não vê aonde vai e eles quase não ajuda ninguém. Os banco também, te mata no juro. Eu vejo a época que viemo pra cá e agora, agora é só pagar imposto, lucro não tem mais e nem manter o capital, porque tudo tu tem que pagar, pagar, pagar e tudo é imposto, imposto.

P: E a senhora acha que as mulheres são diferentes na política em relação aos homens?

Dona Ilce: Ah, tem alguma que é, mas tem alguma que... (risadas)

P: Como assim?

Dona Ilce: Elas não explicam muito, não fazem também, não sei se é porque é a mulher que tá dentro ou o quê, né? Não ajudam, não se defendem, não defendem a nós, como é, tu que sabe mais? Defender mais as mulheres, dar mais voz pras mulheres. Tu vê com essa lei, essa Maria da Penha parece que piorou as coisas, parece que dá mais morte. Espera o que acontece, pra depois ver o que tem que fazer e isso há muito tempo que eles

devia ter mudado essas lei aí. Eu digo que as mulher é muito pouco valorizada, não sei se eles não valoriza o que tu faz. Pra mim é assim.

P: E a senhora participa de alguma organização de bairro, da comunidade?

Dona Ilce: Não.

P: Na sua opinião, qual a importância das pessoas se organizarem politicamente?

Dona Ilce: Ah, tem que mudar um pouco mais! Que a gente seja mais visto! Tem muitos que não semo visto quase. Quem é pobre tem que lutar pra sobreviver. Tem que mudar um pouco.

P: E quando tem eleição a senhora acompanha a campanha eleitoral?

Dona Ilce: (Sinal de negativo com a cabeça) Às vezes eu fico olhando na TV, assim...

P: E quando a senhora votava, a senhora aceitava a sugestão de outras pessoas sobre seu voto?

Dona Ilce: Sim, a gente lá, era uma cidade pequena, daí eles dizia, o ciclano, o fulano, daí se conhecia eles mais, o fulano, o ciclano, aqueles que era mandante lá, quando era pro governo e esse não faz e o outro não faz...

P: E o que faz a diferença para a senhora escolher um candidato?

Dona Ilce: Se ele fazia bem, porque aquela vez do Collor... foi o Collor que sacou o dinheiro, né? Nós tava pra São Paulo aquela vez, aquela vez ele fez muita coisa errada. Que nós chegamo a perder dinheiro, se tinha um pouco e perdemo. Depois disseram que vinha, nós fomo ver, diz que não veio. Sei lá.. então é isso aí que eu digo, talvez tu pense em botar uma pessoa pra tua própria... não, é bom aquele lá!... depois...

P: E como a senhora se sentia quando votava? Na hora do voto, como se sentia?

Dona Ilce: Eu me sentia faceira! Minha vó dizia que ela não podia ir votar, que nem saí da porta.

P: Como assim?

Dona Ilce: Ah, que nem tu falou, quem não sabia...a minha vó não falava nada, nada de brasileiro e ela não podia, então ela dizia que ela não votava e aqueles anos, os primeiros anos, a minha mãe e meu pai, eles não podiam. A mãe nunca votou, o pai sim, porque ele era homem então ele votava, mulher não podia.

P: E sua mãe falava disso?

Dona Ilce: Falava, falava! Agora o que tá acontecendo eu falei esses dias ali na igreja do pastor. Eu disse, eu tô lembrando tudo o que minha vó dizia, porque nós vivemo na casa paterna, né? E ela falava que TUDO isso que tá acontecendo, ela falava: meus filho não vão ver, meus neto não vão ver, os filhos dos neto, bisneto como ela queria dizer, aí vão ver coisa!

P: O quê, por exemplo?

Dona Ilce: Isso que tá acontecendo, pai mata mãe, marido mata mulher, mulher mata marido e essa coisa que o Brasil não tá muito bem, ele é rico, mas não sabe usar. E ela dizia, vocês vão ver com o dinheiro na mão e vocês vão comprar e não vão achar as coisa. Esses dias a minha filha falou, mãe, agora tá vindo a época da bisa! Porque chegava ali tem isso, ali tem aquilo e não tinha. Porque isso é uma mostração, porque o que aconteceu com esse temporal foi mostração, muita ganância. A gente pensar o que eles vão fazer agora, eles não têm muito emprego. A nossa cidade, pelo menos, são aposentado, mas se não tinha ali, eles iam pra Lajeado onde tinha mais indústria, mas eles vão aonde que nem tem estrada pra passar?

Não sei o que eles vão fazer. E pelo jeito, outro dia ligou meu sobrinho, me disse tia, nós fiquemo abandonado porque diz que lá não foram, aí esses dias falaram que tinha ido o Leite pra lá. Tem gente da família que mora ali em Encantado, teve uma sobrinha que foram só pra salvar ela dentro de casa e essa vez nem sei, porque quase tudo ficou sem notícia, então como é que tu ia fazer? Foi feio, mas... o que se pode fazer?

Dona Tânia

P: Qual é todo o seu nome?

Tânia

P: Sua idade Dona Tânia?

Dona Tânia: 81

P: A senhora se considera branca, parda, indígena...

Dona Tânia: Eu me considero branca.

P: A senhora chegou a estudar quando era criança?

Dona Tânia: Não! Meus pais não colocavam a gente no colégio naquela época

P: E por quê?

Dona Tânia: Nem sei te dizer porquê, que eles nunca gostavam que a gente fosse estudar, sei lá...

(a expressão de Dona Tânia, nesse momento, se modificou, transparecendo mágoa e raiva)

P: A senhora tem outros irmãos?

Dona Tânia: Não, já foi tudo pro céu, não tem mais nenhum.

P: Mas tinha irmãos. E seus irmãos estudaram?

Dona Tânia: Nenhum deles. Mesmo esquema.

P: De que cidade a senhora é?

Dona Tânia: Formigueiro, município de São Sepé.

P: E os seus vizinhos estudavam, as suas vizinhas. Tinha criança da sua idade que estudava?

Dona Tânia: Tinha as minhas primas, que elas estudava, mas muito pouco também. Só que elas tinha que ir a cavalo pro colégio, que não tinha como ir, era muito difícil.

P: Era longe?

Dona Tânia: Era longe. Bem longe mesmo

P: E a senhora acha que foi por esse motivo que a senhora não estudou ou teve outro motivo que os seus pais não quiseram que a senhora estudasse?

Dona Tânia: Acho que vontade eu teria de estudar naquela época, mas eles não queriam. Eles não quiseram.

P: E como era a sua infância, então? Como foi quando a senhora era criança, o que a senhora fazia?

Dona Tânia: Trabalhava, ajudava meu pai a trabalhar na roça, trabalhar na lavoura de cana, milho, capinar na lavoura. Era assim.

P: Mas a senhora conhecia a escola, tinha vontade de estudar na época?

Dona Tânia: Eu tinha, eu via as outras estudar, eu queria acompanhar, mas meus pais não queriam, não deixavam, minha mãe não queria.

P: E quando a senhora cresceu, quando a senhora ficou adolescente também não pode estudar?

Dona Tânia: Não

P: E a senhora tem título de eleitor?

Dona Tânia: Sim.

P: E a senhora vota?

Dona Tânia: Voto. Agora não voto mais, agora não, mas votei até o final da idade

P: A senhora lembra quando foi a primeira vez que votou?

Dona Tânia: Agora não sei, não me lembro mesmo.

P: A senhora estava em Formigueiro, ou já estava em Porto Alegre?

Dona Tânia:: Em Porto Alegre, eu tava.

P: E em que ano a senhora veio pra Porto Alegre?

Dona Tânia: Quando eu tinha 18 anos. Eu vim embora com meus tios pra cá, aí fiquei morando com eles, trabalhando, trabalhei em casa de família também, né? Eu não tinha mãe, perdi minha mãe eu tinha 14 anos.

P: E a senhora lembra se quando votou era bem jovem, ou era mais velha?

Dona Tânia: Eu acho que não era muito jovem, nem muito velha também.

P: Porque tinha uma época em que...Tinha uma lei, em 1985 mudou a lei, antes quem não tinha estudado não podia votar, mas muita gente votava, por isso a minha curiosidade.

Dona Tânia: Eu votava, sempre votei, nunca proibiram. Não. Porque eu assinava meu nome, né?

P: Qual a importância do voto, na sua opinião?

Dona Tânia: Ah...sabe que esse lado aí eu não sei nem responder.

P: Mas para a senhora, na sua opinião? É importante ou não? Se achar que não é, também pode dizer.

Dona Tânia: É...por causa dos políticos...o voto, aquela coisa, o que a pessoa vai fazer? Tinha que votar.

P: E a senhora lembra como eram as campanhas políticas antigamente?

Dona Tânia: É...eu não lembro mesmo...não tenho lembrança.

P: A senhora não chegava a acompanhar na TV, no rádio, ou em comício?

Dona Tânia: Não.

P: E a senhora acha que as mulheres são diferentes na política em relação aos homens?

Dona Tânia: Ai e agora? Não sei nem responder pra ti.

P: Pelo que a senhora vê, as mulheres trabalham diferente dos homens?

Dona Tânia: Acho que é tudo a mesma coisa. Não tem diferença nenhuma.

P: E a senhora participa de organizações no bairro ou na cidade? Tipo associação comunitária, Igreja, ONG?

Dona Tânia: Não, não participo de nenhuma.

P: E nunca chegou a participar?

Dona Tânia: Não.

P: Qual a importância, a seu ver, de as pessoas se organizarem politicamente? A senhora vê alguma importância nisso? De participarem numa associação, num partido, numa organização?

Dona Tânia: Sabe que eu não vou nem responder, porque eu não entendo nada.

P: E quando tem eleição, a senhora acompanha os candidatos, sabe quais são os candidatos?

Dona Tânia: É, algumas veiz, algum pouquinho assim eu acompanho, mas mais não eu não sou muito ligada assim.

P: Tem lembranças de políticos mais antigos?

Dona Tânia: Não me lembro mesmo, podia até lembrar, mas agora, de momento, não.

P: E quando a senhora votava, a senhora aceitava sugestão de outras pessoas sobre o seu voto?

Dona Tânia: (silêncio)

P: A senhora conversava com outras pessoas sobre isso?

Dona Tânia: Não, só com a C. que eu conversava (a filha, que estava perto), aí dizia sim.

P: E o que fazia diferença na hora de escolher em quem votar?

Dona Tânia: Ah, pra mim não fazia diferença nenhuma! Eu votava por votar, mas não tava nem aí!

Dona Vilma

P: Qual o seu nome?

Vilma:

P: Qual a sua idade?

Dona Vilma:: 75

P: Qual seu estado civil?

Dona Vilma:: Eu sou viúva

P: A senhora se considera negra, branca, parda?

Dona Vilma:: Na minha certidão sempre tá cor parda.

P: A senhora falou que chegou a estudar, que chegou a entrar na escola, né?

Dona Vilma:: Sim. Estudava. A primeira série eu acho que estudei uns três anos, a primeira série. Aí passei pra segunda, aí passei, passei de cara na segunda, passei, fiz a segunda série, aí quando passei pra terceira, aí na terceira eu não consegui mais passar.

P: E naquela época a senhora chegou a aprender a ler e escrever?

Dona Vilma:: Sim, leio, leio, até gosto muito de ler, mas sempre assim, quando chegava na metade do ano se mudava, ia pra outro lugar, aí entrava pro colégio de novo, seguia a terceira série, aí perdia aquele ano de novo, acho que umas 5 vezes foi isso. Aí depois parei. Aí depois me casei muito cedo, me casei com 15 anos, aí depois que casei não me interessei mais por estudar, que sempre eu tive dificuldade em aprender.

P: E como era isso?

Dona Vilma:: Pra aprender a escrever sempre foi com muita dificuldade, entrava por um ouvido e saía pelo outro. Escrevia cem vezes a mesma palavra, no outro dia eu tinha que dizer o que eu tinha feito ali, não sabia mais

P: Já não sabia mais. Aí comecei a achar difícil, já ficar grande, eu disse, ah não, ficar grande numa sala só pequenos, aí começavam a mexer comigo, me chamar de burra, tu é isso, tu é aquilo, aí que eu fiquei mais desinteressada mesmo

P: E a senhora morava em Porto Alegre ou no interior?

Dona Vilma:: Sim, morava aqui. Morei em vários lugares, mas aqui em volta, né? Morei em Porto Alegre, morei em Cidreira, morei em Palmares, Lami...

P: Nessa época em que a senhora começou a estudar era em Porto Alegre?

Dona Vilma:: Sim. Eu sei que o colégio era longe e isso também dificultava.

P: A senhora tem título de eleitor?

Dona Vilma:: Sim, tenho. Sempre votei!

P: Com 18 anos a senhora já votava?

Dona Vilma:: Não! Comecei a votar com uns 30 e poucos anos.

P: E por que a senhora votou só quando tinha 30 e poucos anos?

Dona Vilma:: Eu não tinha nem identidade! Eu tinha só uma carteira de trabalho e não tinha identidade. Daí, depois, eu tirei identidade, tirei título de eleitor, tudo. Aí comecei a votar, aí tinha pessoas que eu gostava.

P: E atualmente a senhora vota?

Dona Vilma:: Agora não

P: E a senhora lembra qual foi a primeira vez que votou?

Dona Vilma:: Aí tu me pegou, não sei mesmo. Não sei nem em quem eu votei não sei, mas procurava, eu sempre gosto de olhar na televisão, quando eles começam a falar, eu sempre procuro, vejo.

P: E naquela época, quando a senhora começou a votar era pela televisão que acompanhava?

Dona Vilma:: Não, naquele tempo era mais pelo rádio, mesmo. Era pelo rádio. Eu não via tanta televisão, não.

P: E a senhora lembra como eram as campanhas eleitorais naquela época? O que os políticos falavam? O que fazia com que a senhora escolhesse um deles?

Dona Vilma:: Quando eles iam fazer os comícios, né? Que era comício. Ia fazer comício em tal lugar, aí eu gostava daquele candidato a vereador aí eu ia, a gente ia, eu e minhas tias, a gente ia. Gostava de ir.

P: E gostava de ir por que?

Dona Vilma:: Sim, eles faziam festa aí a gente ia.

P: E a senhora votava naqueles candidatos que a senhora ia nos comícios?

Dona Vilma:: Sim, aqueles que eu gostava, que eu procurava assim me aproximar, eu votava neles.

P: E o que fazia diferença para senhora em um candidato, o que determinava: “gostei dele!” ?

Dona Vilma:: Não sei, sempre gostei. Até daquele, o Colares, eu adorava ele! Mas eu não tinha muito partido, era de um e o partido era de outro, mas gostava assim, votava.

P: E qual a importância do voto pra senhora?

Dona Vilma:: A gente quando vota a gente quer ver fazer alguma coisa.

P: Pra senhora o que é importante? A senhora não está votando, mas se fosse votar, o que seria importante para a senhora?

Dona Vilma:: Eu pra mim, eu não tenho queixa nenhuma, não tenho queixa.

P: A senhora acha que as mulheres são diferentes dos homens na política?

Dona Vilma:: Eu acho que a mulher quer mais, né? Que faça alguma coisa boa, que dê mais oportunidades.

P: Oportunidade de que tipo?

Dona Vilma:: Oportunidade de emprego, de conquistar alguma coisa, de abrir algum negócio, a pessoa faz bastante. No candidato que a gente vá votar que faça alguma coisa, que faça o que a gente quer.

P: E a senhora costuma pensar em votar em mulher por causa disso? Chega a pensar, mulher que as mulheres fazem mais então vou votar em mulher?

Dona Vilma:: Não, sempre eu acho que mulher é mais exigente, mas no tempo em que eu votava não tinha tanta mulher pra votar e agora mudou, agora tá uma maravilha!

P: A senhora participa de alguma organização do bairro, da comunidade?

Dona Vilma:: Não

P: E qual a importância, ao seu ver, de as pessoas se organizarem politicamente?

Dona Vilma:: É dar oportunidade pra estudar, pra aprender alguma coisa. Até um artesanato, costura, essas coisas, então eu acho muito importante. Há muitos anos atrás eu tive num assim, ali na igreja, que eles ensinavam a costurar, cozinhar, a pintar em

tecido, eu até ia lá, tava aprendendo a fazer pintura em tecido, uma coisa muito boa, porque a pessoa aprende uma coisa

P: E a senhora chegou a estudar, fazer escola, depois de adulta?

Dona Vilma:: Não, nunca mais me interessei depois, *por essa dificuldade que eu tinha em aprender. Apesar de saber ler. Eu sempre gostei muito de ler, mas escrever não, sempre uma dificuldade muito grande.

P: E quando tem eleição, a senhora acompanha a campanha eleitoral?

Dona Vilma:: Eu gosto de escutar assim no rádio, na televisão eu sempre vejo.

P: E no que a senhora presta atenção?

Dona Vilma:: Eu presto atenção, o que falam, o que que vão fazer, o que vão arrumar, como é que é com o povo também.

P: Como assim?

Dona Vilma:: Assim, se como é que eles falam com o povo, o que é que eles falam, se falam em ajudar, se mostram um interesse em ajudar o povo, principalmente a pessoa mais humilde, né?

P: E quando a senhora votava, a senhora aceitava a sugestão de outras pessoas pro seu voto?

Dona Vilma:: Não. Nunca comentei muito, nunca fui de estar assim, eu era eu, só eu. E meus filhos. A gente tem a rodinha dos filhos aqui. Aqui é meu filho, aqui do lado é meu outro filho, ali atrás é outro. Aí então era: "vamos votar em tal pessoa. "

P: E vocês chegavam em um acordo?

Dona Vilma:: Sim. Vai votar em fulano? Não, vota em cicrano. E a gente votava.

P: E o que fazia diferença para a senhora escolher um candidato?

Dona Vilma:: É o que se dizia, esse aqui é melhor, vai fazer melhor pelo povo, por nós.

P: E como a senhora se sentia quando votava?

Dona Vilma:: Eu sempre gostei. Depois eu não votei mais, mas mesmo com 70 anos eu votava ainda. A pessoa se sente importante, porque pode fazer alguma coisa. Se pode fazer, por que não fazer, né?

Dona Marlene

P: Qual é seu nome?

Marlene

P: Qual a sua idade?

Dona Marlene: 75

P: Qual a sua etnia? A senhora se considera branca, negra, parda?

Dona Marlene: Branca

P: E qual seu estado civil?

Dona Marlene: eu sou viúva.

P: E com quem a senhora mora hoje?

Dona Marlene: Eu moro com a minha filha essa (a filha estava acompanhando a entrevista), moro com a minha neta de 15 e a outra neta de 7, que é filha dessa daqui. A mãe da outra neta mora com o marido. E agora meu outro filho separou, pode ser que vá morar com a gente.

P: A senhora morava onde quando a senhora era criança?

Dona Marlene: É uma localidade chamada Barreiras. Nasci lá. (Distrito do município de Acopiara, no Ceará).

P: E por que a senhora não estudou quando era criança?

Dona Marlene: Trabalhava na roça com meu pai. Até mais ou menos 11 anos, por aí. Quando eu cheguei na cidade matriculou no colégio que eu fui a primeira vez a mulher queria que a gente desse ponto sem saber nem uma letra.

P: O que é “dar ponto”?

Dona Marlene: É os livro, que tinha aquele livro que era de ponto assim, que você tinha que ler aquela folha todinha pra poder dar né? Aí como é que eu ia saber, né? Aí o que é que ela dizia? Pois volte pra casa! Todo dia: volte pra casa. Eu digo: não tem como fazer. Pronto!

P: E quantos irmãos a senhora tem?

Dona Marlene: Doze, tinha doze, né? Morreu...era quatorze, morreu dois, três.

P: E algum dos seus irmãos estudou quando era criança?

Dona Marlene: F., lá de Acopiara, estudava, T., meu irmão e as menina estudava não sei aonde né também, que eu não lembro. Alguns outros não aprenderam e vieram estudar depois de grande também.

P: E esses que estudaram quando pequenos, eram mais novos que a senhora?

Dona Marlene: Mais novos.

P: E eles não precisaram trabalhar na roça?

Dona Marlene: Não. Só quem trabalhou fui eu, T., B., ...deixa vê quem mais...foi só nós três. Era os mais véio. Trabalhava capinando, apanhando algodão, catando feijão, as troxa de feijão trazia pra casa na cabeça, assim.

P: Então na sua infância a senhora trabalhava e tinha alguma outra atividade, além de trabalhar:

Dona Marlene: Não, nós trabalhava em casa, ajudava mamãe, e trabalhava na roça. A gente ia pra roça de manhã, roçava, capinava e aí ia pra casa e ia ajudar ela, limpar casa que ela tinha um horror de menino pequeno, né? Lembro até da última pisa que eu levei porque o meu irmão caiu, eu e minha irmã, as mais velha (risos). A gente já morava nos Cambito. Meu irmão caiu, que a gente tava jogando peteca. Papai chamou, que ele caiu da calçada alta, era o finado J., ele tinha nascido em 58, tinha...ele tava engatinhando. Rapaz, ele caiu, foi uma pisa danada, eu e B., a última pisa que a gente levou (risos).

P: E que idade a senhora tinha nessa época?

Dona Marlene: Ah, nessa época eu tinha uns 8, 9 anos, por aí...muito tempo. Mais véia é eu, B. e T., os mais véio.

P: A senhora tem título de eleitor?

Dona Marlene: Sim. E voto! Todos os anos na eleição tô votando (risos)

P: A senhora sempre votou?

Dona Marlene: Sempre votei! Até na última agora.

P: A senhora lembra qual foi a primeira vez que a senhora votou?

Dona Marlene: Mulher! Faz tanto tempo que eu nem lembro mais.

P: E mais ou menos que idade a senhora tinha, lembra?

Dona Marlene: Oxe Maria! Lembro não. Antes de casar eu nem lembro, que papai era candidato a vereador, nem lembro mais.

P: Mas votou desde bem jovem?

Dona Marlene: Sim, votava sim.

(Nisso, a filha que estava escutando, comentou que o avô foi vereador entre 1977 e 1986)

P: Eu estou perguntando isso porque tinha uma legislação que não permitia que pessoas que não tivessem estudado, votassem, mas tem muita gente que votava, então a senhora nunca foi impedida de votar por causa disso?

Dona Marlene: Não...até hoje posso votar.

P: E hoje em dia, a senhora vota ainda?

Dona Marlene: Sim, eu tenho meu título guardado ali.

P: E a senhora pretende continuar votando?

Dona Marlene: Rapaz eu não sei, porque a minha idade eu só voto se eu quiser.

P: E a senhora quer?

Dona Marlene: Eu voto. O M., meu sobrinho diz assim:

- "Vote lá", e eu digo:

- "Voto não, porque nunca me deram nada".

- "Não, vote na C."

- "Que votar em C. rapaz!" Eu dou risada com ele.

Mas é bom a gente votar, saber quem é que vai ser bom, quem é que vai ajudar, quem é que vai fazer alguma coisa pelo povo. Tem que...é isso. Pela cidade também.

P: Que idade a senhora tinha quando casou?

Dona Marlene: 18.

P: E quando a senhora era adulta, não chegou a estudar? Na EJA, que nem as suas irmãs?

Dona Marlene: Não porque aí eu já casei, daí já tive a D. (filha mais velha), meu finado marido tinha restaurante, aí tinha que ajudar também, minha filha, era um rebuliço, vida de pobre é lascada (risos).

P: A senhora falou que o seu pai era vereador, né?

Dona Marlene: Foi, três eleições.

P: E a senhora lembra como eram as campanhas eleitorais antigamente?

Dona Marlene: Lembro, ele não ganhava um centavo, vereador não ganhava nesse tempo, não tinha salário, não tinha nada, mas tudo o que tinha dentro de casa ele arrumava e dava. Tudo, ele comprava tudo, era colchão, era rede, era lençol, era tudo, televisão, terreno pro pessoal construir, porque ele sempre teve muita terra, ele sempre ajudou, mas nunca ganhou nada. Depois que o Lula foi candidato, parece que na primeira vez que ele entrou, ou na segunda, eles entraram ainda com requerimento, pra vê se tinha algum direito daquela época, mas nunca tem.

P: E a senhora lembra se tinha comício, se a senhora ia em comício, ou se a senhora assistia propaganda na rádio, na TV?

Tinha comício, na minha casa não tinha TV, mas na época uma das primeiras TVs que teve em Acopiara, papai comprou logo uma, aí a noite eu ia lá de casa até a casa dele, assistir televisão, assistia filme, essas coisas.

P: E a senhora chega a acompanhar as campanhas eleitorais hoje em dia?

Dona Marlene: Não. Só assim eu vejo na TV da sala, mas eu não gosto.

P: E a senhora participa de alguma associação de bairro, alguma organização, alguma ONG?

Dona Marlene: Não. Eu vou na igreja e olhe lá.

P: E qual a importância, a seu ver, de as pessoas se organizarem politicamente?

Dona Marlene: Tem que se organizar, tem que se reunir, né, pra poder decidir alguma coisa. Quando for a reunião deles, como eles vão saber o que fazer, fica cada um prum lado? Aí eles têm que se reunir pra resolver, né? É levar as coisa a sério, que hoje em dia só vai assim.

P: E a senhora tem lembrança de políticos mais antigos?

Dona Marlene: Rapaz, eu tenho lembrança de muitos políticos: Chico Sobrinho, Miguel Galdino (nisso a filha interferiu e disse que deveriam ser políticos brasileiros, presidentes) Ah, de presidente eu sei de um ruim (risos).

P: Pode falar os ruins também (risos).

Dona Marlene: Lembro daquele que pegou a carteira do pessoal, a poupança, como é o nome dele? Collor de Melo! (risos)

Lembro do Jereissati é...aquele outro...aquele outro senhor que eu não lembro o nome...Fernando Henrique também era do Brasil, teve o Lula, teve aquele outro o Bolsonaro, deixa eu ver quem mais...

P: E quais desses eram bons e quais eram ruins?

Dona Marlene: Rapaz, daí eu não sei não, viu? Que desses nome lá, nenhum nunca fez nada por mim, eu vivo aqui nesse mundo por causa de Jesus, Deus. Esse povo lá de cima, alguns fazem alguma coisa por aí, mas uns falam: o fulano vota, não vota, sei lá quem que vota, quem não vota, oxe! A minha opinião é essa: o pessoal gosta é que tá indo bem, né?

P: E a senhora aceita sugestões de outras pessoas pra escolher o candidato?

Dona Marlene: Rapaz, eu não gosto muito não. Porque tem gente que briga, fulano é ruim, fulano não presta, não me meta no meio de confusão não, que eu não gosto. Vota em quem quiser, você vota pra lá, eu posso conversar, pode andar em minha casa, mas não fala em política não, que eu não gosto. Às vezes vai dar opinião e já acham ruim, “meu candidato é bom, o seu é aquele outro e não presta”. Ó, fechou, gosto de falar não.

P: E o que faz diferença na hora de escolher em quem votar? Que a senhora decida quem é o candidato?

Dona Marlene: Só ouvindo o pessoal falar: fulano é bom, fulano é bom. Ah, é bom? Então tá! O menino, aquele que tinha lá, o Camilo Santana, é uma pessoa boa, todo mundo votou nele. Depois se candidatou de novo, ganhou de novo, porque não era má pessoa, ele tava fazendo alguma coisa pelo povo. O menino, o Sarto, que a gente votou, já o pessoal diz que ele não é muito bom, mas todo mundo votou, votei nele também, não vou mentir.

P: Quem é esse que a senhora falou por último?

Dona Marlene: Sarto. Ele é lá dos lados de Acopiara. Ele é prefeito lá de Fortaleza, o pessoal diz que ele roba, mas eu não sei se é conversa do povo. (risos). Mas o Camilo Santana não! Ele cuidou do povo do Ceará como se fosse filho dele quando tinha a covid. Ele era governador e agora ele é Secretário da Educação.

P: E a senhora acha que as mulheres são diferentes dos homens na política?

Dona Marlene: Acho que não, acho que tudo é igual...se tão discutindo pra fazer as coisas é que tão indo bem, né? Que a mulher também é boa na política, pra ter a opinião delas, hoje em dia tem que ter, é importante. Não tem história de que a mulher é menos do que o homem, não. A mulher também manda, tem que mandar também. Que é a opinião delas.

P: E qual o sentimento que a senhora tem ao votar?

Dona Marlene: Eu ficava feliz, que eu dei meu voto pra um, vamos ver se ele vai ganhar. Meu filho (que mora no RS) quando tava lá, ele falava: vote no Lula que ele vai ganhar (risos). Eu gostava do Lula, é um candidato que ele é uma pessoa muito humilde, acho que a pessoa assim, conversando direitinho, ele resolve as coisas, apesar dos pesares, ele não decide sozinho.